

Volume 1

Eliana Maria Vinhaes Barçante
Marcos Sanches

Volume 1



História da Região



História da Região

cederj



UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

História da Região

Volume 1

Eliana Maria Vinhaes Barçante

Marcos Sanches



GOVERNO DO
Rio de Janeiro

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de História

UNIRIO – Mariana Muaze

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Eliana Maria Vinhaes Barçante
Marcos Sanches

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Miguel Siano da Cunha

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Henrique Oliveira
Jorge Amaral
Paulo Alves

AValiação DO MATERIAL DIDÁTICO

Thaís de Siervi

Departamento de Produção

EDITOR

Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE REVISÃO

Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Carolina Godoi
Cristina Freixinho
Elaine Bayma
Renata Lauria

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Ronaldo d'Aguiar Silva

DIRETOR DE ARTE

Alexandre d'Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

André Guimarães de Souza

Filipe Cunha

ILUSTRAÇÃO

Bianca Giacomelli

CAPA

Bianca Giacomelli

PRODUÇÃO GRÁFICA

Verônica Paranhos

Copyright © 2011, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

B242h

Barçante, Eliana Maria Vinhaes.
História da Região. v. 1/ Eliana Maria Vinhaes Barçante, Marcos Sanches. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011.
214 p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-773-9

1. História do Brasil . 2. Brasil colônia. I. Sanches, Marcos.

CDD 981.03

2011.2/2012.1

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT e AACR2.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Carlos Levi

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Motta Miranda

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Luiz Pedro San Gil Jutuca



Aula 1 – Região e História: as diversidades do mundo colonial _____	7
<i>Marcos Sanches</i>	
Aula 2 – São Vicente e Rio de Janeiro: o projeto português no sul da América no século XVI __	25
<i>Marcos Sanches</i>	
Aula 3 – O Rio de Janeiro e o mundo atlântico no século XVII _____	47
<i>Marcos Sanches</i>	
Aula 4 – Relações de poder e administração: a dinâmica da sociedade colonial _____	67
<i>Marcos Sanches</i>	
Aula 5 – A dinamização regional no século XVIII; os caminhos e a transferência da sede do Estado do Brasil _____	89
<i>Marcos Sanches</i>	
Aula 6 – A corte nos trópicos: o Rio de Janeiro como sede do Império português e o processo de independência _____	111
<i>Eliana Maria Vinhaes Barçante</i>	
Aula 7 – A agricultura cafeeira no Sudeste do Oitocentos: a cidade e o campo _____	139
<i>Eliana Maria Vinhaes Barçante</i>	
Aula 8 – A dinâmica do processo político na província do Rio de Janeiro e sua relação com outras regiões _____	167
<i>Eliana Maria Vinhaes Barçante</i>	
Referências _____	203



Aula 1

Região e História: as diversidades do mundo colonial

Marcos Sanches

Meta da aula

Apresentar o estado atual do debate sobre o conceito de região, destacando a relevância das abordagens regionais no estudo da formação brasileira.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. discutir os diferentes conceitos de região;
2. definir as possibilidades dos estudos regionais em História;
3. avaliar a relevância regional nos estudos da história do Brasil.

Pré-requisito

Como se trata da primeira aula da disciplina, não há um pré-requisito específico. No entanto, à medida que julgar conveniente, você deve voltar às aulas de História do Brasil correspondentes ao período e/ou à temática que estiver sendo estudada.

INTRODUÇÃO

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí por que a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares (SANTOS, 2002, p. 153).

O texto de Milton Santos nos remete a uma questão central para o estudo da região. A região como um espaço determinado resulta da ação do homem no meio, logo, é um fenômeno histórico, estruturado a partir de relações sociais específicas, que se diferenciam conforme o lugar e o tempo.

Portanto, devemos ultrapassar os conceitos mais tradicionais, como o apresentado na edição brasileira do *Dicionário de Ciências Sociais*, da Unesco: “Região designa uma área geográfica com certas características homogêneas que a distinguem de áreas adjacentes ou outras regiões; ou que serve como uma unidade de governo ou de administração” (HICKS JR., 1986, p. 1.045).

Nesta perspectiva, é possível distinguir-se diferentes tipos de região, tais como geográficas, econômicas, políticas etc., a exemplo da conhecida divisão adotada pelo IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e no Ensino Básico brasileiro (regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste). Embora reconhecendo a utilidade didática de todas as classificações, é importante sublinhar que nenhuma região se define exclusivamente

por um elemento de diferenciação (divisão política, características geográficas, preponderância de um setor de atividade econômica etc.), mas pelas múltiplas relações entre todos os elementos que compõem uma determinada configuração do espaço.

Assim, as regiões não são naturais e tampouco atemporais, pois a mudança dos diversos elementos que as compõem ou das relações entre eles poderá caracterizar uma nova região ou uma nova “formação socioespacial”, como prefere Milton Santos (2002, p. 239).

As abordagens tradicionais do conceito de região têm-se mostrado cada vez mais limitadas, sobretudo em face do predomínio de relações globalizadas no mundo, levando alguns geógrafos contemporâneos a considerar o “método regional” como “muito limitado” (CORREA, 1981, p. 16).

No entanto, o conceito identitário de região, como por exemplo, o de nação, deve ser entendido como “intelectualmente produzido” (CORREA, 1991, p. 22), ou seja, como uma determinada sociedade constrói a visão sobre si mesma, num determinado momento histórico.

Região e História

A consolidação da História como disciplina científica, ao longo do século XIX, teve como eixo predominante de abordagem as formações políticas nacionais. Estado-nação ou simplesmente nação como um sentido político eminente, a eles atrelando-se os conceitos de povo e território, eram os principais referenciais da análise historiográfica, como bem sintetizou Hobsbawm (1990, p. 27-61).

Na passagem para o século XX, a consolidação de outros campos de conhecimento, como a Sociologia e a Geografia, dentre outros, proporcionou a percepção de abordagens interdisciplinares dos fenômenos sociais. Desta forma, a possibilidade de estudar as partes (grupos, locais, crenças) do todo (o nacional) tornou-se uma

realidade. No caso específico de estudos regionais, na França, os historiadores que mais tarde se identificaram com o movimento dos *Annales*, liderados por Lucien Febvre, promoveram a aproximação com a então nascente geografia humana, cujo nome de maior expressão era Vidal de La Blache.

Em trabalho que pode ser considerado marco inaugural da abordagem – *A Terra e a evolução humana* (1922) –, Febvre defendia o estudo de recortes mais precisos e menores, capazes de permitir a percepção das suas particularidades. Evidentemente, não se tratava de escolher o todo ou as partes como objeto de investigação histórica, mas buscar na sua interação aquilo que muitos historiadores ao longo do século XX chamaram de “história total”.

Escrevendo no início da década de 1970, Pierre Goubert (1988) apontava os vinte anos que o precediam como o período em que “um novo tipo de história local tornou-se possível”, ligado a “um novo interesse pela história social – ou seja, a história da sociedade como um todo” (1988, p. 73).

Tratava-se da história social concebida por Duby (1971, p. 1-13), como síntese entre a civilização material e a mentalidade coletiva, resultado de cada um dos elementos que se evidenciavam nas articulações, exigindo campos de pesquisa precisos e bem delimitados.

A renovação do interesse pelo local ia ao encontro do ensinamento de Lucien Febvre, segundo o qual o historiador não serve a dois “deuses ciumentamente antagonistas e rivais, mas ao mesmo deus sob os seus dois aspectos, o local e o universo” (1997, p. 19-40). No entanto, devem ser reiterados os riscos da abordagem descuidada do local, pois este não é um instantâneo que reproduz em ponto menor o real e também não se reduz a um campo de provas para aplicação de teorias globais. Devemos abordá-lo, para citar novamente Febvre, “sem propósito sistemático e preconcebido de retirar da realidade certos dados gerais, determinadas características abstratas válidas para toda a história e para todos os países” (1922, p. 26).



Atende ao Objetivo 1

1.

A região só se entende, então, metodologicamente falando, como parte de um sistema de relações que ela integra. Deve, portanto, ser definida por referência ao sistema que fornece o seu princípio de identidade. Assim, pode-se falar tanto de uma região no sistema internacional, como de uma região dentro do estado nacional ou dentro de unidades de um sistema político federativo (SILVA, 1990, p. 43).

Com base no texto apresentado, desenvolva as questões que se seguem:

a. Por que se afirma que a região é uma construção histórica?

b. Qual a relação entre o “todo” e as “partes” no estudo da região? Que cuidados devem estar presentes na investigação?

Respostas Comentadas

a. A região não se confunde com um recorte da natureza, por mais homogêneo que ele se apresente. O meio natural, tal como o percebemos, já é produto de ações humanas. Considerar um recorte espacial como uma região significa reconhecer nele relações constituídas ao longo do processo histórico que lhe asseguram alguma identidade.

b. As partes, ou seja, as regiões, não são reprodução em menor escala do todo. Elas só podem ser compreendidas na sua relação como o conjunto em que estão inseridas, pois é nele que se definem os elementos que as identificam como uma região.

A história regional

A história regional não se constitui propriamente num campo ou domínio da História, como normalmente denominamos a história social, política e cultural, dentre outras. Apresenta-se como um recurso interpretativo aplicável a qualquer campo, em que se busca reduzir a escala de investigação para perceber “uma modulação particular da história global” (REVEL, 1998, p. 21). Desta forma, a história regional não é um método, mas uma opção quanto à delimitação do universo de análise. A redução de escala, como nos lembra Giovanni Levi, já é, em si mesma, um procedimento analítico que permite uma “análise microscópica e um estudo intensivo do material documental” (1992, p. 136-153).

O desenvolvimento dos estudos locais e/ou regionais, ao longo do século XX, exigiu um novo perfil do estudioso: historiadores que, não tendo em geral nascido nas regiões estudadas, e não se expressando por essa devoção filial, trouxeram novamente à moda o retorno a arquivos inexplorados de certa região e de um dado período.

Os novos investigadores sustentam-se em duas bases: a exploração de novos conjuntos documentais (como fontes **corográficas**, memorialísticas etc.) e novas abordagens (desde procedimentos quantitativos até estudos comparativos, por exemplo) incorporadas pela história, na sua grande maioria, resultantes de uma perspectiva interdisciplinar.

O desenvolvimento dos estudos regionais foi uma necessidade da história social, interessada em investigar conjuntos muito precisos e delimitados, pois é “neste quadro de curto espaço de tempo, ao nível desta micro-história, que faz do acontecimento ou do indivíduo o seu objeto” (SOBOUL, 1967, p. 28).

Se, como definiu Pierre Vilar, “o passado é constituído numa primeira apreensão, por esta massa de pequenos fatos”, importa tomá-los como recitativos dos conjuntos maiores — a estrutura e as conjunturas —, combinando as amplas perspectivas conjunturais com a intensificação das transformações estruturais em plano local

Corografia

Descrição de uma região ou país em mapas ou cartas que, além dos elementos cartográficos tradicionais (contorno do território, curso de rios, etc., normalmente destaca aspectos particulares e relevantes, como a indicação de atividades econômicas, a localização de grupos étnicos etc.

e regional (1976, p. 14), alargando-se o “inquérito” em todos os planos (1982, p. 27). Superar o nível dos acontecimentos, típico de uma história narrativa, não supõe fabricar uma síntese universal de todos os dados que definem a evolução de uma sociedade, mas partir de um terreno concreto, de um aspecto definido da realidade complexa, evitando-se anacronismos e construções artificiais.

A região é tomada como processo social, no qual as relações sociais se manifestam nos planos espacial e temporal, determinados historicamente, como, por exemplo, uma dinâmica própria da ação dos agentes políticos, com um peso específico nas relações de poder (SILVEIRA, 1990, p. 136-153).

Reconhecida como uma unidade, a região se define e se apresenta

(...) “integralmente relacionada” com as unidades maiores e, na sua análise, a ênfase não recai exclusivamente sobre as suas peculiaridades, caracterizando o que Joseph Love definiu, ao estabelecer as possibilidades de enfoque regional, como “caso representativo de um problema” (LOVE, 1969, p. 4-9).

Pierre Goubert enuncia três pontos que explicam as vantagens e a expansão dos estudos de história regional: é uma análise apropriada até o século XVIII, quando a vida cotidiana estava marcada pela região; é factível ao historiador abarcar a totalidade dos aspectos e fontes da região; é possível seguir a evolução do local nos níveis da estrutura.

A região apresenta-se como uma medida de homogeneidade, como unidade capaz de ser destacada de uma determinada sociedade, que se sobressai pelos seguintes atributos: o espaço, como unidade geográfica; limites que, embora flexíveis, devem ser definíveis; homogeneidade em certo número de características. Homogeneidade relativa e totalidade definem a natureza orgânica da região, uma sociedade marcada pelo tempo e pelas relações espaciais.

Desta forma, abrem-se quatro diferentes enfoques: a região por si, como representação de um problema, como variantes de um problema e como componente de um todo. Como estratégia de pesquisa, as dimensões e a relativa homogeneidade de uma região permitem o aprofundamento da investigação e, num estágio posterior, a comparação com outras regiões, alcançando-se as generalizações. A sua originalidade reside na espacialidade do objeto tomado em si e nas relações com planos macros da história (GOUBERT, 1988, p. 75-79).

A abordagem regional encerra, no entanto, algumas dificuldades operacionais, a começar pelo conceito de região. A região deve conter, na correspondente área geográfica, uma homogeneidade suficiente de fatores escolhidos para defini-la. Embora possamos aceitar preliminarmente o conceito de que a região é uma área geográfica caracterizada por uma estrutura particular de suas atividades e por um marcado grau de homogeneidade econômica e social, deve-se fazer coincidir as delimitações do meio ambiente com as delimitações da região antropogeográfica, não perdendo de vista que as relações entre o homem e o espaço não são imóveis, e que as delimitações territoriais são abstrações simplificadoras para efeito de pesquisa. Como nos ensinaram os pioneiros como Vidal de La Blache e Lucien Febvre, é a ação humana que faz surgir a individualidade.

A região é, por outro lado, um dos elementos que formam a estrutura maior, constituindo-se num instrumento **heurístico**, devendo ser definida no marco das variáveis e hipóteses propostas. Na análise regional, os fenômenos são estudados e postos em relação simplesmente porque convergem dentro de uma área dada e afetam o conjunto da sociedade da qual se trata.

Torna-se de grande utilidade a abordagem interdisciplinar, buscando-se, na dimensão local, identificar as relações espaciais das pessoas com a sua atividade no contexto de estruturas e funções institucionais e a importância dessa dimensão para a compreensão dos comportamentos e das formas sociais.

Heurístico

Em História, o termo é utilizado para a investigação baseada em fontes documentais como instrumento de investigação. Os estudos regionais permitem uma delimitação mais precisa dos conjuntos documentais a serem utilizados.

Huboche (1985) propôs estudar o local a partir de quatro pontos: o geográfico, como espaço privilegiado e delimitado; o econômico, o desenvolvimento das atividades que determinam as estruturas de produção e das relações de produção específicas; o social, partindo-se dos fatores que determinam a hierarquia social, a estrutura e as relações entre os diversos elementos; o político e o religioso.

Os objetos de abrangência local abrem, muitas vezes, caminhos para a análise da sociedade global. Estabelece-se uma interação entre o local e o global, em todos os níveis, como amplamente demonstrado por Ladurie sobre o campo francês, destacando que o local "singular" pode representar um modelo passado e futuro (1974, p. 6-23), e por Golbert (1988), que acredita ser possível desenvolver amplos estudos concentrados em um problema importante por um longo período, como a sistematização dos estudos demográficos, a partir dos estudos locais.



Atende ao Objetivo 2

2.

O princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica e em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados. Alguns exemplos desse procedimento intensivo são (...) o estudo das estratégias matrimoniais consanguíneas em uma pequena aldeia (...) para revelar o universo mental dos camponeses do século XVI; a introdução do tear mecânico, observada em uma pequena aldeia têxtil, para explicar o tema geral da inovação o estudo das transações de terra de uma aldeia para descobrir as regras sociais do intercâmbio que operam em um mercado... (LEVI, 1992, p. 139-140).

O texto de Giovanni Levi apresenta uma característica da investigação micro-histórica que se aproxima do que foi apresentado sobre o método da história regional. Com base no texto, responda: Qual a contribuição do estudo de objetos específicos para a compreensão do conjunto da sociedade?

Resposta Comentada

A região se apresenta sempre “integralmente relacionada” com objetos maiores, e, portanto, o estudo de aspectos específicos da região pode permitir a sua compreensão no conjunto da sociedade, assim como as “histórias gerais” nem sempre conseguem captar os mecanismos mais profundos das diferentes dinâmicas da sociedade.

A formação do Brasil ou a história da América portuguesa

Dessa forma, quando se fala que a viagem do Cabral é o descobrimento do Brasil é preciso fazer as duas críticas, a crítica do etnocentrismo, que está na palavra “descobrimento”, e a crítica do anacronismo, que está na palavra “Brasil”. É essa distinção que as pessoas não percebem. É fazer a história da colônia como se ela estivesse destinada a se tornar uma nação. Ninguém descobriu ninguém e o Brasil só existiria muito depois (NOVAIS, 2000).

A afirmativa do historiador Fernando Novais apresenta dois problemas relevantes para pensarmos a formação do Brasil e suas diferentes configurações regionais.

Anacronismo

Atribuição de um conceito ou ideia e seu respectivo significado construído em determinada época para explicar o seu processo histórico a outro período, deformando-lhe o sentido. Os conceitos históricos devem sempre fazer referência a um contexto claramente determinado, pois sua generalização pode emprestar-lhes características naturais (servindo a qualquer época), descaracterizando-os.

Ao destacar como **anacronismo** falar em descobrimento, ele chama a atenção para o caráter etnocêntrico do conceito, pois não reconhece as sociedades americanas aqui existentes – o “Descobrimento” é entendido como uma espécie de “marco zero” da história brasileira. Da mesma forma, a ideia de Brasil como nação ou Estado só será consolidada no século XIX após a emancipação política de Portugal.

A construção da unidade nacional tem como um de seus marcos mais representativos a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), refletindo a tendência centralizadora da formação do Império. À nova instituição caberia centralizar os documentos e estabelecer ramificações pelas províncias, e seus sócios deveriam se diferenciar dos escritores que “mais escrevem histórias particulares das províncias do que uma história geral”, no discurso inaugural do secretário Januário da Cunha Barbosa (BARBOSA, 1839, p. 11).

Na discussão em torno do problema, Fernando Novais reabilitou, de certa forma, a expressão “América Portuguesa”, presente no título da obra de Sebastião da Rocha Pita, editada no início do século XVIII, chamada *História da América Portuguesa*. Para o autor, tal denominação se presta melhor do que a vaga ideia de “período colonial” e, ao contrário de falarmos em Brasil, caracteriza “um processo de gestação” que ainda era eminentemente português (NOVAIS, 1996, p. 17).

Capistrano de Abreu (1976, p. 190), ao fazer um balanço da ocupação do território no final do período colonial, definiu-a como “linhas interrompidas a cada instante, melhor se diriam pontos indicando um traçado a realizar”. É fato que a configuração atual do território brasileiro não foi estabelecida e definida com as primeiras experiências colonizadoras, mas sim como resultado de um longo processo de conquista territorial iniciado no século XVI e somente consolidado no século XX. Em outras palavras, foram necessários mais de quatrocentos anos de história para que o seu “desenho” chegasse ao que conhecemos atualmente, num processo constante e contraditório de territorial.

A compreensão da formação socioespacial do território brasileiro não se esgota na ótica jurídica de definição dos limites e tampouco pode ser reduzida às diversas atividades econômicas ou à preponderância de traços culturais, mas pelo entrelaçamento relacional de todas as características citadas.

Considerando a discussão historiográfica apresentada, devemos ter o cuidado de evitar confrontos ou bipolaridades na análise do processo de formação brasileira, quer valorizando seus aspectos unificadores, quer reconhecendo a especificidade das suas regiões. Parece-nos que a abordagem mais fértil é considerar dialeticamente as duas realidades. Existe o todo que, no entanto, não é monolítico nem homogêneo, e existem as partes que estão necessariamente referidas ao todo, como já destacamos anteriormente ao discutir o conceito de região.

A colonização portuguesa na América foi estruturada sobre alguns eixos unificadores. Administrativamente, o Estado do Brasil, como unidade central de governo, foi estabelecido em 1548, com a designação do primeiro governador-geral, tendo como sede a capitania da Bahia. O próprio vínculo colonial de subordinação, ainda que possa ser relativizado (como ainda é presente no debate historiográfico), era uma realidade. Todos os habitantes do Estado do Brasil eram súditos do reino de Portugal e, com maior ou menor resistência, a ele se subordinavam.

As normas jurídicas e a religião católica são outras evidências da unidade colonial, embora a sua compreensão não possa ficar restrita ao estudo da simples transposição mecânica de instituições, valores e práticas típicas da sociedade europeia para outros continentes.

A própria historiografia reconhece mais recentemente a existência de múltiplos modelos de governo nas colônias e sua oscilação em face de circunstâncias concretas, que pode ser exemplificada, no caso brasileiro, com as sucessivas divisões do governo ou com a maior ou menor, formal ou informal, autonomia de algumas capitanias em relação ao governo da Bahia. Este foi o caso comum do Rio de Janeiro, como será estudado nas próximas aulas.

No caso do Rio de Janeiro, foco da nossa disciplina, a exploração do seu atual território foi anterior ao da Bahia, com a instalação de feitorias e depois no atual território de São Paulo, com a fundação da vila de São Vicente. O litoral sul do Brasil continuou sendo palco da disputa geopolítica entre Portugal e Espanha e, depois, atraiu a atenção dos portugueses, em face das importantes descobertas minerais dos espanhóis no continente.

A distribuição e a exploração das capitanias, particularmente Pernambuco e, posteriormente, Bahia, após a criação do governo geral, deslocaram para o Nordeste o centro da colonização portuguesa na América, sobretudo em função da produção açucareira, principal atividade econômica por todo o período colonial.

A fundação da cidade e capitania do Rio de Janeiro (1565), assim como a consolidação do núcleo de São Paulo, no planalto (fundação do colégio, em 1554, e da vila, em 1560), são marcos da constituição de um novo centro da colonização portuguesa, que serviu de núcleo para a expansão para o sul e para o interior do planalto brasileiro.

O estudo da história da capitania do Rio de Janeiro revela sucessivos momentos em que ela detém, formalmente ou não, autonomia em relação à Bahia. São Paulo, por sua vez, constituiu uma sociedade profundamente vinculada ao movimento bandeirista, decisivo para a continuidade da conquista do território. Tais especificidades serão o objeto das próximas aulas da disciplina.

Assim, apesar dos diferentes traços unificadores, fica evidente, ao longo do estudo da História do Brasil, a existência de dinâmicas diferenciadas em cada uma das regiões em que dividirmos o país, seja qual for o critério (econômico, cultural, político etc.) Portanto, a compreensão aprofundada da história brasileira requer o cruzamento de estudos gerais com as investigações regionais e locais.

Concluindo, devemos retomar o problema da historiografia — se foi sob a égide da nação unificada e do Estado imperial centralizado que se construiu a historiografia brasileira. Da mesma forma que

o Instituto Histórico expressou este momento, os seus congêneres provinciais/estaduais buscavam responder à necessidade de afirmar identidades locais, construindo imagens do passado enquanto representações dos seus grupos dominantes ou mais representativos, como o conhecido esforço de produzir, já no período republicano, uma história e uma memória regional/estadual, nas quais o espaço era uma dimensão do poder.

Nas últimas décadas, as universidades, através dos programas de pós-graduação, dividiram, com os institutos históricos, a atenção pelo local e regional. Não se trata, no nosso entendimento, de discutir precedências ou méritos, mas de aproveitar o encontro para consolidar um novo conceito de região, enquanto construção inserida no processo histórico concreto, atravessado pela temporalidade e nesta interferindo (PICCOLO, 2000, p. 137).



Figura 1.1: Mapa do Brasil do século XVI.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Brazil-16-map.jpg>



Atende ao Objetivo 3

3. O texto a seguir é a conclusão da obra de Capistrano de Abreu (1976, p. 212-213). O seu último capítulo, “Três Séculos de Colonização”, é um clássico balanço do processo de colonização. Escrevendo no início do século XX, o autor, marcado pela influência das correntes científicas (Positivismo, Evolucionismo etc.), buscava entender o atraso brasileiro no mundo em progresso da sua época.

Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando, porém uns aos outros de modo particular – eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos.

A partir da leitura do texto e do exposto durante a aula:

a. Aponte pelo menos dois elementos que permitam caracterizar a existência de diferentes regiões brasileiras.

b. Relacione as características apontadas pelo autor no quadro final do período colonial.

Resposta Comentada

- a. Os diferentes grupos étnicos que não se distribuíram de forma equilibrada no território e as diferentes possibilidades de exploração econômica moldaram características específicas de cada região do território.
- b. Para o autor, a colonização não foi capaz de assegurar uma sólida unidade do Brasil. As dificuldades de integração política, econômica e social, além do frágil sentimento de identidade, exigiram um esforço intelectual, após a Independência, para consolidar a ideia de unidade nacional.
-

RESUMO

O estudo da história em perspectivas regionais foi um dos avanços do campo, ao longo do século XX. Os estudos regionais se desenvolveram, em grande parte, em oposição às histórias nacionais construídas no século XIX. A história regional não se apresenta propriamente como um método, mas como um recurso de delimitação dos objetos, procurando melhor compreendê-los a partir da redução da escala de observação.

No estudo da história do Brasil, constata-se um processo diferenciado entre as diversas partes do território que, ao longo do processo histórico, vão se constituir como regiões.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, serão estudados os processos de conquista e colonização de São Vicente e Rio de Janeiro como exemplos de um projeto português no sul da América no século XVI. Desde o referido século, as duas capitanias começaram a se destacar como regiões marcadas por algumas características próprias.

Aula 2

São Vicente e Rio
de Janeiro:
o projeto português
no sul da América
no século XVI

Marcos Sanches

Meta da aula

Apresentar as principais características do processo de conquista e ocupação das capitanias de São Vicente e do Rio de Janeiro no contexto do projeto colonial português no século XVI.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. analisar o processo de conquista e ocupação da região do Rio de Janeiro no século XVI;
2. caracterizar o processo de formação da capitania de São Vicente e sua expansão no planalto paulista;
3. relacionar a dinâmica da colonização nas capitanias estudadas com o projeto colonial português no período.

Pré-requisitos

Para uma melhor compreensão, você precisa ter entendido o conceito de região para caracterizar as especificidades do espaço estudado. Se julgar necessário, você deve voltar à Aula 2 de História do Brasil, correspondente ao período e à temática que está sendo estudada.

INTRODUÇÃO

(...) aonde tem uma galharda fortaleza bem bastecida de artilharia, munições e soldados e um Capitão, porto por ele de três em três anos. Tem uma cidade, posto que pequena, bem situada, a qual é de presente de grande comércio, por vêm a ela muitas embarcações do Rio do Prata, que trazem muitas em patacas, que comutam por fazenda, que ali compram, donde tornam a fazer viagem para o mesmo rio. Também neste Rio de Janeiro tomam porto as naus que navegam do Reino para Angola, aonde carregam de farinha da terra, de que abunda toda esta Capitania em grande quantidade, e dali a levam para Angola, aonde se vende por subido preço (BRANDÃO, 1966, p. 36).

E, ainda, as naus que para lá navegaram em direitura do Reino, aportam na Capitania do Rio de Janeiro, aonde carregam farinhas, mantimentos da terra, por ali se achar mais barata, a qual levam a vender a Angola a troco de escravos e de marfim que lá trazem em muita quantidade (op. cit., 1966, p. 93).

Escrevendo em 1618, Ambrósio Fernandes Brandão, também conhecido como Brandônio, oficial da Fazenda na capitania de Pernambuco, mesmo sem ter conhecido o Rio de Janeiro destaca a cidade e capitania como uma das mais importantes do Estado do Brasil, já valorizando o seu papel de núcleo da colonização portuguesa no sul da América, constituindo-se em ponto de ligação econômica entre diferentes regiões do Império português.

Ao final do primeiro século da colonização do Brasil, estava consolidada a conquista portuguesa no sul da América, e a região gradativamente começava a desempenhar um papel indutor para a conquista de outros espaços, como no caso do interior do continente pelos bandeirantes paulistas.

A porção sul da América portuguesa foi desbravada e ocupada a partir dos núcleos de São Vicente e do Rio de Janeiro. O primeiro, feito vila por Martim Afonso de Souza no comando da expedição dita colonizadora, em 1532, tornou-se sede da capitania de mesmo nome, doada ao seu fundador em 1534, cujo lote tinha como limite norte o rio Macaé, englobando, portanto, a baía de Guanabara, onde foi fundada em 1565, no contexto da reação aos franceses, a cidade de São Sebastião.

Conquista e fixação da ocupação no Rio de Janeiro

Diverge a historiografia sobre as primitivas ocupações na baía do Rio de Janeiro. A sua descoberta tem sido ultimamente datada em 1502, por expedição cujo comando ainda é discutido pela historiografia (Gaspar de Lemos, André Gonçalves e Gonçalo Coelho), mas que contou com a participação de Américo Vespúcio, responsável pela nomeação dos acidentes do litoral, obedecendo ao calendário católico (por exemplo, baía de Todos-os-Santos, dia 1º de novembro, Ilha de São Sebastião, dia 20 de janeiro, e Angra dos Reis, dia 6 de janeiro). Em 1503-1504, uma segunda expedição, armada pelos contratadores do pau-brasil, tem o crédito do estabelecimento de um arraial no Rio de Janeiro e da feitoria do Cabo Frio.

Limitadas são as informações sobre o arraial, mas a feitoria do Cabo Frio se manteve inserida nas atividades do contrato de arrendamento do pau-brasil, como o comprova ter sido o porto de embarque da carga da nau *Bretoa*, em 1511. Nos dois casos, Joaquim Serrão (1965) indica uma ocupação de caráter permanente, característica adquirida progressivamente por várias feitorias. Cabo Frio já contava com um feitor estabelecido que seria, à época, João Braga, responsável pelos carregamentos destinados à Europa. No caso dessa e de outras expedições, tripulantes teriam permanecido na conquista, tornando-se, em muitos casos, pioneiros de núcleos de povoamento.

A cartografia quinhentista anterior à fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro não dá destaque especial à região. O mapa “Terra Brasilis”, de 1519, incluído no *Atlas de Miller* e atribuído a Lopo Homem, cartógrafo oficial do reino nas primeiras décadas do século XVI, assinala o Cabo Frio e o Rio de Janeiro, mas não lhes dá qualquer indicação de ocupação, embora seja fonte rotineiramente citada como demonstrativa da intensa exploração de madeira no litoral.

É certo que a baía do Rio de Janeiro serviu de ponto de escala, abrigo ou reabastecimento de sucessivas esquadras portuguesas e espanholas, em direção ao sul do continente e ao Oriente. O já atraente “rio da Prata”, a passagem para Málaga e o tráfico mais ou menos regular com as Índias levaram à região, dentre outros, Diogo Mendes de Vasconcelos, Afonso de Albuquerque, Juan Diaz Solis, Diogo Garcia, Fernão de Magalhães e Sebastião Caboto.

Desde então, a baía do Rio de Janeiro revelava-se bom abrigo para as embarcações e o litoral, desde a fracassada capitania de São Tomé, atrativo pela abundância de pau-brasil, embora Pero Lopes não dê nenhum indício de ocupação europeia nas suas duas paradas na região, em abril de 1531 e junho de 1532:

Mandou capitam l. fazer hũa casa forte, com cerca por derredor; e mandou sair a gente em terra, e pôr em ordem a ferraria paa fazermos cousas, de que tinhamos necessidade. Daqui mandou o capitam l.4 homens pela terra dentro: e foram e vieram em 2 meses; e andaram pela terra 115 leguas; e as 65 dellas foram por montanhas mui grandes e as 50 foram por um campo mui grande: e foram até darem com um grande rei, senhor de todos aquelles campos, e lhes fez muita honra e veo com elles até os entregar ao capitam l.; e lhe trouxe muito christal, e deu novas como no Rio de Peraguay havia muito ouro e prata. O capitam lhe fez muita honra, e lhe deu muitas dadivas e o mandou tornar para as suas terras (SOUZA, 1979, p. 35).

Se a permanência da feitoria do Cabo Frio for duvidosa — para alguns autores foi desativada em 1516, substituída pela feitoria de Pernambuco —, por sua omissão nos embates ocorridos na região posteriores à fundação da cidade, Capistrano de Abreu (1976) assegura que “uma feitoria conservou-se no Rio” (1976, p. 27-28), pelo menos até a viagem de Fernão de Magalhães, justificando o conhecimento da Guanabara como sugerido pelo cronista da expedição francesa de conquista: “Entramos num braço de mar chamado ‘Guanabara’ pelos selvagens e ‘Rio de Janeiro’ pelos portugueses, que assim o denominaram por tê-lo descoberto, como afirmam, a 1º de janeiro” (LERY, 1926, p. 75).

Fundada formalmente a cidade em 1º de março de 1565 e vencidos os franceses em 1567, “a baía fora palco, desde 1555, da contestação ao monopólio comercial ibérico” (MENDONÇA, 1991, p. 21). A nova unidade administrativa tinha, portanto, um sentido estratégico, que pode ser percebido na longa guerra com os franceses e indígenas. Não se tratava apenas de eliminar a ameaça ao monopólio lusitano, mas também de submeter o nativo, permitindo uma efetiva ocupação, como demonstrado pela distribuição de terras na região.

O capitão Estácio de Sá e o próprio governador Mem de Sá, governantes entre 1565 e 1568, foram pródigos no provimento de ofícios e na distribuição de sesmarias. Foi seguida, no novo núcleo colonial, a tradição portuguesa de concessões sesmarias, quando da instituição de vilas e cidades, destacando-se na nova urbe, como maiores e principais, as efetuadas em benefício da Câmara e do Colégio da Companhia de Jesus, representação mais destacada da Igreja na nova capitania.

No Rio de Janeiro, a ocupação mesclou diferentes motivações e características. A indiscutível motivação econômica convivia com os interesses de povoamento e defesa, observando-se, ainda, um forte componente patrimonial/estamental determinante de um diversificado perfil dos sesmeiros, como comprova a documentação. Os funcionários e artesãos “sem fazenda” aparecem ao lado dos que

“têm posse para poderem fazer fazendas”, assim como a evolução das concessões mostra um rápido fechamento dos espaços e o avanço da fronteira agrícola (SANCHES, 2000).

Nas últimas décadas quinhentistas, a cidade de São Sebastião teria conhecido a sua “verdadeira fundação”, no dizer de Delgado de Carvalho, coincidente com o segundo e extenso governo de Salvador Correia de Sá, entre 1577 e 1598, quando apareciam sinais da ampliação da malha urbana — novas construções, adensamento da ocupação da várzea e morros circundantes — e de intensificação da vida social e institucional, exemplificados pelo estabelecimento de beneditinos, franciscanos, carmelitas, do Hospital da Misericórdia e da administração eclesiástica desmembrada da Bahia, concluindo-se ainda em 1583 a Matriz de São Sebastião, no Castelo.

A origem do Mosteiro de São Bento é reveladora da consolidação, já no primeiro século, de uma elite formada pelos fundadores ou seus descendentes, proprietários de terras e ligada à produção agrícola em expansão e/ou ao comércio. A capela ocupada pelos monges tinha sido construída por Aleixo Manuel, em terras de seu parente Manuel de Brito, ambos veteranos da conquista do capitão Estácio de Sá, com exercício em várias vereações e vasto patrimônio na cidade e seu termo (BELCHIOR, 1965, p. 98-102 e 306-308).

Por outro lado, foram confirmadas as doações de terras às aldeias indígenas (São Sebastião, São Barnabé e São Lourenço), acrescentando-lhes outra na bacia do rio Macacu, em direção à serra dos Órgãos, o que sugere, como adiante se verá, um novo patamar de exploração, com o aprofundamento da ocupação no entorno da baía de Guanabara.



Figura 2.1: Mapa francês da baía de Guanabara.
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rio_1555_Fran%C3%A7a_Ant%C3%A1rtica.jpg



Atende ao Objetivo 1

1.

(...) pode-se afirmar que o domínio português na capitania do Rio de Janeiro se instalou com objetivos geopolíticos, procurando impor a exclusividade dos mares, expressa pelo Tratado de Tordesilhas. O fato é que a ação do curso francês prescindia da ocupação permanente e se estruturava, sobretudo, a partir de sua articulação com as populações nativas (MENDONÇA, 1991, p. 118).

Com base no texto anterior, desenvolva as seguintes questões:

a. Justifique o componente geopolítico na fundação do Rio de Janeiro.

b. Por que a dominação sobre aos nativos era imprescindível ao projeto colonial português?

Resposta Comentada

a. A presença francesa na região do Rio de Janeiro ameaçava o controle português no atlântico sul, incluindo as rotas que levavam ao oriente, o que havia sido assegurado desde o Tratado de Tordesilhas.

b. A submissão dos nativos na região do Rio de Janeiro eliminava o risco de uma aliança com estrangeiros, como os franceses, mas permitia, ao mesmo tempo, o início da ocupação do seu território e sua exploração econômica.

São Vicente e os campos de Piratininga

A capitania de São Vicente, cuja história administrativa guarda diferenças em relação ao Rio de Janeiro, também foi um polo difusor da colonização no Sul. Donataria privada, administrada por prepostos do seu capitão, contava com dois núcleos de povoamento; a vila portuária de São Vicente e São Paulo de Piratininga, no planalto, criada a partir do povoamento em torno do colégio inaciano na várzea do rio Tietê e da posterior transferência dos moradores da vila primitiva de Santo André.

Jaime Cortesão (1955, p. 29-30) considera que nas primeiras décadas após o Descobrimento, a ocupação de São Vicente e da “porção do litoral compreendida entre a barra da Bertioga e a ilha da Cananéia” era o “núcleo mais numeroso dos portugueses” no sul da América, cuja ocupação precederia a expedição de Martim Afonso, ali se localizando uma das capitanias de mar e terra dos primeiros anos de colonização, que teria tido como capitão Pedro Capito, autorizado a retornar ao reino na armada de 1526.

À fundação de São Vicente (22-1-1532), “lugar mais alvejado” por Martin Afonso, onde já existiria povoação, seguiu-se o povoamento do planalto, cuja importância pode ser medida pela ocorrência de ações que extrapolavam a iniciativa do donatário, como a fundação de Santo André pelo governador-geral Tomé de Souza (8-4-1553).

A fundação do Colégio de São Paulo (1554) e da vila (1560) consolidaram um núcleo de povoamento peculiar “pela força do isolamento geográfico e social e, por consequência, da tupinização mais intensa” (CORTESÃO, 1995, p. 112-113) que, ao mesmo tempo, funcionava como polo de interligação com as regiões espanholas do Guairá, Paraguai e Peru, como aparece na descrição clássica de Pedro Taques:

(...) antigos paulistas continuavam a penetrar os vastíssimos sertões do Rio Paraguai (...) conquistando bárbaros índios (...) chegavam ao reino do Peru e minas do Potosi, e se aproveitavam da riqueza de suas minas de prata (LEME, 1980, p. 95).

Pode ser relativizada em Pedro Taques a ideia do aproveitamento da riqueza, pois é sabido o nível de pobreza da vila, limitando inclusive o alcance das trocas comerciais com reflexos na e da ação de devassamento do interior. Affonso Taunay (1953, p. 22), um dos estudiosos que mais acuradamente exploraram as Atas e o Registro Geral da Câmara, apontou que, em fins do século XVI, o movimento entradista tomara tais proporções que a Câmara receava o despovoamento da vila proibindo aos moradores saírem ao encontro dos índios pelos caminhos.

São raros os indicativos do crescimento da vila, como a instalação das ordens religiosas (carmelitas, 1594; beneditinos, 1599), em simetria ao que ocorreu no Rio de Janeiro. O edifício da Câmara continuava construído em taipa (1575), sem telhado (1586) e não dispo de cadeia (1585), mas os colonos já se incompatibilizavam com os padres e outras esferas da administração em torno do governo do gentio.

A posse de Francisco de Souza no governo-geral da Bahia (1591) e a sua designação como provedor das minas (1592) intensificou o crescimento da vila e os movimentos de expansão do povoamento.

Os “150 fogos em aumento” de 1589 cresceram para “2 mil almas” e “muitas fazendas” em 1600 (TAUNAY, 1953, p. 13 e 23), refletindo uma conjuntura de convergência entre os interesses minerais e a busca de cativos. A ação do governador traduziu-se na organização de um “verdadeiro distrito mineiro”, na expressão de Taunay, reunindo técnicos e incentivando novas expedições de prospecção mineral.

Substituído no governo-geral por Diogo Botelho de Souza, Francisco de Souza permaneceu na capitania de São Vicente até 1605. O seu retorno na condição de governador do Sul representou uma nova inflexão na história da capitania. A exploração mineral revelara até então resultados pouco significativos, mas, em paralelo, expandiu-se a produção agrícola, incentivando as ações de captura de índios.



Atende ao Objetivo 2

2. O texto apresentado a seguir foi escrito no final do século XVIII, mas destaca elementos que caracterizaram a história da região de São Vicente e de São Paulo desde a sua conquista.

Dos companheiros nobres do primeiro donatário que aqui ficaram (...) e de outros muitos que vieram concorrendo pelo tempo adiante, não só de Portugal e Ilhas, mas também de Espanha, quando estavam unidas as duas Coroas, atraídos pela fertilidade do País e pelas minas de ouro que se foram descobrindo, compõe-se a nobreza destas Capitanias, a qual se (...) Eu agora disse que no Brasil, é pobre quem deixa de negociar ou não tem escravos que cultivem as suas terras (...) tinham grande número de índios, além de escravos pretos da costa d'África, com os quais todos faziam lavrar muitas terras e viviam na opulência (MADRE DE DEUS, 1975, p. 88).

Com base na leitura da fonte, desenvolva os itens que se seguem.

a. Aponte dois elementos que consolidaram a ocupação do planalto paulista a partir da segunda metade do século XVI.

b. Qual a relevância do uso da mão de obra indígena para a história da região?

Respostas Comentadas

a. A expansão agrícola, em particular a produção de abastecimento, e os movimentos de interiorização, as origens do bandeirismo, tanto na busca de metais preciosos quanto na captura de índios para emprego na própria expansão agrícola.

b. Além de atender às necessidades da lavoura, já que a região paulista não tinha condições de usar em larga escala a mão de obra africana, as expedições voltadas para o apresamento dos nativos foram instrumentos da conquista do interior do território.

O Sul e o projeto colonial português

A historiografia destaca a divisão do governo-geral do Estado do Brasil, após a morte de Mem de Sá (1572), e a designação de Antônio Salema como governador do Sul, sediado no Rio de Janeiro, como indicadores da importância da região. No entanto, o papel do Rio de Janeiro no final do Quinhentos não pode ser medido exclusivamente em referência à economia do açúcar.

Tudo indica que na década que antecedeu a União Ibérica se consolidaram os três engenhos registrados por Fernão Cardim na sua “Narrativa Epistolar”, pois em outras sesmarias de grande extensão no recôncavo não se conhecem explorações agrícolas significativas. A identificação mais correta das unidades de produção parece-nos indicar ser o primeiro, o engenho do governador, estabelecido por Salvador Correia de Sá na Ilha de Paranaquã (depois, Ilha do

Governador) durante o seu primeiro governo. A área fora objeto de concessão de sesmaria ao futuro governador junto com Rui Gonçalves, em 5-9-1567.

O segundo pertenceu a Cristóvão de Barros, filho do primeiro provedor-mor da Bahia, Antônio Cardoso de Barros, e líder da expedição de socorro da sede do governo-geral ao capitão Estácio de Sá. Localizado em sua sesmaria de Magé, foi implantado entre 1571 e 1573.

Finalmente, o terceiro foi resultante da iniciativa do governador Antonio Salema, dando continuidade ao Engenho Del Rei, iniciado por Cristóvão de Barros nas margens da lagoa de Sacopenapam. De resultados pífios, o engenho real, ao longo do século XVII, foi vendido a Domingos de Amorim Soares, sucedido respectivamente por Sebastião Fagundes e Rodrigo de Freitas, no contexto da expansão açucareira na capitania.

Outra explicação adotada pela historiografia para a importância da cidade é a sua vocação portuária. É certo, como já foi apontado, que desde os primeiros anos após a viagem cabralina o litoral brasileiro foi base para as rotas portuguesas e espanholas, tanto as que demandavam o Oriente quanto as que buscavam a passagem para o Pacífico. Neste contexto, a cidade de São Sebastião se constituía num dos vértices de uma das triangulações do comércio atlântico, como a descreveu Joaquim Serrão:

(...) eram intensas as relações que o Rio mantinha com as terras de Angola e do Rio da Prata, vendo-se no seu porto dezenas de barcos mercantes: para as capitanias do norte vendia-se madeira, peixe salgado e óleo para iluminação; e com as terras do Peru e Argentina fazia-se a transação de produtos vindos da Europa, como peles de fazenda, veludos e tafetás, azeitonas e vinagre, já não referindo o açúcar (...) (1965, p. 173).

No entanto, os estudos mais recentes, sem desprezar a relevância do comércio atlântico, relativizam a sua importância, em especial no primeiro século, apontando seu apogeu a partir do período espanhol. Reconhecem uma multiplicidade de fatores como o próprio comércio oceânico, a produção de abastecimento, a conjuntura favorável do açúcar e a captura de índios como fatores de acumulação que possibilitaram a expansão agrícola no Seiscentos (FRAGOSO, 2001).

No contexto da crise sucessória em Portugal (1580), o Rio de Janeiro era uma acanhada *urbe*, que começava a se espriar do Castelo para a várzea, compreendida entre este morro e os de São Bento, Santo Antônio e da Conceição. Mantinha-se o decadente núcleo da cidade velha na entrada da barra, com alguma ocupação nas enseadas de Botafogo e do Flamengo, implantadas a partir da foz do rio Carioca e já ligadas à cidade por caminho de terra, consolidado por Antonio Salema, que construíra uma ponte sobre o citado rio.

No litoral da capitania, a ocupação continuava inexpressiva. Ao sul, Angra dos Reis teve origem na sesmaria concedida, em 1559, por Martim Afonso de Souza na Ilha Grande a Vicente da Fonseca. Na direção norte, independentemente da discutida permanência da feitoria, os franceses eram referências constantes na região do Cabo Frio. Secundavam uma cidade que em 1584 era ocupada por "150 vizinhos com seu vigário e muita escravaria da terra" (CARDIM, 1978, p. 210), e, na mesma época, quando da entrada de três naus francesas na barra, estava praticamente despovoada, com seus habitantes envolvidos em guerras com os índios no sertão (SALVADOR, 1975, p. 216).

Antonia Wright (1976, p. 180-187) aponta a "coincidência" do período filipino (entre 1580-1640, durante o qual Portugal e suas colônias estiveram sob o domínio da monarquia espanhola) com uma "mudança na orientação da colonização", marcada a partir de então, sobretudo com o estabelecimento do governador Francisco de Souza na região, por um "período de penetração e

conquista”. Destaca no Sul, cuja colonização era “desordenada e flutuante”, a consolidação dos interesses comerciais, sustentados por “ligações anteriores entre o Prata e Piratininga”, desdobradas posteriormente pelo bandeirismo. Teríamos, portanto, um vínculo da hispano-américa com São Vicente/São Paulo desenvolvido em paralelo com o mantido a partir do Rio de Janeiro, já estudados desde o clássico de Alice Canabrava (1984).

A virada do século foi marcada na Europa pelo esgotamento da revolução dos preços, entre 1590 e 1600, abrindo uma nova tendência conjuntural que abalou os sistemas coloniais espanhol e português. Neste quadro, dois desdobramentos econômicos ganharam relevo no sul do Brasil — nas capitanias do Rio de Janeiro e São Vicente: a produção de abastecimento e a intensificação das trocas inter-regionais entre as partes do Império que, no caso em questão, eram o Rio de Janeiro/São Vicente, o Prata/Paraguai e a África.

Apesar de o litoral atlântico da América do Sul estar precariamente ocupado ao sul de São Vicente com os núcleos de Iguape, Cananeia, Paranaquá e São Francisco escassamente povoados, Pierre Chaunu, o principal estudioso das relações econômicas polarizadas em Sevilha, considera que o Prata “não pertence ao maior sistema mediterrâneo de Sevilha”, e embora importante no comércio de abastecimento, a região foi “colonizada por fora e quase em concorrência” aos eixos centrais do Império (Nova Espanha e Peru). Entre 1580 e 1640, boa parte da prata de Potosi foi escoada por Buenos Aires — “a ladra de Potosi”, que era “portuguesa, brasileira, pelo menos tanto quanto é espanhola” (1980, p. 202-203).

O comércio formal no Prata seguia a lógica do mercantilismo espanhol, isto é, “tentavam criar um sistema comercial fictício, sem base nas realidades locais, e, por essa razão, estavam condenados ao fracasso” (CANABRAVA, 1984, p. 73). Em paralelo às políticas restritivas, ganhava relevo a integração entre os diferentes polos de colonização, como se lê em trabalho recente:

O vínculo dos paulistas com a região do Prata era pautado pelas trocas terrestres e pelo tráfico de indígenas destinados à produção regional. Durante o terceiro e o quarto decênios do século XVII, espanhóis reinóis e famílias hispânicas do Paraguai dirigiam-se para Piratininga, aos poucos se unindo a famílias vicentinas de tradição. Ligados aos colonos do Prata por laços de parentesco e de negócios, os paulistas passaram também a contar com bandos rebeldes espanhóis nos assaltos às reduções (MONTEIRO, 1991, p. 49).

O Rio de Janeiro, apesar da condição de Capitania Real, estava, na prática, submetido a uma administração privada, com a consolidação do poder da oligarquia dos Correia de Sá.

A “dinastia dos Sá”, pelos três representantes que governaram a capitania (Salvador Correia de Sá, Martim de Sá, Salvador Correia de Sá e Benevides, avô, pai e filho) e sua vasta parentela, exerceu e disputou ofícios, mercês, privilégios e posições, constituindo-se em modelo do patrimonialismo que caracterizou a administração colonial.

O segundo governo de Salvador Correia de Sá (1578-1598), além de ligado a várias iniciativas de expansão urbana, também empreendeu expedições para a descoberta de minas. As ações tiveram continuidade com a expansão do comércio platino, culminando com a “permissão” comercial de 1602. Indicativo da sua crescente importância pode ser exemplificado pela tributação pela Câmara sobre “vinhos, azeite e meios que exportavam farinha para Angola e os que vinham de Buenos Aires” (FREIRE, 1914, p. 65).

Estudos mais recentes, como o de João Luiz Fragoso (2001, p. 60), apontaram para a multiplicidade de elementos atuando no processo de expansão econômica do Sul no início do século XVII, orientando a interpretação a partir de dois pressupostos: a valorização das dinâmicas internas da colonização e a “natureza global” do intercâmbio no âmbito do Império.

O comércio intercolonial no Atlântico Sul era muito mais complexo do que a simples triangulação América, Europa e África; envolvia vários portos brasileiros como o Rio de Janeiro, São Vicente e Salvador, além das rotas marítimas e terrestres envolvendo Peru, Paraguai, Tucumán e Córdoba.

Os estudos sobre a economia das capitanias do Sul demonstram a relevância da produção de abastecimento (objeto de atenção recente da historiografia) e exemplificam a tendência. O Rio de Janeiro, apesar de ser produtor de açúcar com volume crescente no final do século XVI, tinha produção inferior a Pernambuco e à Bahia. Em paralelo, produziam-se gêneros como farinha e aguardente, destinados ao abastecimento da própria capitania e das que lhe eram mais próximas e alimentavam o tráfico atlântico.

O núcleo paulista é o exemplo mais bem-acabado de uma “zona secundária”, em que a expansão econômica da Colônia, sustentada no açúcar, cuja produção e cujos preços cresceram a partir de 1580, gerou “oportunidades para criadores de gado e produtores de gêneros de abastecimento” (MONTEIRO, 1994, p. 106).

São Vicente/São Paulo desempenhou, na opinião de frei Gaspar da Madre de Deus, o papel de “celeiro” do Brasil (1975, p. 83), onde a expansão agrícola estava associada ao bandeirismo. A captura de nativos, tida como “remédio da pobreza” do colono, sustentou a atividade produtora, que, se estava distanciada dos circuitos do comércio internacional, envolvia os elementos de maior riqueza e prestígio da capitania” (SOUZA, 1956, p. 173).

No Rio de Janeiro, a cidade foi beneficiada pelo apogeu da produção açucareira situada por Frédéric Mauro entre 1570 e 1630, tendo o número de engenhos saltado de três (1583) para sessenta, em 1629 (1989, p. 254-265). A “Relação da Província do Brasil” do padre Jácome Monteiro, em 1610, já considerava a cidade rica, com dois mil vizinhos, catorze engenhos, abundância de mantimentos da terra e sendo polo de importante comércio com o Peru e Angola (LEITE, 1949, p. 391-425).

Apesar da inquestionável expansão da produção de açúcar, a capitania continuava produzindo, subordinados à lógica mercantil, outros gêneros destinados às trocas intercoloniais. Frei Vicente do Salvador aponta a existência de quarenta engenhos, mas nos informa que “até aquele tempo se tratava mais de fazer farinha para Angola que açúcar...” (1975, p. 302), à qual estava ligado o processo de constituição da sua elite colonial.

No estudo de João Luiz Fragoso (2001, p. 42-44), das 197 famílias proprietárias de engenhos no início do século XVII, 60% constituíram-se na cidade antes de 1620, portanto antes do *boom* do açúcar. Da explicação do autor ressaltam-se dois aspectos: as múltiplas atividades e estratégias de constituição de fortunas (participação na conquista e na administração e constituição de redes sociais) e a disponibilidade dos fatores de produção, terra e mão de obra.

O estudo da estrutura fundiária pode ser utilizado como instrumento de percepção dos mecanismos de apropriação dos fatores de produção e seu aproveitamento. A frequência da distribuição indica um crescimento nas últimas décadas do século XVI, movimento que pode ser explicado pela expansão agrícola apontada por Frédéric Mauro e pelo avanço da conquista e do povoamento do território, como se observa na virada para o século XVII e entre 1610 e 1615.

Outro indicativo é o aumento dos lotes, que parece indicar o crescente fechamento da terra, conseqüente ao avanço da fronteira agrícola e à maior amplitude do capital nela envolvido. A análise da documentação deixa claro, ainda, duas outras características: o afastamento progressivo do núcleo central da cidade e beneficiários de maior qualidade na sociedade, ao contrário dos artesãos, soldados e oficiais que receberam datas do fundador, em recompensa dos serviços, como já foi possível demonstrar em trabalhos anteriores já citados.

Mais uma vez, os Correia de Sá constituem caso exemplar. Acumulando concessões desde a fundação da cidade, em 1594, Salvador Correia de Sá contemplou os filhos Martim de Sá e Gonçalo Correia de Sá com a gleba da Tijuca e do Engenho de Cascadura. As duas grandes áreas se estendiam desde o Joá até Guaratiba, zona sul da cidade, e de Cascadura a Jacarepaguá, respectivamente, limitando-se com as duas principais sesmarias da cidade, a da Câmara e a do Colégio dos Jesuítas, englobando praticamente todo o sertão do Rio de Janeiro. O próprio Martim de Sá, quando governador, favoreceu o irmão com vários chãos dentro e fora do núcleo da cidade (SANCHES, 2000).

O recrutamento de mão de obra é outro aspecto demonstrativo da expansão da colonização. O crescente emprego de africanos é um forte indício da maior demanda de mão de obra e mecanismo de acumulação da elite colonial. No entanto, o gentio continuou a ser largamente utilizado de múltiplas formas e em diversos empreendimentos (SANCHES, 2001).

Ao final do século XVI, as capitanias do Rio de Janeiro e de São Vicente estavam com sua ocupação consolidada, e, no caso da segunda, com a crescente importância da vila de São Paulo no planalto. Destacavam-se no conjunto da América portuguesa pela progressiva expansão agrícola, tanto da economia do açúcar, mais destacada no Rio de Janeiro, quanto da produção de abastecimento, destinada não só para o consumo local, mas também para as relações comerciais mantidas com outras regiões não só do próprio Estado do Brasil quanto da América hispânica e da África.



Atende ao Objetivo 3

3. Diferentes historiadores, ao se referirem à capitania do Rio de Janeiro, valorizam o seu papel, cada vez mais destacado, de núcleo ou de uma espécie de subcentro da colonização portuguesa na América, num contexto de crescente atlantização do Império português.

Com base no texto anterior, responda:

a. Por que a importância das duas capitanias é, na maior parte das explicações, relacionada a ações que extrapolam o seu território, envolvendo o conjunto da colonização portuguesa?

b. Relacione a expansão da ocupação e da exploração das duas capitanias com o papel desempenhado por elas.

Resposta Comentada

a. As duas capitanias foram o ponto de partida ou de apoio de várias iniciativas de exploração da região, como as bandeiras partindo de São Paulo e o comércio com o Rio da Prata e a África, a partir do porto do Rio de Janeiro.

b. A expansão agrícola no final do século XVI estava em grande parte ligada às atividades expansionistas e ao comércio com outras regiões, inclusive fora dos domínios portugueses, desenvolvidos a partir das duas capitanias.

RESUMO

A conquista e a ocupação das regiões do Rio de Janeiro e São Vicente representaram inicialmente a garantia do controle português no Atlântico Sul, e seu desenvolvimento, ao longo do século XVI, consolidou a iniciativa colonizadora, submetendo a população nativa e servindo de base para novas investidas de conquista no sul do continente e no interior do território.

Informação sobre a próxima aula

Depois de compreendermos o processo de conquista e início da colonização da região, na próxima aula será estudado o papel por ela desempenhado no conjunto do mundo atlântico na época moderna.



Aula 3

O Rio de Janeiro e o mundo atlântico no século XVII

Marcos Sanches

Meta da aula

Apresentar as relações que caracterizaram a dinâmica do mundo colonial europeu em torno do Atlântico ao longo do século XVII, destacando o papel nela exercido pela capitania do Rio de Janeiro.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. reconhecer a expansão e a consolidação da colonização nas capitanias do Rio de Janeiro e São Vicente durante o século XVII;
2. analisar a relevância das ações portuguesas no sul da América, particularmente no rio da Prata;
3. reconhecer o significado das relações intercoloniais desenvolvidas no Atlântico, ao longo do século XVII.

Pré-requisitos

Para uma melhor compreensão desta aula, você precisa ter entendido o processo de conquista e colonização das capitanias do Rio de Janeiro e São Vicente durante o século XVI. Se julgar necessário, você deve voltar à Aula 2, quando o assunto foi apresentado.

INTRODUÇÃO

Estudos recentes sobre a colonização europeia na época moderna, mais particularmente sobre a colonização portuguesa, têm destacado a existência de relações entre as diversas conquistas. Trata-se, portanto, de perceber que no interior do sistema colonial a relação metrópole-colônia está entrelaçada com vínculos intercoloniais, isto é, entre as diversas colônias (por exemplo, Brasil e África, ou de forma mais precisa, Rio de Janeiro e Angola). E que, apesar de, com maior e menor intensidade, escaparem por vezes ao controle da metrópole, não negam a dominação colonial. Ao contrário, maximizam a exploração, assegurando, por exemplo, a complementaridade entre as partes. Como exemplo, para ficarmos em situação bastante conhecida, o fornecimento de mão de obra africana às lavouras do Brasil.

O historiador português Vitorino Magalhães Godinho cunhou a expressão “viragem” para definir o quadro do Império português durante o período de união das monarquias Ibéricas (1580-1640). Para o autor, estava superada definitivamente a fase da exploração essencialmente mercantil das feitorias e fortalezas espalhadas no litoral dos diferentes continentes, passando a preponderar a produção agrícola de gêneros tropicais. Nesse processo, o eixo principal do império centrado no Oriente desloca-se para o Atlântico (GODINHO, 1978). O Brasil torna-se a principal área de exploração colonial dos lusitanos, com a florescente economia do açúcar. E assim criam-se as bases para a veracidade da frase posterior atribuída ao rei D. João IV, de que era a “vaca de leite” do Império.

Consolidação e expansão da colonização no século XVII

A chegada do novo século encontrou o governador-geral D. Francisco de Souza dirigindo pessoalmente um esforço para o encontro de riquezas minerais em São Paulo, onde permaneceu até

1605, tendo retornado, em 1609, na condição de governador da Repartição do Sul criada no ano anterior e provedor das Minas.

O estabelecimento da Repartição do Sul em 1608 reflete não só a crescente importância do Sul, a partir dos núcleos do Rio de Janeiro e São Vicente/São Paulo – polos das ações de interiorização e das relações intercoloniais – e o que já se chamou de aperfeiçoamento da administração durante o período filipino, como exemplifica a criação de uma Ouvidoria Geral com jurisdição a partir do Espírito Santo.

Mais uma vez, os resultados minerais foram pouco significativos. Na ocasião, quando da morte do governador (1611), os paulistas já se redirecionavam para a captura de índios, e, neste contexto, constituíram-se novos núcleos de povoamento como Parnaíba (1625) e Taubaté (1639).

Nesse processo, o evento mais emblemático da expansão foi a bandeira de Manuel Preto e Raposo Tavares, que em 1628 aniquilou as reduções do Guairá, e até pelo menos a derrota de Mbororé, nas margens do Uruguai, a exploração do interior do continente só fez crescer (1641).

Paralelamente, aprofundaram-se as divergências dos paulistas com os jesuítas e com as autoridades centrais. Com os primeiros, os desentendimentos agravaram-se até a expulsão dos inicianos, e só se resolveram após a restauração portuguesa, sob a forma de uma “composição” semelhante à adotada no Rio de Janeiro. O apresamento conflitava com a legislação de proteção como a lei de 3 de julho de 1611, proibitiva do cativo (CORTESÃO, 1952).

Quando da posse do novo governador-geral Gaspar de Souza (1612), a administração foi reunificada, mas, na prática, as capitânicas do Sul nucleadas pelo Rio de Janeiro continuaram gozando de relativa autonomia, como se pode concluir do “Regimento que trouxe Salvador Correa sobre as minas da parte do sul, e jurisdição que lhe foi dada”, que sugere alguma permanência da autonomia do Sul, agora beneficiando os Corrêa de Sá no Rio de Janeiro.

Embora restrito à administração das minas, ficava estabelecido que o “Governador Geral da quelle Estado do Brazil, o que não poderá mandar sobre vós cousa algúa” e lhe dava “jurisdição e alçada, sobre todos os capitães das Capitánias, das Fortalezas, Câmaras, Justiças e Ministros da dita Capitania de São Vicente, Rio de Janeiro e das mais da quellas partes do Sul” (SANCHES, 2005).

O ofício de provedor foi exercido por seus filhos Martim de Sá e Salvador Corrêa de Sá e Benevides, que também expressam o amplo domínio da família sobre o poder na capitania do Rio de Janeiro ao longo do século.

Os dois longos períodos de Martim de Sá (1602-1607 e 1623-1632) constituíram um divisor na história do Rio de Janeiro. No intervalo entre os dois mandatos, ele permaneceu a maior parte do tempo na cidade, cuidando dos amplos negócios da família e com papel de destaque no aldeamento dos nativos, que ainda desempenhavam importante papel na dinâmica local (GARCIA, 1940).

Traço de relevo das décadas iniciais do século XVII foram os conflitos entre instâncias de poder como a Câmara, governador e autoridades eclesiásticas, que divergiram na maior parte dos casos sobre as relações com os indígenas, cuja utilização como mão de obra constituiu indicativo do incremento da economia e das necessidades urbanísticas e de defesa da cidade. Afonso de Albuquerque (1608-1613) e Rui Vaz Pinto (1618-1620) governaram em permanente dissensão com a Câmara, sendo o primeiro removido por força do resultado da correição do desembargador Manuel Jácome Bravo, que, por sua vez, acabou excomungado.

Os dois governadores eram aliados das ordens religiosas e da administração eclesiástica na questão do índio, o que pode explicar a excomunhão aplicada ao desembargador Jácome Bravo. Por outro lado, Vaz Pinto outorgou a seu irmão Duarte Vaz o direito de introduzir escravos africanos na capitania.

Na sequência, os governos de Constantino Menelau (1614-1618), Francisco Farjado (1620-1623) e Martim de Sá (1623-1632) representaram o apogeu da colonização na primeira metade do século. Menelau cuidou de estabelecer posturas diversas (incluindo o tabelamento de diversos produtos como o vinho), iniciou a demarcação da sesmaria do Conselho e o desvio das águas do Carioca para abastecer a cidade.

Fora da cidade, deu combate aos franceses no Cabo Frio, onde fundou a cidade de Nossa Senhora da Assunção e na baía da Ilha Grande, onde se consolidaram as ocupações de Angra dos Reis e Parati. Angra dos Reis recebeu foro de Distrito em 1593 e de Vila em 1608 (Reis Magos da Ilha Grande de Angra dos Reis), sendo posteriormente abandonada e transferida para o continente em 1624, no contexto da expansão da economia açucareira. À mesma época, Martim de Sá iniciou aldeamentos desde Mangaratiba até Parati, prática a que deu continuidade, em seu segundo governo, no norte da capitania, a exemplo do aldeamento de São Pedro d'Aldeia.

Nas primeiras décadas do seiscentos era total a carência de moeda, substituída por diferentes produtos, entre eles o açúcar, levando a Câmara, em 1619, a solicitar a remessa da metrópole de 100\$000 de patações de 40 réis. Menelau aproveitara a expansão do açúcar para taxá-lo (1 real o branco, 640 réis o mascavo e 320 réis os demais tipos). Ao tempo de Vaz Pinto, a Câmara tributou o vinho para financiar a obra do Carioca (23.11.1617), impôs a finta – um tipo de imposto – de 100 réis para a construção da cadeia e passou a cobrar foro sobre os chãos da sesmaria da cidade, mesmo dos isentos nos títulos.

Francisco Farjado (1620-1623) manteve o imposto de 5\$000 sobre os navios, objeto de reclamações da Câmara que, por sua vez, preocupada com o abastecimento, limitava os preços e a exportação de farinha para Angola.

Em seu segundo e longo governo (1623-1632), Martim de Sá consolidou a expansão da capitania e suas atividades econômicas.

Elaborou o projeto da nova Casa da Câmara na várzea da cidade e reformou as fortalezas, instado, sobretudo, pela invasão da Companhia das Índias Ocidentais à Bahia (1624-1625), para onde despachou uma expedição de socorro chefiada por seu filho e futuro governador, Sá e Benevides.

Foi o responsável pela concessão, em 1627, das sesmarias dos Sete Capitães em Campos dos Goitacazes, na antiga capitania de São Tomé de Pero Góis que, abandonada, fora devolvida à Coroa por seu herdeiro Gil de Góis e incorporada ao Rio de Janeiro. A região foi depois alvo da cobiça de seu filho Sá e Benevides, que, aliado aos jesuítas e beneditinos, obteve terras dos capitães, em 1648 e, em 1674, obteve para seu filho, o visconde de Asseca, nova doação da capitania sob a denominação Paraíba do Sul.

Após a sua morte, foi sucedido, por breve período, pelo seu tio Duarte Correa Vasqueanes e Rodrigo de Miranda Henrique (1633-1637), que chegara à colônia na esquadra de D. Fradique de Toledo Osório e cuja nomeação, em paralelo à de D. Luís de Rojas y Borja, em Pernambuco, é apontada como exemplo da interferência direta da Espanha na administração do Brasil.

A fase compreendida pelos dois períodos de Martim de Sá coincidiu, inclusive, com o impulso agrícola da capitania, tendência que também se observa em São Vicente/São Paulo. A estimativa demográfica apresentada por Rio Branco, de mil homens brancos, milhares de índios e cem africanos, entre 1600-1625, pode ser tomada como um indicativo da expansão econômica (RIO BRANCO, 1964).

O início do século XVII foi o momento de consolidação não só da produção de açúcar, mas de uma economia escravista exportadora no entorno da cidade de São Sebastião. Além da expansão numérica dos engenhos, passaram a ser estabelecimentos de várias freguesias no Recôncavo, conforme o avanço da fronteira agrícola: Piedade do Iguaçu (1619), Pilar (1637), São Gonçalo (1645), Guia de Pacobaíba, São João de Meriti, Santo Antônio

de Sá (1647), Jacutinga (1657), Magé e Itaboraí (1616) tiveram origem comum, criadas em patrimônio privado por iniciativa de seus proprietários, senhores de escravos e produtores agrícolas.

Nos últimos anos do período filipino governava o Rio de Janeiro, Salvador Corrêa de Sá e Benevides (1637-1642) que voltaria ao governo em mais duas ocasiões (1648 e 1660-1662). Nomeado governador com patente de general e já sendo detentor do título hereditário de alcaide-mor, representou o apogeu dos negócios da família na cidade, desfrutando de dois rendosos privilégios outorgados pela Câmara.

Em 18.12.1635, a Câmara, sob alegação da “grande utilidade aver hum paço e pezo publico onde se fazem as caixas de assucar que se embarcão”, aforou a Benevides a casa do açougue com privilégio de peso, por 19 anos com foro estipulado em 20 mil réis-ano.

O rendimento para caixa podia chegar a 6 vinténs (2 vinténs por etapa de pesagem, armazenagem e embarque) e deve ter sido lucrativo, pois poucos meses depois, em 8.3.1636, foi outorgada nova concessão com foro de 20 mil réis ano, para ampliar a balança e o trapiche no terreno da várzea da cidade (RIO DE JANEIRO, 1935).

As relações familiares favoreceram as ligações do governo com o mundo espanhol. Martim de Sá promoveu o casamento da sobrinha, Vitória de Sá, filha de Gonçalo de Sá, com o governador do Paraguai, D. Luis de Cespedes y Xeria, provavelmente ligado aos *encomenderos* paraguaios, tendo agido na “facilitação” dos ataques ao Guará, do qual teria sido expectador privilegiado, durante sua viagem por terra a partir de São Paulo para assumir sua governação.

Benevides, filho da espanhola Maria de Mendoza y Benevides, ao deslocar-se para o Paraguai entre 1631-1632, acompanhando a prima, contraiu matrimônio com Catarina de Ugarte y Velasco, viúva e rica herdeira em Tucumam, tornando-se proprietário na região platina e no Peru (BOXER, 1973).

No governo da capitania, ao mesmo tempo que usufruía os privilégios obtidos, conflitava com a Câmara e outras esferas de poder. Foi acusado de usar o cargo como instrumento de seu enriquecimento, principalmente após haver substituído, em evidente extrapolação da sua jurisdição, o provedor Domingos Corrêa por Pedro de Souza Pereira, também casado na família e alvo de inúmeras denúncias de abuso quando da Rebelião de 1660.

Apesar de todos os conflitos e denúncias, o governador nunca deixou de progressivamente ampliar seus poderes, a exemplo da “superintendência em todas as matérias de guerra” no Sul, outorgada pelo conde da Torre, em junho de 1639, e confirmada pelo marquês de Montalvão, após a Restauração.

O maior de todos os conflitos continuava envolvendo os interesses dos colonos e os padres da Companhia, em torno do problema dos índios. A publicação pelo administrador eclesiástico, Pedro Homem Albernaz, atendendo à orientação do papa Urbano VIII para a bula de Paulo III, assegurando a liberdade dos gentios e ameaçando de excomunhão quem a desrespeitasse, desencadeou o mais sério conflito. Depois de longa negociação, chegou-se ao entendimento, sob a forma da “escritura de transação amigável, composição e renúnciação” firmada no Rio de Janeiro em 22.6.1640, e em São Paulo, a 14.5.1643, na qual os jesuítas desistiam da publicação da bula e os colonos se comprometiam a não submeter os índios.

A cidade de São Sebastião nos últimos anos do período filipino consolidava-se como polo do Sul. As atas da Câmara tratavam de vários problemas que confirmam a afirmativa, como o calçamento das ruas (21.1.1637), a construção da nova cadeia (18.7.1639) e a preocupação com os “excessos” do número crescente de soldados concentrados na cidade (14.8.1637).

No contexto da Restauração, quando se consolidava o perfil predominantemente atlântico do Império português, Benevides acabou substituído no governo, ao qual voltou em duas ocasiões:

em 1648, no comando da expedição para retomada de Angola aos holandeses, e em 1659, período marcado pela Revolta de 1660, quando, estando Benevides em São Paulo, o governador interino foi deposto por um movimento liderado por produtores de aguardente, insatisfeitos com a proibição de comercialização e produção da bebida para favorecer o monopólio da Companhia de Comércio do Estado do Brasil.

Embora o movimento tenha sido rapidamente sufocado, o retorno de Benevides a Portugal sinalizou o início do declínio da hegemonia da família na administração da capitania. Os governos, até o final do século, estiveram de forma crescente envolvidos com movimentos de expansão da colonização, exemplificados na fundação da Colônia do Sacramento no Rio da Prata. Nas duas últimas décadas da centúria, uma nova questão absorveu de forma crescente a administração: as sucessivas notícias de “achamento” de metais preciosos no território atual de Minas Gerais.



Mario Roberto Duran Ortiz

Figura 3.1: Vista de Paraty, um dos núcleos da expansão iniciada por Martim de Sá.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Paraty_09_2007_59.JPG



Atende ao Objetivo 1

1.

Na região Centro-Sul, a capitania exercia claro domínio não só pelo seu peso na produção de açúcar, como por seu papel de polo comercial regional. O Rio de Janeiro estava, ao mesmo tempo, ligado ao Atlântico e às capitanias vizinhas, que a ele se subordinavam comercialmente (SAMPAIO, 2003, p. 140-141).

Com base no texto anterior, desenvolva as seguintes questões:

a. Relacione os conflitos ligados ao uso da mão de obra nativa com o papel da capitania apontado no texto.

b. Indique duas evidências da atuação dos governos do Rio de Janeiro que justificam a ideia do texto da capitania como um polo regional.

Resposta Comentada

a. O empenho dos colonos em utilizar a mão de obra nativa estava diretamente ligado à expansão agrícola da região no início do século. A Igreja era defensora da liberdade dos índios e tinha por objetivo catequizá-los, intenção incompatível com a ação dos colonos. Os índios não se destinavam somente à lavoura, sendo empregados em atividades como obras nas fortalezas, em que não se justificava o uso da cara mão de obra africana.

b. A fundação da Colônia do Sacramento e o esforço de controlar o processo de descoberta das minas pelos paulistas indicam duas áreas de expansão que irão, no século seguinte, dar ao Rio de Janeiro posição central na América portuguesa.

A presença portuguesa no Rio da Prata

Como já foi apontado na aula anterior, era expressiva a presença dos portugueses no Rio da Prata, ponto de conexão com a rica exploração espanhola no Vice-Reino do Peru, aproveitando-se das resistências dos colonos espanhóis ao monopólio dos comerciantes de Lima e do isolamento da região, como apontou Vicens Vives: “Vivio una penuria atroz a coisa de su lejanía y aislamiento de la metrópoli” (VICENS VIVES, 1974, III, p. 420).

Apesar de sucessivas medidas espanholas tentarem controlar os fluxos comerciais, desde a criação da Audiência de Charcas (1561) e da segunda fundação de Buenos Aires (1580), o comércio platino continuou ativo até 1640 (CANABRAVA, 1984), inclusive se refletindo na fixação de um significativo grupo de espanhóis no Brasil, como estudado por Nilo Garcia, no episódio da aclamação de Amador Bueno (GARCIA, 2005).

No Rio de Janeiro, a cidade foi beneficiada pelo apogeu da produção açucareira no seu recôncavo situada por Frédéric Mauro entre 1570 e 1630, tendo o número de engenhos saltado de 3 (1583) para 60, em 1629. Para o autor, é nesse contexto que o sul do Brasil se insere definitivamente no comércio atlântico, tendo se constituído em uma alternativa, ainda que parcial, para a perda do Nordeste para os holandeses, particularmente após a tomada de Pernambuco, em 1630 (MAURO, 1989, I, p. 254-265).

Na conjuntura posterior à Restauração em Portugal, vários fatores fizeram declinar o comércio platino: a decadência da produção das minas do Peru, a queda no patamar dos preços do açúcar e a longa guerra entre os países ibéricos (1640-1668).

No final do século, superado o conflito na Europa, Portugal voltou sua atenção para o Prata, com um projeto de instalação permanente, concretizado pelo governador Manuel Lobo, que fundou a Colônia do Sacramento, no atual território do Uruguai, em frente a Buenos Aires (1680).

Embora objeto de permanente disputa até o final do século XVIII, a Colônia do Sacramento foi importante ponto de apoio e efetiva ocupação e exploração do sul da América pelos portugueses, apesar das dificuldades de defesa, agravadas pela distância do Rio de Janeiro e pela vizinhança dos espanhóis de Buenos Aires. Entrepasto militar e comercial, Sacramento se tornou, em pouco tempo, importante polo comercial para os portugueses e ingleses, que continuavam a “furar” o monopólio colonial espanhol.

A documentação relativa à Câmara do Rio de Janeiro é rica em reclamações dos seus oficiais alegando “sacrifícios” e encargos consequentes à manutenção da nova colônia. No entanto, o estudo do comércio nos mostra que, de forma crescente, o abastecimento do sul e a reexportação dos seus produtos, como os couros, tiveram um papel de destaque na economia fluminense, pois a colônia, apesar da constante tensão militar, se tornou o polo de atividade agrícola e pecuária desenvolvida nos Pampas.

O estabelecimento no Prata e o comércio cada vez mais intenso com a África, além do aprofundamento da exploração americana, colocavam o Rio de Janeiro como destacado centro do império atlântico. Não surpreende, portanto, que, a partir do início do século seja possível identificar a projeção de um grupo mercantil na capitania, atuando no comércio, no crédito e em outras atividades econômicas, como demonstrou Sampaio (2003).



Heretiq

Figura 3.2: Basílica do Santíssimo Sacramento.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Colonia-SouthViewChurchHolySacrament.jpg>



Atende ao Objetivo 2

2.

Ao peticionar a Câmara do Rio de Janeiro (15.11.1641) pedindo “meios de socorrer as despesas da sua defesa”, Salvador Corrêa de Sá recebeu como resposta (16.11.1641) que “o povo já havia contribuído muito” e o “lançamento de novos encargos prejudicava o comércio”, que sofria com “a falta de dinheiro e comércio que todos os anos vinha do Rio da Prata” (ALMEIDA, 1917, doc. 6.086-6.087).

O texto apresenta manifestação de dois sujeitos importantes no processo de colonização, o governador e a Câmara.

Com base na leitura, desenvolva os itens que se seguem:

a. Como a Restauração (1640) impactou a economia do Rio de Janeiro?

b. Como as diferentes posições refletem uma característica das relações de poder no mundo colonial?

Resposta Comentada

a. A Restauração e a guerra entre Portugal e Espanha prejudicaram o comércio entre o Rio de Janeiro e a região do Prata. A manifestação da Câmara pode ser entendida como indicativa da relevância que tal comércio tivera, até então, para a economia local.

b. Os conflitos entre as esferas da administração, no caso o governador e a Câmara, foram comuns no processo de colonização. Embora houvesse objetivos comuns, representavam diferentes interesses e eram frequentes no caso da imposição de tributos e obrigações, quando os colonos alegavam regularmente a sua incapacidade de honrá-los.

O mundo atlântico

Escrevendo no início do século XVII, Ambrósio Fernandes Brandão (Brandônio), oficial da fazenda na capitania de Pernambuco, nos dá uma clara ideia da inserção do Rio de Janeiro, destacando, direta ou indiretamente, a importância do Rio de Janeiro no contexto das trocas intercoloniais no Atlântico:

(...) uma cidade, porto pequena, de grande comércio, porque vem a ela muitas embarcações do Rio da Prata, que trazem riqueza muita em patacas, que comutam por fazendas que ali compram... Também neste Rio de Janeiro tomam parte as naus que navegam do Reino de Angola, aonde carregam de farinha da terra, de que abunda toda esta Capitania em grande quantidade (BRANDÃO, 1966, p. 36).

Desde o primeiro século da colonização eram frequentes os registros de estrangeiros no litoral americano, desde o conhecido caso do navio em que viajava Hans Staden até interesses genoveses, que se mantiveram, segundo Sérgio Buarque de Holanda (HOLANDA, 2000), presentes no comércio “direto e não autorizado” com o Brasil, até 1612, além das ligações com o engenho São Jorge, fundado em São Vicente pelo primeiro donatário.

No início do século XVII se cruzavam a expansão agrícola no Rio de Janeiro e em São Vicente, a que Antônia Whright chamou de “era atlântica” do Império espanhol, centrada no comércio com as colônias espanholas, particularmente com o Peru, o que atraía estrangeiros, inclusive cristãos-novos, sendo um dos fatores de motivação da Primeira Visitação do Santo Ofício, entre 1591-1593.

Nas colônias espanholas, às dificuldades de abastecimento se somava carência de mão de obra, motivação do *assiento* de 1595 a Pedro Gomes Raynal para introduzir 600 escravos/ano, quantidade ampliada na prática com a conivência dos funcionários responsáveis pelo controle do comércio (WHRIGHT, 1976).

Entre 1602 e 1618, o comércio platino conheceu seu período de maior intensidade. A autorização de 1602 outorgada a Hemandarias de Saavedra, fixado em Santa Fé, também extrapolou a permissão original, favorecendo a fixação de portugueses em Tucumán, tal qual a de espanhóis em São Paulo.

Na precisa interpretação de Luiz Felipe Alencastro, a “guinada atlântica” do Rio de Janeiro, no entanto, se deu com o ataque holandês (1624), que interrompeu o comércio com a Bahia, deslocando as rotas da prata e dos escravos para o Rio de Janeiro, consolidando a sua ligação triangular com Buenos Aires e Luanda. Desde então, a economia fluminense se distinguiu da paulista, baseada em empreendimentos autárquicos voltados para o abastecimento e sustentados no trabalho indígena, explicando ainda a participação dos fluminenses na retomada de Angola aos holandeses, em 1648 (ALENCASTRO, 2000, p. 82-102).

O estudo mais atento da economia fluminense nos chama atenção para atividades como a produção de farinha e aguardente, que devem ser pensadas como um indicativo da vitalidade mercantil da região. A produção agrícola, principal atividade da economia colonial, foi sempre abordada na historiografia, com ênfase nas produções voltadas ao grande comércio internacional, sobretudo, com destino aos mercados europeus. Em decorrência, a produção de abastecimento e mesmo aquelas vinculadas às trocas intercoloniais acabaram por merecer a avaliação de secundárias, sendo mesmo omitidas, quando da análise do conjunto da economia colonial.

Mesmo em São Paulo, a expansão agrícola e a interiorização promovida pelo bandeirismo não estavam totalmente desvinculadas do circuito atlântico. “Os paulistas deram as costas para o circuito comercial atlântico” e desenvolveram “formas distintas de organização empresarial, tomando em suas próprias mãos a tarefa de constituir uma força de trabalho” (MONTEIRO, 1994, p. 57), utilizadas de forma sistemática, na “idade de ouro” da produção de trigo, entre 1630 e 1680, justificando as grandes ações do bandeirismo de apressamento. No século XVII, convergiram os

interesses minerais e agrícolas na busca de cativos, braços de sustentação de uma produção descrita em todos os autores como rica em trigo, hortaliças, mandioca, arroz e algodão, gêneros que também se destinavam ao comércio.

No entanto, deve ser enfatizado que o eixo principal das relações atlânticas estava vinculado ao estabelecimento e à expansão de uma economia escravista na América. Quando o padre Antonio Vieira aconselhava o rei D. João II a primeiro retomar as possessões africanas aos holandeses e só depois atacá-los no Brasil, justificava que o comércio africano possibilitaria os recursos para a empreitada no Brasil, e o Brasil, sem a África, não se sustentaria. Era o “trato (comércio) dos viventes (seres vivos)”, para usarmos o feliz título de Alencastro (2000) que animava a economia do Atlântico.

A colônia tivera, durante o domínio espanhol, uma relativa expansão econômica. Após a Restauração, com a intensificação da exploração colonial, numa conjuntura de “atlantização do Império”, o Brasil destacava-se como seu principal centro (FRANÇA, 1977, p. 380-400). O Rio de Janeiro era de forma cada vez mais explícita um polo (Godinho) de uma nova expansão portuguesa ou um subcentro (Mauro) de tais ações, que vão se desdobrar até o final do século XVIII, desde a fundação da Colônia do Sacramento passando pela intensificação das relações com a África, até se tornar o porto das minas e culminando com a transferência para a cidade da sede do governo do Estado do Brasil.

A dinâmica do sul do Brasil se encaixa ainda na ideia de circularidade das relações imperiais em Russel-Wood, cuja interpretação:

(...) valoriza a natureza global da expansão portuguesa e reforça a noção de interdependência existente não só entre componentes marítimos e terrestres mas, também, entre diferentes esferas de atividade. A iniciativa portuguesa foi verdadeiramente pluriocênica e pluricontinental (RUSSEL-WOOD, 1998, p. 15).



Atende ao Objetivo 3

3.

(...) o século dezessete foi para o Brasil uma era de consolidação e progresso... com a ruína do império colonial asiático e a importância crescente adquirida pelo Brasil e Angola. O entreposto da Ásia e tráfico das especiarias foram suplantados pelo sal de Setúbal e pelo açúcar e fumo do Brasil (BOXER, 1973, p. 403).

Com base no texto na conclusão de Charles Boxer, responda:

a. Aponte pelo menos um elemento que pode justificar a ideia de “consolidação” da colonização brasileira indicada no texto.

b. Relacione o texto com a ideia de “atlantização” do Império português no século XVII.

Resposta Comentada

a. A expansão agrícola, como no caso da economia açucareira na capitania do Rio de Janeiro, e os movimentos de conquista e interiorização do povoamento, como os consequentes ao bandeirismo paulista, podem ser apontados como indicativos da colonização do sul do Brasil.

b. O declínio do comércio, a perda de várias possessões na Ásia e a consolidação de uma produção agrícola escravista de gêneros tropicais no Brasil transformaram o Atlântico em principal área do comércio português no século XVII.

RESUMO

Durante o século XVII, o sul da América portuguesa, particularmente as capitanias do Rio de Janeiro e São Vicente/São Paulo, conheceu importante expansão da agricultura e sediou as ações de expansão da colonização, tanto para o interior do Brasil, cujo resultado no final do período foi a descoberta das minas, quanto em direção ao sul do continente com o estabelecimento dos lusitanos no Rio da Prata.

Neste contexto e em conjunto com as transformações do Império português, o Rio de Janeiro se constituiu em um dos principais centros do Império colonial português.

Informação sobre a próxima aula

Depois de compreendermos o processo de expansão da colonização na região e sua projeção no mundo atlântico, na próxima aula será estudada a dinâmica das relações de poder no mundo colonial, tomando-se como exemplificação o Rio de Janeiro.



Aula 4

Relações de poder e administração: a dinâmica da sociedade colonial

Marcos Sanches

Meta da aula

Apresentar as características e a dinâmica da administração colonial, tomando como exemplo o Rio de Janeiro, destacando as suas relações com a sociedade colonial.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. caracterizar a hegemonia das redes de poder ligadas à família Correa de Sá nos dois primeiros séculos da colonização;
2. analisar o processo de crescente centralização da administração no século XVIII, em paralelo com a relevância do Rio de Janeiro na América portuguesa;
3. reconhecer a dinâmica das relações entre o Estado e a sociedade no mundo colonial.

Pré-requisitos

Para uma melhor compreensão, você precisa identificar a dinâmica da conquista e da administração do Rio de Janeiro nos dois primeiros séculos da colonização. Se julgar necessário, volte às Aulas 2 e 3, nas quais o assunto foi apresentado.

INTRODUÇÃO

A abordagem desta aula propõe avançar além do aspecto formal do Estado colonial, sua estrutura de cargos etc., privilegiando o funcionamento social da administração, isto é, valorizando a interface entre sua organização, as normas que orientam seu funcionamento, sua posição no conjunto do Estado com o “embate” com os grupos da sociedade e seus interesses, possibilitando compreender o efetivo funcionamento das instituições e sua eficácia no corpo social (HESPANHA, 1989, p. 13). A perspectiva pretendida é estrutural, porque concebe os sistemas de poder encarnados no todo social e, investigando-os nos quadros de uma rede relacional, procura apreender a aplicação da legislação e a evolução institucional das agências estatais em face da sua recepção no corpo social. Ou seja, como se efetua a distribuição do poder; quais eram os beneficiários dessa distribuição e o porquê; identificando os vários níveis de poder e os vários campos de equilíbrio sociais; significa, enfim, avaliar os limites efetivos do poder do Estado e do rei (HESPANHA, 1986, p. 10).

A Capitania do Rio de Janeiro é campo privilegiado para observação do poder na colônia. Fundada como Capitania Real, conheceu a constituição de uma elite, estruturada em redes e monopolizadora do poder. A concepção de poder aqui empregada transcende o poder formal do Estado e seus órgãos, entendendo-o como um processo que permeia todo o corpo social.

Desta forma, a compreensão da dinâmica da administração exige a identificação e a interpretação das diversas redes de relações que compõem a sociedade colonial, os seus respectivos significados e sua interferência no funcionamento do Estado.

Capitania Real e uma administração patrimonial

A fundação do Rio de Janeiro foi, em verdade, efetivada pelo próprio governador-geral Mem de Sá, depois da morte do capitão-mor Estácio de Sá. Após a vitória final sobre os franceses, Mem de Sá permaneceu na cidade até 1568, provendo os principais ofícios e dando continuidade a concessão de sesmarias.

Os beneficiários foram os conquistadores, vindos do reino como Salvador Corrêa de Sá, primeiro governador, ou de outras capitanias como São Vicente. Desde então, se delineava um dos contornos da elite da Capitania, originada dos conquistadores. Se os Corrêa de Sá vão monopolizar por si ou parentes alguns dos postos-chave, inclusive o governo da Capitania, nos dois primeiros séculos, outros colonos se beneficiaram de amplas concessões de terras, como Brás Cubas, preposto do donatário de São Vicente e João de Souza Botafogo, também vicentino, cuja descendência está presente em postos-chave da administração, como o de escrivão da Fazenda.

O Rio de Janeiro foi, desde cedo, um polo das ações portuguesas no sul da América, pois, em 1572, após a morte de Mem de Sá, passou a sediar um dos dois governos em que foi dividido o Brasil. Quando da reunificação do governo geral, em 1578, teve início o segundo governo de Salvador Corrêa de Sá, que marcou ao longo de vinte anos (1578-1598) a consolidação da capitania, o início de sua configuração urbana, além do morro do Castelo e da cidade velha (núcleo original fundado por Estácio de Sá no bairro da Urca), e a efetivação de relações comerciais com outras regiões, como o rio da Prata e a África (FREIRE, 1914, p. 65).

Segue-se um período marcado pela presença de D. Francisco de Souza, primeiro como governador-geral (1599-1604) e depois como titular da Repartição do Sul em 1608, desvinculando mais uma vez a região da jurisdição do governo da Bahia.

A Repartição do Sul foi extinta, quando da posse do novo governador-geral Gaspar de Souza (1612), mas o Rio de Janeiro continuou desfrutando de ampla autonomia, a exemplo da nomeação de Salvador Corrêa na administração das minas (tema já referido na aula anterior), que foi sucedido por seu filho (Martim) e seu neto (Sá e Benevides).

Até a Restauração (1640), o governo da capitania foi dominado pela família Corrêa de Sá, destacando-se os dois longos períodos de Martim de Sá (1602-1607 e 1623-1632) e o primeiro governo de seu filho, Salvador Corrêa de Sá e Benevides (1637-1642) que voltaria ao governo em mais duas ocasiões (1648 e 1660-1662).

A capitania vivia pelo menos dois graves conflitos. Desde 1635, as denúncias dos jesuítas contra a exploração de mão de obra indígena eram fator de instabilidade. A substituição arbitrária do provedor Domingos Correia era objeto de devassa que contribuiu para a substituição de Benevides, em 1642, apesar de prestigiado pelo marquês de Montalvão, que lhe ampliara as competências por Provisão de 9 de março de 1641 e vinha sofrendo severa oposição do novo governador-geral Antonio Teles da Silva. Apesar de substituído no governo, Benevides foi alvo de sucessivas mercês no Reino e no Brasil (provedor das minas, general da frota, conselheiro ultramarino etc.), certamente refletindo a sua inserção no arranjo de poder consequente à ascensão dos Bragança.

A pronta adesão à Restauração e ao novo rei reforçara os vínculos entre as partes do Império, com a efetivação de estratégias de “troca” entre a nova dinastia e seus súditos. O Alvará de 10 de fevereiro de 1642 agraciou os cariocas com as “honras, privilégios e liberdades de que gozam os cidadãos da cidade do Porto” e no início do ano seguinte (7 de janeiro), novo Alvará atendia a uma das principais reivindicações da Câmara: a medição e a demarcação, tomo de todos os bens, terra e mais propriedades que lhe pertencessem, enfrentando uma das mais conflituosas questões da história da cidade, a demarcação da sesmaria da Câmara concedida por Estácio de Sá.

Os Sá restauraram a hegemonia no governo da Capitania em 1645 com posse de Duarte Correia Vasqueanes (1645-1647), ao mesmo tempo em que Benevides era designado general da frota e administrador das minas. A gravidade da situação financeira favoreceu o acordo com a Câmara para o aforamento dos terrenos de marinha, autorizada em 1647, cuja receita era destinada à defesa, mas foi ainda mais agravada pela instituição do imposto para a manutenção da frota da então criada Companhia de Comércio (1649), incidente sobre os principais produtos exportados, quando já pesava o encargo da expedição contra os holandeses em Angola.

A criação da Companhia de Comércio do Estado do Brasil ampliou as tensões já manifestadas na oposição da Câmara ao “regimento da navegação”, considerado “contrário às conveniências dos moradores, mercadores e carregadores” da cidade (RIO DE JANEIRO, 1645).

O longo governo de Luís de Almeida Portugal (1652-1657) foi marcado pela dificuldade de escoamento do açúcar, conseqüente à crise geral dos preços, à irregularidade da frota e à ausência de numerário. Apesar das já conhecidas agitações da tropa, a Câmara se recusava a adiantar recursos, fazendo chegar ao rei a sua insatisfação com os “desmedidos privilégios e monopólios”. A Carta Régia de 23 de julho de 1654 autorizou a viagem do seu procurador a Lisboa, cargo exercido por Francisco da Costa Barros, antigo proprietário do ofício de escrivão da fazenda, coautor de várias denúncias de irregularidades na Provedoria desde 1640 e adversário de Benevides e do provedor Pedro de Souza Pereira.

Almeida Portugal acabou substituído por Tomé Correia Alvarenga (1657-1660), parente de Benevides, que lhe sucedeu, e cunhado do citado provedor. Quando de sua posse, a família controlava, além do Governo e da provedoria, o ofício de sargento-mor (Martim Corrêa Vasques) e a vereança (Manuel Corrêa Vasques). Nova solicitação de recursos por parte do governador teve como resposta da Câmara a proposta de criação de uma taxa (subsídio voluntário) sobre a aguardente para custear as obras de abastecimento de água.

Recusada pelo governador comprometido com a preservação do monopólio da Companhia de Comércio, pôs em prática a proibição da sua produção em setembro de 1659, decisão que contribuiu para a eclosão da Revolta da Cachaça no ano seguinte.

O último governo de Salvador Corrêa de Sá e Benevides fazia novamente a capitania independente da Bahia e coincidiu com medidas monopolistas, acirrando a tensão com outras redes de poder e com a própria Câmara. Ao tomar posse, se colocou contra a execução do Alvará de 16 de outubro de 1659, resultado do pedido da Câmara, que reconhecia irregularidade no provimento dos postos militares e seu excesso, propondo a sua diminuição a título de economia. Impôs, ainda, a taxaço sobre o sal do Cabo Frio, cujo peso na receita da cidade era considerável, representando 25% das receitas do açúcar.

A “queda de braço” entre as duas esferas se desdobrou com a proposta do governo local de um programa totalmente incompatível com a lógica da própria colonização: comércio livre, aumento da taxaço da carne para sustentar obras do presídio, suspensão do subsídio dos vinhos, substituído por outro incidente sobre a aguardente. A resposta do governador foi a imposição de um donativo pessoal e, ambas as partes, pareciam aceitar as propostas, no fundo inaceitáveis, não por força de posições individuais ou de grupos, mas pelo seu caráter estrutural.

Fato é que bastou o governador se deslocar para São Paulo deixando em seu lugar o provedor Tomé Correia Alvarenga para a revolta explodir em 8 de novembro. A historiografia específica sobre o Rio de Janeiro é tradicionalmente simpática ao movimento, considerada “legítima” por Felisbello Freire (1914) e autores posteriores que beberam da mesma fonte, os anais de Baltazar da Silva Lisboa (1835).

Silva Lisboa foi duro crítico do monopólio, particularmente no caso da Companhia Geral do Brasil, na perspectiva da geração que promoveu a emancipação política. Portanto, o monopólio era apenas uma forma de opressão, sem atribuir-lhe qualquer dimensão estrutural.

Felisbello Freire, autor da principal síntese sobre a história do Rio de Janeiro, desde as obras anteriores e de Pizarro e do próprio Silva Lisboa, atribui a responsabilidade da revolta nos “excessos”, “paixões”, “ilegalidades” e “arbitrio” do governador, enumerando-os: arrendamento das marinhas, opressão aos moradores de Campos, já como estratégia para a obtenção da Capitania de Paraíba do Sul, venda do galeão ao Estado e aluguel de sua casa para morada do próprio governador (FREIRE, 1914, p. 210).

A análise das fontes aponta o caráter dúbio da relação do governador-geral Francisco Barreto com as diversas partes envolvidas; e o perdão e soltura dos revoltosos podem ser considerados como evidências da mesma orientação na correição ou devassa então realizada, estratégia que pode ser explicada pela delicadeza do momento, quando deveria o governador-geral impor a contribuição de 26 mil cruzados anuais para o dote da rainha da Inglaterra e paz da Holanda, comunicada à Câmara em 29 de abril de 1662.

Sufocada a revolta e afastado Benevides, o novo governador Pedro de Melo assumiu, com a subordinação à Bahia restaurada e as restrições à fabricação de aguardente e a liberdade de comércio relativamente abrandadas. O novo governador e seus sucessores até Manuel Lobo enfrentaram um quadro desafiador: restaurar as boas relações com os colonos sem prescindir de novas formas de extração de renda. As crescentes imposições fiscais, como os donativos para custear a paz com a Holanda, enfrentaram as tradicionais resistências, aí incluindo-se conluios e descaminhos.

No geral, as relações do Rio de Janeiro com o Governo Geral parecem ter se tornado mais tensas, pois a documentação, a exemplo do observado nos contratos de arrematação, apresenta reiterados pronunciamentos sobre a subordinação do sul ao governo do Estado do Brasil, cuja autonomia era considerada excessiva por diferentes governadores desde Francisco Barreto. Sob o impacto da revolta de 1660-1661, era inequivocamente restaurada a subordinação à Bahia, mas acrescida de expressiva redução da jurisdição do governador.

O Regimento passado em 10 de outubro de 1663 pelo vice-rei Vasco de Mascarenhas, conde de Óbitos, ao governador Pedro de Melo reiterava as tradicionais recomendações de vistoriar as fortalezas e armazéns, reflexo da tradicional preocupação com a defesa, o que, na referida conjuntura, exigia “mostras anuais”, listagem das “pessoas aptas” a serem mobilizadas, proposta de “pessoas idôneas para completar a infantaria paga e as ordenanças”, autorizando a aplicação de “castigos moderados” pelo capitão.

Além disso, proibia a intromissão nos negócios da Provedoria e da Ouvidoria, cabendo-lhe apenas vigiar os desvios de conduta dos demais oficiais e denunciá-los à metrópole sem qualquer ação efetiva. Também lhe era vedada a proibição de nomear oficiais da justiça e da fazenda, restrição relevante se lembrarmos que, embora não encontrasse amparo legal, era prática corrente na Capitania.

Destaque-se entre as limitações então estabelecidas a proibição de conceder sesmarias, questão extremamente sensível na Capitania onde subsistiam conflitos entre a Câmara e a Companhia de Jesus, e entre o governo local e o próprio capitão pela administração dos sobejos.

Ao conde de Óbitos coube a tarefa de implementar a cobrança dos donativos da paz com a Holanda e do dote da rainha, por isso, o conde viveu permanente tensão com a governação fluminense. O vice-rei era um dos exemplos de maior envolvimento da nobreza na administração do Ultramar. Representativa não só do aumento do peso relativo do Império na produção da renda nacional e da estreiteza das oportunidades do reino, a designação de oficiais com maior “qualidade” social expressava a ampliação crescente da intervenção da Coroa, o que não eliminava a interferência de redes sociais já estabelecidas ou então constituídas e não só nas colônias.

As intervenções do governador-geral foram aparentemente bem-sucedidas: conseguiu que o seu irmão, Pedro de Mascarenhas, fosse o substituto de Pedro de Melo. Isso em meio à delicada conjuntura, na qual a retração do comércio do açúcar e as sucessivas “quebras” da moeda, como a decretada em 1663 de aproximadamente 10%

do valor, produziram efeitos financeiros ruinosos na capitania. Efeitos que não deixavam de ser reconhecidos pela metrópole, a exemplo da Carta Régia de 12 de julho de 1666 reduzindo em 4% o valor do donativo devido pela capitania e aumentando o prazo de pagamento de 16 para 24 anos.

Apesar da preocupação com o atraso na remessa dos donativos e descumprimento dos contratos, a Coroa reconhecia os limites das suas ações, suspendendo, por exemplo, a obrigação do papel selado (1668), instituído desde 7 de abril de 1664.

Pedro de Mascarenhas, ao assumir o governo em maio de 1666, trazia instruções rigorosas para a cobrança das dívidas em atraso com a Fazenda Real, mas foi em torno da demarcação das terras da cidade que protagonizou ações emblemáticas da dinâmica da governação colonial.

Desde o ano anterior, o ouvidor Manoel Dias Raposo havia retomado a demarcação dos bens da Câmara, objeto de decisão real desde 1643. Sem entrar no mérito da discussão das fontes e sua veracidade, é fato que o rumo traçado deixava fora das terras concelhias o núcleo principal da cidade. Os oficiais da Câmara peticionaram ao novo governador, sete dias após sua posse, em 26 de maio de 1666, que lhes concedesse as terras que “sobejavam” do “dito rumo para a banda do mar”, pleito prontamente atendido em flagrante descumprimento do citado Regimento de 1663 e com eventual prejuízo de concessões efetuadas desde a fundação da cidade, embora as interpretações sobre o sentido dos “sobejos” como totalidade das terras seja discrepante.

Por outro lado, a demarcação, tendo alcançado o mar ao norte da cidade e não completado a medida original, seguiu em direção aos mangues de São Cristóvão, provocando pronta reação dos jesuítas, que consideravam tais terras como suas. Paralisada a demarcação em junho de 1666, em dezembro, o ouvidor compareceu extraordinariamente à Câmara, a requerimento dos seus oficiais e acatou capítulo para a correção do ano seguinte, quando a composição da Câmara estaria renovada, determinando a continuação do trabalho.

Conflito acirrado, novamente o governador descumpriu o ordenamento de 1663 encarcerando o ouvidor nos primeiros meses de 1667, paralisando o processo de medição, só retomado dois anos depois. Mais uma vez, deve ser ressaltado que, na América, discutir o cumprimento ou o grau de descumprimento dos ordenamentos e valorar os polos de força em atuação no sistema administrativo não parece dar conta do problema, se não situarmos a investigação na lógica das relações de poder do Antigo Regime e ficarmos atentos às realidades do mundo colonial.

A partir da década de 1680, outro elemento será presente na história da região: a fundação da Colônia do Sacramento, no rio da Prata, pelo governador Manuel Lobo (1680), cuja importância já foi destacada na Aula 3.

Nas três últimas décadas do seiscentos, podemos falar de uma tendência à centralização e controle, não só da administração, a exemplo da instituição do Bispado de São Sebastião do Rio de Janeiro (1676), em grande parte, ligado à crescente perspectiva de descobertas minerais, o que se confirmou nos anos finais do século, promovendo novas inflexões na governação da colônia.

A nomeação de Artur de Sá e Menezes (1698-1702) representou a primeira ação da administração na região das minas, o que, no entanto, só foi possível por intermédio da “negociação” com os descobridores paulistas. A dinâmica desse processo será tratada na próxima parte da aula.

A crescente importância da Capitania e os riscos, internos e externos, daí decorrentes, marcaram a evolução da administração ao longo do século XVIII, principalmente depois dos ataques franceses (1710 e 1711). A centralidade do Rio de Janeiro que culminará em 1763 com a transferência para a Capitania da sede do governo do Estado do Brasil se consolidou ao longo dos dois governos que precederam a medida: Luís Vahia Monteiro (1725-1732) e Gomes Freire de Andrade (1733-1763).

Vahia Monteiro ficou conhecido pelos inúmeros confrontos em que se envolveu com a Câmara, ordens religiosas etc., na tentativa de exercer um controle mais efetivo sobre os sempre presentes descaminhos. As suas atitudes acabaram sendo tolhidas pela metrópole, na medida em que rompeu os limites e o tênue equilíbrio entre o tolerável e o ilegal, do qual dependia em última análise a própria exploração colonial (CAVALCANTE, 2006, cap. 4)



Atende ao Objetivo 1

1. Em 1697, o governador Sebastião de Castro Caldas encaminhava denúncia ao Conselho Ultramarino sobre irregularidades na arrematação dos dízimos sobre o contrato da baleia, isto é, o contrato para arrecadação do imposto incidente sobre o produto, uma vez que o contratador escolhido era ligado aos dois oficiais. Mas, na denúncia, o governador considerava o provedor Francisco de Brito Meireles e seu escrivão Inácio da Silveira Vilalobos como “poderosos para se ter como inimigos” (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, doc. 2050).

Com base no texto, desenvolva as seguintes questões:

a. Justifique a afirmativa do governador que considerava os oficiais da Fazenda como “poderosos”.

b. Explique um dos aspectos do envolvimento dos colonos na administração colonial.

Resposta Comentada

- a. Os oficiais da Fazenda, assim como outros funcionários da administração colonial, eram colonos, e como tal, inseridos em redes sociais existentes na Capitania. Portanto, o exercício das suas funções era indissociável dos interesses econômicos e sociais dos grupos a que pertenciam.
- b. A administração colonial guardava características típicas do Antigo Regime como o caráter prebentário – isto é, a compra – dos ofícios, com a participação efetiva dos colonos, resultando na não diferenciação efetiva do público e do privado.
-

De capitania a “capital” do Estado do Brasil

A longa administração de Gomes Freire (1733-1763) representa o que chamamos de centralidade do Rio de Janeiro, pois o governador chegou a acumular os governos de Minas Gerais, São Paulo e da então criada Capitania do Rio Grande, além da colônia do Sacramento, já subordinada ao Rio de Janeiro.

Nas Minas Gerais persistiam os constantes conflitos relativos à tributação sobre o ouro. A substituição do quinto pela capitação e a demarcação do Distrito Diamantino amplificaram as tensões, exigindo longas permanências do governador naquela capitania. O Sul também ocupou bastante a atenção da administração, principalmente em razão dos permanentes conflitos com os espanhóis em torno da Colônia do Sacramento e da colonização do Rio Grande, repercutindo nas capitanias do Sudeste, tanto pelo aumento do efetivo militar, quanto pelas resistências ao recrutamento.

No Rio de Janeiro, houve um incremento na exploração do interior, em grande parte, favorecido pelo desenvolvimento de uma agricultura de abastecimento, sobretudo no eixo dos caminhos

abertos para a comunicação com São Paulo e Minas Gerais. Na cidade, Gomes Freire promoveu a ocupação além do “muro”, construído após as invasões francesas (1710-1711) e resolveu definitivamente o problema de fazer chegar à cidade a água do rio Carioca, através do aqueduto hoje conhecido como Arcos da Lapa (CAVALCANTI, 2004).

Ao mesmo tempo, várias intervenções na cidade expressavam a sua importância na América portuguesa e uma nova dinâmica do poder, já com o absolutismo consolidado, como o Palácio dos Governadores (atual Paço Imperial) e o projeto de uma nova catedral, só concluída depois de 1808 para sediar a Academia Militar, no atual largo de São Francisco.

O absolutismo e a preocupação em reforçar a autoridade metropolitana nas colônias foi mais nítido após 1750, com a ascensão do marquês de Pombal como secretário de Estado, combinando estruturas tradicionais como a monarquia com a influência de ideias do Iluminismo. No sul, a demarcação do Tratado de Madri (1750) dirigida por Gomes Freire levou à Guerra das Missões e a conflitos que, no final do seu período de governo, retomou o território até Santa Catarina.

A expulsão dos jesuítas e o confisco de seus bens permitiram a continuidade da expansão da cidade, pois a antiga fazenda (parte da atual zona norte da cidade) foi vendida a comerciantes e outras pessoas de posses, permitindo, em muitos casos, o desenvolvimento de importante produção agrícola, como no caso do arroz no vale do Andaraí (parte da atual Tijuca). Após a morte de Gomes Freire, todos os governadores do Rio de Janeiro foram designados com a patente de vice-rei do Estado do Brasil, formalizando o papel central da Capitania, no que se consagrou chamar de transferência da capital, até então instalada em Salvador.

O primeiro traço comum a todos os vice-reis que exerceram a função até 1808 foi o longo período de exercício de quase todos eles, o que pode indicar uma estabilidade da administração. Dentre eles, devem ser destacadas as gestões do marquês do Lavradio

(1769-1777) e de Luís de Vasconcelos e Souza (1769-1790), promotores de ações de grande impacto na Capitania, dentre as quais se destaca o fomento agrário.

A expressão “fomento agrário” foi cunhada pela historiografia para designar a valorização das atividades agrárias defendida pelo pensamento fisiocrático, que no Brasil também foi uma alternativa ao declínio da produção mineral na segunda metade do século XVIII. A expansão agrícola consolidou o atual Sudeste do Brasil (em especial, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo) como uma região geoeconômica e reforçou a elite mercantil da colônia, que adquiria assim uma dimensão senhorial de proprietários de terra e escravos (FRAGOSO, 1998).

Nas últimas décadas do século XVIII, em meio ao processo de crise do sistema colonial, o Rio de Janeiro reforçava sua condição de centro da América portuguesa. Uma forte elite colonial e administradores cada vez mais centralizadores eram foco de um processo de permanente tensão, que, se por um lado indicava a possibilidade de conflito, por outro, impunha a necessidade de negociação, como aponta a historiografia mais recente que estudou o papel da Câmara da cidade.

Os estudos citados revisaram a ideia tradicional de que as Câmaras perderam muito do seu poder no século XVIII. Ao contrário, elas e outras instituições monopolizadas pela elite colonial como as misericórdias, as milícias e as irmandades religiosas se fortaleciam com espaço de conexão e negociação das colônias com as metrópoles (BICALHO, 2003).

No final do período colonial, um novo arranjo de poder ficava mais visível. A crise do sistema, dentro da chamada Crise do Antigo Regime, produzia mais um medo generalizado de revolta, que era administrado pelas autoridades metropolitanas, ora pela negociação, ora pela repressão, como na Devassa de 1794 (SANTOS, 1992). O Brasil se aproximava da ruptura com a condição colonial, mas esse percurso será cumprido por outro caminho após 1808.



Atende ao Objetivo 2

2. É certo, porém, que não só esses, mas outros importantíssimos produtos que fariam aumentar muito os interesses dessa capitania se podiam nela estabelecer, se a fazenda real tivesse outras forças que pudesse repartir, e se a Câmara, a quem propriamente pertence promover os artigos que são úteis aos povos, tivesse outros meios e fosse composta de pessoas zelosas que se aplicassem a conhecer terrenos próprios desses estabelecimentos e os soubessem regular com bom método e direção, sem vexame e sem violência (...) (SOUZA, 1842, p. 41).

O texto citado apresenta a avaliação do vice-rei quanto aos obstáculos ao desenvolvimento econômico da capitania. Com base em sua leitura, desenvolva os itens que se seguem:

a. Identifique e explique o movimento econômico característico da segunda metade do século XVIII no referido texto.

b. Comente uma característica da relação entre os governadores/vice-reis e a Câmara.

Resposta Comentada

a. O texto se refere ao “fomento agrário”, movimento difundido em Portugal e em suas colônias no século XVIII, que, baseado na fisiocracia, defendia as atividades agrárias como principais atividades a serem desenvolvidas no país.

b. As relações entre os governadores/vice-reis e a câmara eram conflitantes, pois, enquanto os primeiros representavam os interesses da Fazenda Real, como, no exemplo do texto, as possibilidades de arrecadação sobre os produtos, o segundo expressava os interesses locais, que poderiam ser o comércio de gêneros importados.

Relações e tensões na administração colonial

Na parte final da nossa aula, vamos nos fixar, em dois casos que já foram objeto de estudo e demonstram a natureza das relações de poder no mundo colonial.

No primeiro, tensões e disputas marcaram, ao longo do século XVII, o exercício do provedor de fazenda da capitania, responsável pela arrematação dos contratos de tributos. Particularmente, o dízimo incidente sobre os produtos agrícolas, principal fonte de arrecadação, só superado pelo dízimo da alfândega, no século XVIII, quando, por conta da atividade comercial ligada às Minas Gerais e ao extremo sul, o Rio de Janeiro se tornou o principal porto da colônia.

Preliminarmente, devemos lembrar que o provimento da maioria dos ofícios obedecia a critérios prebentários, isto é, os interessados pagavam pela serventia (por um período determinado) ou pela propriedade (em caráter vitalício) do exercício, o que favorecia aos colonos, que, por intermédio das suas parentelas ou redes, monopolizavam os ofícios, o que lhes assegurava, além de prestígio social, a satisfação dos seus interesses.

Estamos diante de uma complexa problemática no mundo colonial, a não distinção entre o público e o privado, que, longe de expressar a fragilidade do controle metropolitano, revela a sua dinâmica, pois a participação dos colonos na administração

solidificava os vínculos dos súditos com o soberano. Isso porque, se os súditos desfrutavam de espaço para realização dos seus interesses individuais, asseguravam a continuidade e a efetividade da dominação colonial (RUSSEL-WOOD, 1998, p. 14).

A constituição de uma elite colonial foi interpretada por João Luiz Fragoso como o “produto de práticas e instituições do Antigo Regime português”, derivando de múltiplos mecanismos, não só econômicos, concluindo que tal grupo teve como elementos constituintes: a participação na conquista e guerras subsequentes, na administração real e no governo da República e a constituição de redes de reciprocidade envolvendo e completando diferentes interesses da sociedade colonial (FRAGOSO, 2001, p. 42-44).

Em 1639, Benevides substituiu o provedor da Fazenda, Domingos Correia, pelo marido de uma parenta, o capitão Pedro de Souza Pereira. A forte oposição da população local repercutiu na metrópole, mas os procedimentos contra o governador não surtiram efeito, pois, substituído por pressão do novo governador-geral, acumulou várias posições no Reino como conselheiro da Fazenda e, mais tarde, general da frota da Companhia de Comércio (BOXER, 1973, p. 151-152).

Desde então, sucederam-se conflitos entre diversas redes da sociedade fluminense, tendo sido o provedor afastado, em duas ocasiões, mas retornando ao cargo, no qual permaneceu até ser assassinado (SANCHES, 2006).

Na passagem para o século XVIII, encontramos o segundo caso selecionado para estudo. A fundação da Colônia do Sacramento e a descoberta das minas na década seguinte marcaram uma nova inserção da Capitania no circuito atlântico, a partir da nomeação de Luis César de Menezes para governador da Capitania (1690-1693), com conhecidas redes de ligações na Bahia e na África, envolvidas no tráfico de escravos. O que pode ajudar a explicar o seu empenho na execução da lei de liberdade dos gentios.

A preocupação de controle não eliminava a interferência de redes sociais na administração, mas estas assumiam uma nova dimensão, com atuação em diferentes partes do Império (GOUVEA, 2001). Ao mesmo tempo, a relação com os descobridores das minas era conflituosa, prenunciando as permanentes tensões em torno da arrecadação de tributos e, conseqüentemente, dos descaminhos nas atividades mineradoras que marcaram a administração até o final do período colonial (CAVALCANTE, 2006).

Artur de Sá e Menezes obteve sucesso na empreitada de ir às Minas, mas isto só foi possível através de uma “aliança” com os paulistas descendentes de Fernão Dias Paes, que controlavam a Provedoria das Minas e obtiveram novos privilégios, como a abertura do caminho novo, ligando a região ao Rio de Janeiro, efetivada pelo filho do bandeirante Garcia Rodrigues Paes (SANCHES, 2008).

Ao mesmo tempo, o governador se tornou um minerador, explorando jazidas que lhe asseguraram expressiva riqueza. Assim, se entrelaçam dois movimentos: a “negociação” da autoridade régia com os colonos e a indistinção do público e do privado. Neste ponto, colocam-se duas possibilidades de interpretação, não necessariamente antagônicas.

Para Russel-Wood, as tensões entre o controle metropolitano e as dinâmicas coloniais estavam inseridas no que chamou de “trajetória crescente”, quando as posições da Coroa foram, também de forma crescente, submetidas à “pressão colonial”, fortalecendo a periferia (colônia) frente ao centro (metrópole) (1998, p. 243).

Laura de Mello e Souza nos chama atenção para o fato de que a constituição de uma elite colonial, sua participação na administração mantendo uma relação com a metrópole de tensão/negociação, é parte da dialética que caracteriza as relações coloniais, não a sua negação (2006, cap. 1).

Sem dúvida, as relações de poder no mundo colonial não devem ser coisificadas, a partir de um modelo válido para todos os lugares, ao longo de três séculos. Mas as tensões entre o Estado e a sociedade, características das monarquias modernas, se projetaram na colônia, onde se adquiria especificidades decorrentes da própria dinâmica da exploração.



O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

Você já deve ter ouvido falar no IHGB, fundado em 1838, o Instituto mantém atuação destacada no sentido de preservar a cultura nacional e o estímulo ao estudo da História e da Geografia do Brasil. Acessando o *site* do IHGB, você terá acesso a um precioso material de estudo. No que tange à nossa aula, entre na página do IHGB, clique no *link* “publicações” e escolha as edições 432 e 438, para saber mais sobre a trajetória do provedor Souza Pereira e a participação dos colonos na administração colonial. Visite: www.ihgb.org.br



Atende ao Objetivo 3

3. Em 1769, ao entregar o Governo do Estado do Brasil, o vice-rei, marquês do Lavradio, comentava sobre a sua atuação no recrutamento militar, procedimento muito importante em função das guerras no sul e sempre objeto de confrontos com os colonos:

eu mesmo assisti ao alistamento, fazendo-lhe o maior agrado, e nomeei para oficiais os negociantes e pessoas mais abundantes da capital, para que eles vissem que aqueles oficiais, não só não haviam extorquir deles, o que costumavam praticar os

mais oficiais de auxiliares, mas que, pelo contrário, seriam capazes de os socorrer nas suas precisões e ajudá-los a um dos seus negócios e a outros em seus ofícios (...) (LAVRADIO, 1842, p. 418).

Com base no texto e considerando o conjunto da aula, responda:

Justifique a preocupação do vice-rei em fazer “agrado” a determinados grupos da sociedade colonial.

Resposta Comentada

As pessoas a quem o vice-rei entendia dever fazer “agrados” eram integrantes da elite colonial. O texto revela não só a necessidade de mobilizar os colonos para os serviços necessários à segurança da região, mas também a necessidade de tê-los como aliados na dinâmica social que caracterizava o processo de colonização.

RESUMO

As relações de poder no mundo colonial refletiam a dinâmica da relação entre a sociedade e o Estado no Antigo Regime. Na colônia são evidentes a indistinção entre o público e o privado, o amplo envolvimento da sociedade colonial na administração e uma permanente tensão entre os dois polos do processo (metrópole e colônia) Brasil.

O caso do Rio de Janeiro é relevante para a compreensão do processo, pois a elite controlou os principais postos da administração

e, mesmo no século XVIII, quando a ação da metrópole refletia a consolidação do absolutismo, continuaram tensas as relações entre a elite colonial e a administração metropolitana.

Informação sobre a próxima aula

Depois de compreendermos a dinâmica das relações de poder no mundo colonial, a partir do caso da Capitania do Rio de Janeiro, será estudada, na próxima aula, a dinâmica interna da Capitania, relacionada à sua posição de centralidade na América portuguesa no século XVIII.

Aula 5

A dinamização regional no século XVIII; os caminhos e a transferência da sede do Estado do Brasil

Marcos Sanches

Meta da aula

Apresentar o processo de dinamização regional do Sul do Brasil, centrado na Capitania do Rio de Janeiro, ao longo do século XVIII, e a constituição da hegemonia da região no conjunto da América portuguesa.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. reconhecer as transformações da cidade do Rio de Janeiro no contexto das conjunturas do início do século XVIII;
2. identificar as dinâmicas econômicas centralizadas no Rio de Janeiro que o caracterizaram como polo regional na América portuguesa;
3. reconhecer o desenvolvimento do Rio de Janeiro como capital colonial no contexto da colonização portuguesa no século XVIII.

Pré-requisitos

Para uma melhor compreensão, você precisa ter entendido a posição do Rio de Janeiro no mundo colonial português (Aula 3) e a dinâmica das relações de poder na capitania (Aula 3). Se julgar necessário, você deve voltar às aulas indicadas quando tais assuntos foram estudados.

INTRODUÇÃO

É a cabeça a cidade de São Sebastião, corte de todas as praças do sul: os prezados gêneros, que daquelas partes por mar e terra se lhe conduzem, a foram fazenda rica, hoje se acha opulenta com os descobrimentos das copiosas minas de ouro, que daqueles dilatadíssimos sertões se leva àquela praça, como a feira deste precioso metal, e a buscá-lo se acham no seu porto inumeráveis embarcações de Portugal e do Brasil; e pelo comércio que desta frequência lhe resulta, é o terceiro empório desta região. A cidade é de mediana grandeza, mas de muita formosura; fundada em sítio raso, se estende tão igual com a sua ribeira, que por todo um lado a lava o mar (PITA, 1975, p. 64).

A descrição de Sebastião da Rocha Pita, publicada em 1730, nos apresenta o Rio de Janeiro como um “empório” do comércio regional dinamizado após a descoberta das minas. A cidade/capitania, ao longo do século XVIII, se constituiu no centro da economia regional que englobava duas das capitanias vizinhas – Minas Gerais e São Paulo –, mas se estendia até a região do Prata e se conectava com a África, por conta do tráfico de escravos.

No início do século XVIII, o Rio de Janeiro se mostrava, de forma crescente, como o novo centro da colonização portuguesa na América. Desde as últimas décadas do século anterior, dois movimentos de expansão da colonização reforçavam tal papel da cidade:

1. a fundação da Colônia do Sacramento no Rio da Prata e seus desdobramentos econômicos e militares;
2. a descoberta das Minas Gerais, que, embora realizada pelos paulistas, teve no Rio de Janeiro o seu principal porto de escoamento. Na época das descobertas minerais, São Paulo e Minas estavam subordinados administrativamente a capitania do Rio de Janeiro.

A nova etapa da história da capitania está inserida na “Idade de Ouro”, na expressão de Boxer (1963), ou no “Apogeu da Colônia”, como o denominou Caio Prado (1971), repercutindo também uma conjuntura mundial, europeia e ultramarina, favorável (MAURO, 1980, p. 264).

Se o Rio de Janeiro já desempenhava papel proeminente no comércio atlântico (já estudado na Aula 3), o que consideramos como região se formou a partir do início do século XVIII, pela incorporação ao espaço colonial entre as três capitanias citadas (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo), resultante da abertura das vias de comunicação entre elas. A dinamização regional foi decorrente da mineração e, posteriormente, da expansão agrícola.

Brilho e temor

A riqueza prenunciada pela descoberta do ouro convivía, já no final do século XVII, com as tensões típicas das relações entre a sociedade e o Estado na época moderna. Ao mesmo tempo em que a cidade começava a se beneficiar de novos fluxos econômicos como os ligados a Colônia do Sacramento, a descoberta das Gerais e a expansão da produção de açúcar na Capitania de Paraíba do Sul (hoje correspondente ao norte do Estado do Rio de Janeiro com sede em Campos dos Goytacazes), cresciam as tensões e conflitos de interesses entre grupos da sociedade colonial, e destes com o Estado. Ao mesmo tempo, a fragilidade de Portugal no cenário europeu tornava a próspera colônia objeto de cobiça de outras potências.

É pertinente lembrarmos a “consulta” do Conselho Ultramarino redigida por Antonio Rodrigues da Costa, em 1732 quando apontava “dois gêneros de perigo” que ameaçavam os Estados: os externos, provocados pelas ações de outras nações, e os internos, causados pelos próprios vassallos, destacando como mais arriscada ainda a união da força externa com a insatisfação interna.

Devemos lembrar também da ação de Artur de Sá e Menezes (1697-1702), “negociando” com os paulistas para estabelecer o efetivo controle do governo sobre as minas, até as invasões francesas (1710-1711), a posição proeminente da cidade/capitania também a colocava no centro dos problemas do império português. A descoberta do ouro repercutiu imediatamente no Rio de Janeiro. Resultado das ações do bandeirismo paulista, São Paulo e conseqüentemente as suas conquistas estavam na jurisdição do Rio de Janeiro, e a atitude dos paulistas sempre foi de resistência a controles externos e à defesa do seu privilégio sobre as minas.

No entanto, a abertura do Caminho Novo nas primeiras décadas do século XVIII deslocou definitivamente o eixo de ligação econômica para o Rio de Janeiro, e a Guerra dos Emboabas (1709-1710) privou os paulistas de privilégios, ao mesmo tempo em que se estabeleceu um governo (Capitania de Minas Gerais e São Paulo) desvinculado do Rio de Janeiro. Os estudos sobre as rendas da capitania nos mostram que, no início do século, as rendas da Alfândega ultrapassaram os dízimos cobrados sobre a produção agrícola, o que indica a crescente importância do comércio na economia da capitania (SAMPAIO, 2003).

A projeção da capitania como o porto do ouro e a conjuntura europeia, na qual Portugal, uma potência fragilizada, aderiu a aliança com ingleses na Guerra de Sucessão da Espanha, explica as duas investidas francesas contra o Rio de Janeiro. A adesão aos ingleses pode ser em grande parte explicada pelos conflitos com os espanhóis na disputa de territórios na América, em especial, a Colônia do Sacramento.

A primeira investida, chefiada por Jean Duclerc, que comandava uma armada constituída por seis navios, transportando um efetivo estimado entre 800 e 1.200 homens, chegou à baía de Guanabara em agosto de 1710. Derrotados pela resistência dos colonos, o próprio Duclerc foi feito prisioneiro e assassinado em março do ano seguinte.

Em setembro de 1711, nova investida, com maior poder militar, chefiada por René Duguay-Trouin, que tomou a cidade e obteve alto resgate. Ao longo do tempo, vários autores criticaram a atuação do governador Francisco de Castro Morais, que não teria resistido ao invasor, chegando-se a sugerir um certo acordo das elites locais, inclusive de setores da Igreja, com os invasores. Em tais versões, o maior prejuízo coube a Fazenda Real, e os colonos teriam aproveitado a situação para negociar – um “animado comércio” (BOXER, 1963, p.104) com os franceses, sem as restrições típicas do sistema colonial.

As invasões francesas reforçaram os “medos” que caracterizavam a cidade colonial (CAVALCANTI, 2004, p. 40 sg). Em torno dos debates sobre a defesa da cidade, eram constantes as tensões entre as diferentes esferas da administração. Governadores, Câmara, representantes dos diversos grupos da sociedade divergiam sobre a melhor estratégia de defesa, que acabou se traduzindo em um emblemático muro que cercava a cidade na sua retarguada, ligando o morro da Conceição ao de Santo Antônio, devendo se prologar até o do Desterro (atual Santa Teresa).

Ainda que fosse real o perigo, os governadores que se sucederam à invasão viveram sérios conflitos com a Câmara (BICALHO, 2003). As necessidades financeiras para a defesa da cidade e das regiões a ela ligadas, como a Colônia do Sacramento, encontravam sempre resistência nos colonos. A obra do “muro”, além das despesas, bloqueava a expansão da cidade, numa conjuntura de grande expansão econômica. Também merecem destaque as tensões decorrentes dos problemas fiscais, principalmente ligados ao controle da Alfândega e aos descaminhos do ouro.

Nas primeiras décadas do século XVIII, merece destaque o governo de Luiz Vahia Monteiro (1725-1732), exemplo da agudização das tensões e dos “medos” e, ao mesmo tempo, representativo dos limites da administração na realidade do mundo colonial. Vahia Monteiro – um governador “mais realista que o rei” (CAVALCANTI, 2006) –, tentou por todos os meios coibir os

descaminhos, entrou em disputa com a Ordem de São Bento pela posse da Ilha das Cobras e desagradou diferentes segmentos da sociedade colonial.

Terminou seu governo desautorizado pela metrópole, em um exemplo emblemático dos limites da ação de um governador colonial, que não deveria por em risco o “sossego” dos povos, e com isto a própria dominação colonial.

O seu sucessor, Gomes Freire de Andrada (1733-1763), representa uma virada da administração da colônia na conjuntura de fortalecimento do absolutismo no século XVIII. Com autonomia em relação à Bahia, concentrou em grande parte do seu governo a administração de todo o sul da América, incluindo as Minas Gerais e o sempre instável sul (Rio Grande, Santa Catarina e Sacramento).

Na cidade, um conjunto de ações materializava o seu papel nuclear e prenunciava a futura condição de capital da colônia. O “muro” foi finalmente ultrapassado e a Lagoa do Sentinela drenada, projetando-se um novo rocío – espécie de praça central da cidade, onde normalmente se localizavam a igreja matriz e a Casa da Câmara – no atual Largo de São Francisco, tendo iniciado a construção da nova catedral. O crônico problema do abastecimento de água era equacionado com a conclusão de um novo e definitivo aqueduto.

O novo Palácio dos Governadores (atual Paço Imperial) simbolizava a autoridade do governante com uma construção de porte, elegante e em frente ao porto da cidade. Ao mesmo tempo, a Câmara foi obrigada a ceder a sua velha sede para a instalação do Tribunal da Relação, criado em 1752 – mais um exemplo da crescente importância da cidade. Como se pode observar, além de atender as necessidades da cidade, as intervenções do governador erigiam um novo cenário para a representação do poder.

A expulsão dos jesuítas liberou imensa extensão de terras no interior da cidade, favorecendo sua apropriação por homens ligados aos movimentos de expansão agrícola, que adiante serão estudados, particularmente aos comerciantes. Nireu Cavalcanti nos

chama atenção para o fato de que as terras incorporadas à cidade, quer pela drenagem da Lagoa do Sentinela, quer pela expulsão dos inacianos, favoreceram a elite da capitania, que constituiu chácaras e fazendas de produção (CAVALCANTI, 2004).

Se persistiam os medos dos “inimigos, dos “invasores”, das “doenças”, dos “escravos”, a cidade ganhava lentamente novos contornos, na sua configuração urbana, que se não superavam os temores, refletiam o brilho da sua posição, não só como porto do ouro, mas como núcleo econômico e político de uma região, que, no geral, correspondia ao sul da América portuguesa, a contar da capitania do Espírito Santo.



Atende ao Objetivo 1

1.

Senhor. Em cumprimento desta Real ordem fiz exame na Casa mais própria para servir de Relação, e sem dúvida interinamente com hum pequeno conserto, servirá a Caza da Câmara para a Relação; e assim o faço executar, alugando se pela Real Fazenda (...) para azerem os actos do senado; mas sou obrigado a representar a Vossa Majestade que em Praça, ou largo não há em esta cidade caza capaz para se fazerem vereações, e só uma há na Praça principal a qual com algum conserto poderá com remédio servir; mas não com decência. Recorre me que na Fazenda Real há uma consignaço que paga este povo para sempre por convenio para a conservação das fontes, e aquedutos. Estes se achão tam adiantados, que sem haver falta na abundancia das agoas para o serviço público, se pode suspender por anno e meio o finalizar se o aqueduto pois só faltava cobri lo, e aplicada esta consignaço que é de quarenta mil cruzados se faz a Casa da relação no dito no tempo; e como este rendimento não é imposição ao povo, nem findos ao aquedutos se alivia este

tributo, pois é contrato com obrigação de conduzir, e conservar as ditas agoas, se vem a fazer a obra pela Fazenda Real, sem entrar em alguma das mais, e diferentes aplicações que a mesma Real Fazenda tem, nem se fazer lançamento, ou vexação alguma do povo... (Arquivo Nacional, Códice 80, volume 6).

O texto reproduz fragmentos da carta do governador Gomes Freire de Andrade ao rei D. José I, em 20 de maio de 1751.

Com base no texto anterior, desenvolva as seguintes questões:

- a) Aponte no texto uma preocupação do governador com as frequentes resistências dos colonos.

- b) Explique a preocupação do governador com a “decência” na instalação dos órgãos da administração.

Resposta Comentada

- a) O governador é cuidadoso nas verbas disponíveis para as obras, demonstrando permanente preocupação em evitar a incidência de novas obrigações sobre os colonos, o que era objeto de permanente resistência.
- b) As instalações dos órgãos da administração deveriam apresentar alguma solenidade, demonstrando a prevalência do Estado. Particularmente, em uma conjuntura de consolidação do absolutismo, a exteriorização do poder era elemento indispensável da sua manifestação e reconhecimento pelos súditos.

A dinâmica econômica e a integração regional

A capitania do Rio de Janeiro conheceu, ao longo dos séculos XVII e XVIII, um processo de interiorização do seu povoamento e incremento da sua exploração econômica. Surgiram novos núcleos de povoamento nas baixadas (Iguaçu, Inhomirim, Meriti, São Gonçalo, Itaboraí, Porto das Caixas e Itaguaí) ligados ao avanço das lavouras de cana-de-açúcar e dos currais – a sua “retaguarda” – e serra acima (Cantagalo, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, São João Marcos e Campo Alegre), e associados ao desbravamento do interior e, principalmente, a dinâmica resultante da descoberta de ouro.

Na serra, a ocupação estava ligada ao incremento das atividades mineradoras e à abertura dos “Caminhos”, à margem dos quais se abriram ranchos, roças, estalagens e pequenas casas de comércio. A principal atividade econômica instalada na serra foi, na sua etapa inicial de ocupação, a economia de passagem, gradativamente associada à lavoura de mantimentos, como se pode ver nas citações das “roças” feitas por Antonil (1976) na descrição do Caminho Novo de Minas.

Alterava-se sensivelmente a ocupação espacial e o perfil econômico da Capitania do Rio de Janeiro, alçada à condição de centro de articulação do comércio colonial português, abrigando um setor mercantil interagindo com os proprietários e a burocracia (LOBO, 1978, p. 19). A mineração, marco desse processo, não só elevou o Rio de Janeiro à condição de mais importante centro mercantil da colônia, intermediando as relações entre as áreas de prospecção e o mercado externo, como dinamizou e redirecionou as suas atividades agrárias.

O Caminho Novo foi iniciado por Garcia Rodrigues Paes, em 1698, contemporaneamente às grandes descobertas nas Gerais, mas só em 1702 se tornava trafegável a pé, como se deduz da viagem de Artur de Sá e Menezes às Gerais pelo Caminho Velho dos Guaianazes, via Paraty e Taubaté.

Partindo do porto fluvial do Pilar, no rio Iguaçu, no fundo da baía de Guanabara, transpõe a serra do Couto, adiante do ponto onde futuramente se ergueu a vila de Paty do Alferes, seguindo quase em linha reta para atingir Minas Gerais, após cruzar os rios Paraíba do Sul (no local da futura vila do mesmo nome) e Paraibuna.

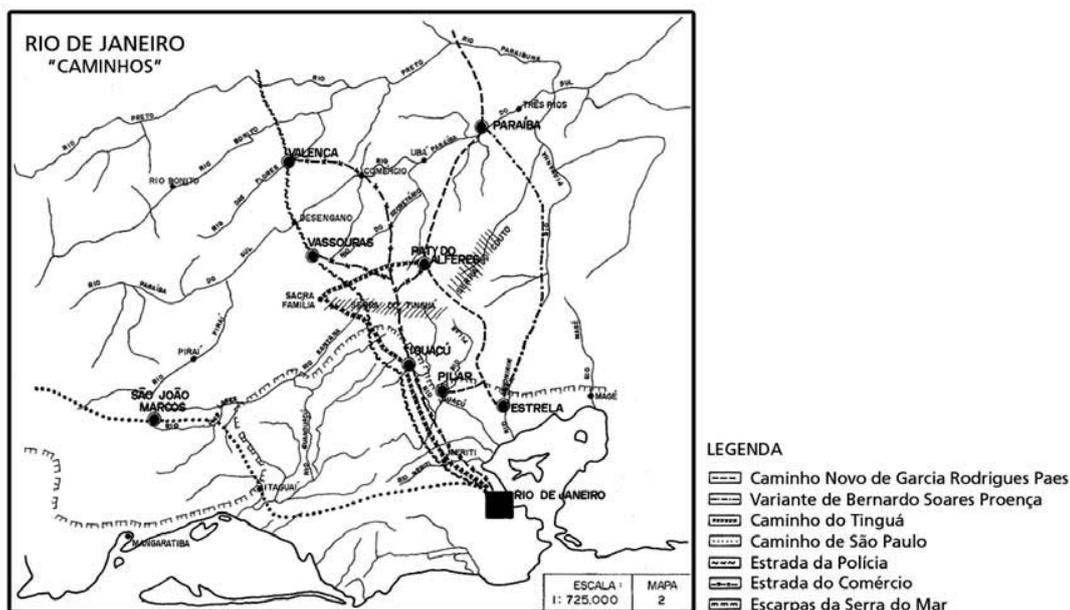


Figura 5.1: Os Caminhos do Rio de Janeiro.

A descrição de Antonil é característica da primeira etapa de ocupação, tendo como pontos de referência pousos e vendas, mesmo se tratando de proprietários titulados, detentores de Cartas de Sesmarias, como Garcia Paes, quando os pontos de comércio aparecem associados à produção, apesar de a distância entre as roças ainda ser medida em dias de jornada:

Partindo da cidade do Rio de Janeiro por terra com gente carregada e marchando à paulista, a primeira jornada se vai a Irará; a segunda ao engenho do alcaide-mor, Tomé

Correia; a terceira ao... rio Iguaçu, onde há passagem de canoas e saveiros; a quarta ao sítio que chamam de Manuel do Couto.

E quem vai por mar..., em um dia se põe no porto... do Pilar; e em outro, em canoa, subindo pelo rio Morobaí acima, ou indo por terra, chega pelo meio-dia ao referido sítio do Couto.

Deste se vai à cachoeira do pé da serra e se poussa em ranchos. E daqui se sobe a serra, que são duas boas léguas; e descendo o cume, se arranja nos pousos que chamam Frios...

Dos pousos Frios se vai à primeira roça do capitão Marcos da Costa; e dela, em duas jornadas, à segunda roça, que chamam do Alferes.

Da roça do Alferes, numa jornada se vai pousar no mato ao pé do morro que chamam Cabaru.

Deste morro se vai ao formoso rio Paraíba, cuja passagem é em canoa. Da parte de aquém, está uma venda de Garcia Rodrigues e há bastantes ranchos para os passageiros; e da parte dalém está a casa do dito Garcia Rodrigues, com larguíssimas roçarias (ANTONIL, 1976, p.184-185).

Os Caminhos, mais do que vias de comunicação e penetração humana, constituíam eixos da expansão econômica, como mais tarde se observará na abertura das estradas da Polícia (1811) e do Comércio (1820), que penetravam em Minas na direção oeste, área valorizada como produtora agrícola e pastoril, cortando a região das futuras vilas de Vassouras e Valença e atravessando o Vale do Rio Preto.

No outro extremo da área delimitada para estudo, encontramos o Caminho de São Paulo, aberto em 1728, cujo traçado sai da cidade do Rio de Janeiro pelo oeste, cruzando a aldeia de São

Francisco Xavier, em terras da fazenda de Santa Cruz dos Jesuítas e transpondo a serra de Itaguaí, no alto da qual surgirá o núcleo de São João Marcos, para seguir em paralelo ao rio Paraíba do Sul até alcançar a capitania de São Paulo.

Foi lenta a ocupação da serra nesta primeira etapa. Em 1767, a “Carta” da capitania, elaborada por Manuel Vieira Leão, indicava a existência de duas cidades (São Sebastião e Cabo Frio) e cinco Vilas (São Salvador, São João da Barra, Paraty, Angra dos Reis e Macacu). O Termo estendia-se da sede da capitania até o vale do Paraíba do Sul, e a produção agropecuária já se mostrava mais diversificada. Era centrada na cultura de cana e fabrico de açúcar, criação de gado e lavoura de sustentação com poucos produtos merecendo destaque, como o tabaco e o anil. Isso não deixa de representar uma mudança em relação ao início do século, quando dominava uma preocupação mais restrita ao abastecimento das tropas e até mesmo com a subsistência.

Os dados recolhidos por Monsenhor Pizarro nas suas visitas pastorais no final do século e sintetizados em seu livro (ARAÚJO, 1947) confirmam a expansão e a diversificação da produção, certamente direcionada ao abastecimento do mercado regional em expansão.

Na ocupação da terra, Stanley Stein identificou dois tipos de pioneiros na serra: os sesmeiros, predominantemente servidores públicos ou pessoas ligadas ao comércio, cujas concessões estavam vinculadas à prestação de serviços ao Estado ou à produção de alimentos; e os posseiros, geralmente vinculados à instalação de pousos, ranchos, roças (STEIN, 1990, p. 35).

Ao longo do século, constata-se uma tendência à redução das posses, em paralelo ao incremento das concessões, vinculadas claramente à atividade agrícola voltada para o abastecimento, da mesma forma que começava a clarificar o perfil dos proprietários vinculados ao comércio ou à articulação comércio-produção e, principalmente, após 1808, ligados à alta administração do Estado (SANCHES, 1997).

Os núcleos fundados no interior da região demonstram a progressiva articulação entre a economia de passagem – pousos, ranchos e outras instalações –, ligada ao trânsito dos Caminhos, e, posteriormente, ao que poderíamos definir como mercado regional, cujos extremos eram o Rio de Janeiro e a região mineradora das Gerais. A história econômica da região sugere a ação de duas forças atuando simultaneamente: a dinâmica local, como área de passagem e depois de produção, e a das áreas circundantes, fazendo da região área de integração e expansão dos circuitos comerciais que dinamizavam a economia.

A segunda metade do século, principalmente a partir do governo do Marquês do Lavradio (1769-1779), foi caracterizada pela adoção sistemática de uma política de fomento agrário, paralela ao declínio da economia mineradora, que acelerou a conversão/reconversão da economia regional à agricultura.

A crise do ouro entre 1760 e 1780 coincide com uma fase de baixa de preços em nível mundial gerando, como resposta, a intensificação de outras atividades econômicas, como a Revolução Industrial na Europa, e, nas colônias, a ampliação da produção agrícola. A mineração deixa de representar o eixo do relacionamento externo da economia colonial, mas não se pode tratar os dois setores como etapas estanques de um mesmo processo, pois a expansão agrícola estava inserida na dinamização econômica regional acelerada pela economia do ouro.

O fomento agrário não foi, pois, um movimento espontâneo, e tampouco uma reversão mecânica ao declínio da mineração.

A decadência da mineração depois de 1760 não esvaziou a economia regional. Ao contrário, incorporou-lhe novos impulsos, inclusive com a introdução e expansão de novas culturas como as do algodão, arroz, cacau e café. Isso sem contar com a do açúcar, intensificando a ocupação do espaço entre as três capitânicas com o desenvolvimento da busca de alternativas econômicas à baixa.

Enquanto Minas Gerais foi o núcleo dinamizador da integração regional, o Rio de Janeiro destacou-se como núcleo mercantil, sendo o comércio impulsionado pelo renascimento agrícola. As condições favoráveis da conjuntura valorizavam os produtos coloniais. De um lado, recuperavam-se as plantações tradicionais como o açúcar, com expressiva expansão no final do século (WEHLING, 1982), de outro, verificava-se “uma grande diversificação” apontada pelo marquês do Lavradio, ao informar que obrigou o cultivo do anil, ao lado do linho, da cochonilla e de outros produtos (LAVRADIO, 1843).

No final do período colonial, o Rio de Janeiro respondia por 1/3 das exportações brasileiras, que representavam não só a produção da capitania, mas todo um conjunto de bens oriundos de todo o Sudeste e Sul do Brasil.

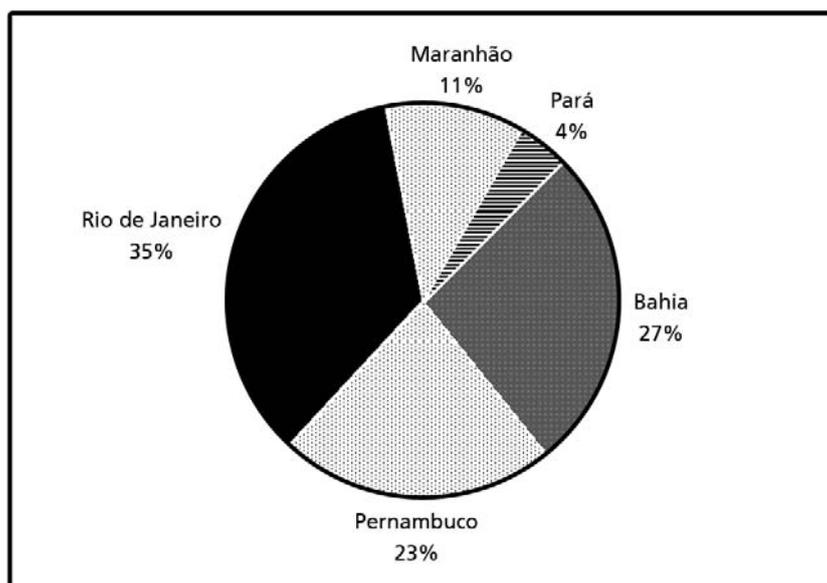


Figura 5.2: Brasil: comércio de exportação – Distribuição Regional, 1796-1807.

Fonte: Adaptado de ARRUDA, José Jobson. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980, p. 153.



Atende ao Objetivo 2

2. O texto a seguir apresenta uma síntese da expansão agrícola no Rio de Janeiro, apontando um dos seus desdobramentos.

Já no século XVIII, o desenvolvimento dos altiplanos centrais pela exploração do ouro na região das Gerais e o deslocamento da capital para o Rio de Janeiro tinham intensificado a circulação do Vale. Os pousos se multiplicaram. Em torno dos pontos de parada obrigatória das tropas que demandavam o sertão, surgiram os primeiros núcleos de povoamento e as lavouras avançaram sobre a mata. As clareiras que resultaram desta operação eram modestas, comparadas à pujança da floresta tropical que recobria, ainda por ocasião da viagem de Spix e Martius, as terras férteis do Vale, e as encostas dos primeiros contrafortes. Nesta época, os pioneiros avançavam na disputa das terras e a derrubada se iniciava. A mata foi pouco a pouco substituída pelos cafezais, e os pequenos sítios empurrados pelo avanço da grande propriedade. Com elas vieram grandes levadas de escravos. No primeiro tempo, a cana-de-açúcar, o algodão, os cereais, o feijão, a mandioca e a criação dos porcos constituíam os produtos básicos da economia dessas passagens (COSTA, 1989, p. 59).

Com base na leitura do texto, desenvolva os itens que se seguem:

a) Relacione a expansão agrícola com o processo de integração regional ocorrido no século XVIII.

b) Por que a expansão agrícola do século XVIII favoreceu o desenvolvimento da cafeicultura?

Resposta Comentada

- a) A expansão agrícola se desenvolveu de forma indissociável com a conquista do território e sua integração em torno dos caminhos. A descoberta do ouro contribuiu para a constituição de um mercado regional.
- b) O envolvimento dos setores mercantis na produção permitiu a disponibilidade de capitais necessários ao desenvolvimento da grande plantação escravista, dependente, dentre outros fatores, da capacidade de dispor de um plantel de escravos.

A cidade capital

A chegada do conde da Cunha ao Rio de Janeiro, em 1763, com o título de vice-rei do Estado do Brasil simbolizava o novo *status* da Capitania do Rio de Janeiro. No entanto, as tensões e os “medos” continuavam graves: os espanhóis haviam reconquistado parte do sul do Brasil, chegando até a ilha de Santa Catarina e a produção de ouro nas Minas Gerais começava a declinar.

No entanto, a expansão agrária prosseguia, garantindo à região, inclusive a Capitania de Minas Gerais, importante dinâmica econômica. Mantinham-se as limitações estruturais, mas, sob os reinados de D. José (1750-1777) e D. Maria (1777-1816), se verificou um esforço de eliminação de entraves e incremento da produção, pressionados pela demanda positiva, interna e externa, decorrente dos movimentos globais da economia mundial.

O apogeu da expansão agrária ocorreu nas administrações de Lavradio (1769-1779) e Luiz de Vasconcelos e Souza (1779-1790), quando aos estímulos da política de fomento da administração portuguesa se juntavam o crescente envolvimento dos comerciantes da cidade, caracterizando uma “região de agricultura mercantil – escravista” (MATTOS, 1990).

A conjuntura de prosperidade estava refletida na continuidade do esforço produtivo, visível na ação dos últimos administradores coloniais do Rio de Janeiro – Rezende, Aguiar e Arcos –, quando o comércio colonial foi beneficiado pela conjuntura favorável, em que o declínio dos produtos tradicionais era compensado pela diversificação. Enquanto se estima que, na metade do século XVII, o açúcar respondia por aproximadamente 65% das exportações fluminenses. No final do século seguinte, o açúcar tinha sua participação percentual reduzida para aproximadamente 35%, sendo que 13 produtos respondiam por 80% da pauta, o café já despontava em oitavo lugar.

Exemplo da dinâmica foi a Fazenda Pau Grande, no Caminho Novo de Minas, constituída e explorada por comerciantes do Rio de Janeiro, cujos descendentes no século XIX seriam grandes produtores de café e Titulares do Império.

(...) em Pau Grande, fazenda distante perto de 2 léguas, há uma fábrica de açúcar, de baixo de cujo teto trabalham igualmente os de farinha de mandioca e de milho, a de arroz, e de azeite de mamona; em lugar, separado, o de serrar madeira, para tabuada e cosseiras; tudo a benefício de água (ARAÚJO, 1946, T. IV, p. 55).

O perfil da ocupação da terra constitui outro indicador interessante. Com base na “Relação de todos os Senhores de Engenhos com todas as suas forças...”, datada de 29.11.1797, Corcino Medeiros dos Santos organizou interessante tabela na qual quase a metade dos estabelecimentos listados possuía entre 20 e 500 ha, apesar de quase 80% da área estar ocupada por cerca de 20% dos estabelecimentos com mais de 1.000 ha de extensão.

Freguesias	Agricultores	Possui título	Em litígio	Foreiros	Partidistas	Trabalha de graça
Campo Grande	357	41	16	67	234	15
Jacarepaguá	152	37	-	36	79	-
Guaratiba	324	92	4	172	60	-
Marapicu	158	99	3	13	46	-
Jacutinga	294	127	9	120	47	-
Aguaçú	273	101	12	160	-	-
Itaguaí	122	14	-	108	-	-
Total	1.680	511	44	676	466	15

Figura 5.3: Situação dos agricultores do Rio de Janeiro – 1797.

Fonte: Adaptado de SANTOS, Corcino Medeiros dos. *O Rio de Janeiro e a conjuntura atlântica*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993, p. 97.

Outro indicador que pode ser considerado é a demografia, indicando o crescimento da população escrava em freguesias do interior da capitania, indicador da expansão de uma agricultura mercantil.

Freguesias	1789			1820*		
	Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total
Paty do Alferes	1.167	727	1.894	982	2.132	3.114
Paraíba	132	160	292	1.364	900	2.254
Sacra Família	260	343	603	840	1.301	2.141
S. João Marcos	1.168	726	1.894	2.505	2.498	5.003

Figura 5.4: Freguesias da Serra – comparação da população – 1789 e 1820.

Fonte: Adaptado de “Memórias Públicas e Econômicas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do Vice-Rei Luiz de Vasconcellos”. In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, T. XLVII, P. I, 1884.

* Mapa dos fogos, pessoas livres e escravos, compreendidos nas freguesias da cidade e província do Rio de Janeiro. (Levantada a mando do conde dos Arcos, 1821.) In: *Revista do IHGB*, T. XXXIII, Parte I, p. 136-141.

O crescimento demográfico nas quatro freguesias variava de 64% em Paty a 661% em Paraíba. Paty chegou a ter, no período, uma redução de população livre, apesar de os escravos terem aumentado em 193%, e de, na área dos Caminhos de Minas, a freguesia jamais ter se destacado como grande produtora, como foi visto na posterior transferência da sede da municipalidade para Vassouras.

A população escrava, importante indicador da expansão agrícola, cresceu entre 193% (Paty) e 462% (Paraíba), valores expressivos, se lembrarmos do cálculo de Mircéa Buescu (1976, p. 97), que aponta um crescimento de aproximadamente 100% da população escrava do Rio de Janeiro (de 13,1% para 24,6% de população total), em função da introdução do cultivo do café.

A expansão econômica se desenvolveu em paralelo à constituição ou consolidação de uma nova elite colonial, em grande parte vinculada às atividades mercantis – os “homens de grossa aventura” (FRAGOSO, 1998). Tal elite também foi a responsável pela introdução na colônia das “perigosas ideias francesas”, ou seja, os ideais da Ilustração que criticavam o Antigo Regime e, conseqüentemente, o próprio sistema colonial.

A devassa aberta quando do fechamento da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, em 1794 – episódio também conhecido como Conjuração do Rio de Janeiro –, é emblemática das contradições do mundo colonial. O desenvolvimento da colônia tinha um claro limite, não extrapolar a própria condição colonial (SANCHES, 1998, p. 347-360).



Atende ao Objetivo 3

3. "Essa praça (o Rio de Janeiro) surge como ponto de encontro do escravismo colonial com as produções comerciais de abastecimento interno, sendo, assim, lócus privilegiado dos movimentos de reprodução da formação econômico-social colonial" (FRAGOSO, 1998, p.305).

Com base no texto anterior, desenvolva o item que se segue:

a) Identifique uma relação entre a expansão econômica e as transformações da sociedade colonial.

b) Relacione a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, com o desenvolvimento regional.

Resposta Comentada

a) A expansão da economia regional, inclusive na agricultura, envolveu de forma progressiva os setores mercantis que consolidaram sua posição como elite regional, reforçando a estrutura tradicional da sociedade colonial.

b) A crescente importância do Rio de Janeiro como porto, polo da expansão portuguesa no sul da América, e a dinâmica interna como a expansão agrícola e o crescimento do comércio, tornaram a cidade o principal centro da colonização portuguesa na América, justificando a mudança da capital.

RESUMO

O Rio de Janeiro se constituiu no século XVIII no principal núcleo da colonização portuguesa na América. Ao longo do século, as dinâmicas econômicas garantiram a integração regional, a partir da descoberta do ouro e da ocupação do território, consolidando um polo regional de poder que estará na direção do processo de emancipação política.

Informação sobre a próxima aula

Depois de compreendermos o papel central do Rio de Janeiro na colonização portuguesa, na próxima aula será estudado o desdobramento de tal processo com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808.

Aula 6

A corte nos
trópicos: o Rio
de Janeiro como
sede do Império
português e o
processo de
independência

Eliana Maria Vinhaes Barçante

Meta da aula

Apresentar as novas relações que se estabelecem com a metrópole, com a vinda da corte para o Brasil, e sua influência no processo de Independência.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. reconhecer as transformações da cidade do Rio de Janeiro no contexto das conjunturas do início do século XVIII;
2. identificar as modificações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro diante das novidades ocorridas com a chegada na corte portuguesa nesta cidade;
3. reconhecer o contexto da cidade do Rio de Janeiro influenciado pela chegada da família real à cidade no processo de independência.

Pré-requisitos

Para uma melhor compreensão, você precisa ter entendido a posição do Rio de Janeiro no mundo colonial português (Aula 3) e a dinâmica das relações de poder na capitania (Aula 3). Se julgar necessário, você deve voltar às aulas indicadas quando tais assuntos foram estudados.

INTRODUÇÃO



Fonte: <http://www.ingles.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=93>

A vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, no mínimo, causa uma grande excitação e curiosidade por parte dos estudiosos. Imagine chegar à cidade do Rio de Janeiro todo o aparato da corte portuguesa, com as novidades que trazem com suas bagagens!

Surge um império nos trópicos inusitado, pois a colônia vai se transformando na sede do Império português, com a chegada da família real e do aparato do Estado, após 1808. Mas como vai ocorrer esse processo? Por que esta transferência da sede do governo vai ocorrer? Quais as condições favoráveis à permanência desta situação tão nova? Quais as repercussões desta estada no Brasil para os brasileiros e para os portugueses?

São tantas as perguntas! Mas iremos, pouco a pouco, esclarecendo esse processo.

Bloqueio Continental

Foi uma estratégia utilizada pela França em 1806 para evitar que a Inglaterra colocasse seus produtos industrializados no mercado europeu, evitando que Inglaterra disputasse com França e hegemonia econômica no continente. O Bloqueio Continental proibia que as nações europeias continentais comerciassem com a Inglaterra e atrasassem seus navios em seus portos.

Começamos pela Europa, cujos conflitos se avolumavam. Napoleão expandia suas tropas e seu projeto liberal burguês, em um combate às forças absolutistas europeias. Ele tentava, de um lado, asfixiar a economia inglesa e, de outro, consolidar o poder da França revolucionária no continente. Portugal, antigo aliado dos ingleses, estrategicamente situado à entrada do mar Mediterrâneo poderia ser uma ameaça ao **Bloqueio Continental**, imposto aos ingleses pela França. Por outro lado, de tradição absolutista, Portugal não pretendia expor a dinastia portuguesa ao projeto liberal. Salvar a dinastia, sob a proteção inglesa, foi a alternativa joanina, período em que D. João VI governou o Brasil, como regente de D. Maria I, que havia enlouquecido.

Vir para o Brasil, uma colônia promissora, viável e rica não era uma possibilidade tão ameaçadora. Além de estar distante das ameaças napoleônicas. Esta conjunção favorável, diante da ameaça das tropas francesas que já chegavam às suas fronteiras, precipitou a tomada de decisão de D. João.

A chegada

E assim vieram os 20 mil portugueses para uma cidade que possuía apenas 60 mil almas. Os portugueses vieram acompanhados de comerciantes ingleses e franceses, artistas italianos, naturalistas austríacos e muitos baús.

A esquadra composta por oito naus, três fragatas, dois brigues, uma escuna de guerra, uma charrua de mantimentos e mais de vinte navios mercantes da marinha lusitana foi pequena para alojar as aproximadamente 15 mil almas, embarcadas portando o que puderam carregar de seus materiais, tanto públicos quanto particulares, levados a bordo “sem despacho, nem revista”, tudo avaliado em cerca de 80 milhões de cruzados (MALERBA, 2000).

Imaginem o impacto da chegada da corte no Rio de Janeiro! A população curiosa aguardava a chegada das novidades que aportavam no Rio. Havia grande expectativa de conhecer o rei de Portugal, que sempre esteve tão indisponível. Observar os hábitos de uma corte europeia se aclimatando nos trópicos, incorporar uma agenda de festas, cerimônias, missas de ação de graças, procissões. Tratar com a burocracia da corte, suas práticas diplomáticas e seus artistas, tudo isso era uma experiência estimulante.

A corte, por sua vez, criava o seu *espetáculo* nos trópicos, dando visibilidade e engrandecendo seu poder, desestabilizado com a fuga. Importante era sua implantação no novo reino, que se consolidava. Portanto, desempenhava seu papel, construindo uma memória que fosse triunfal. O Rio de Janeiro passava a ser a capital de Portugal e de suas possessões na África e na Ásia. Os portos brasileiros passariam a se abrir a um comércio inglês ávido de mercado, novos produtos seriam importados e introduzidos no circuito da cidade e suas redondezas. Esse espetáculo de novidades, meticulosamente encenado pelos representantes da realeza, era introduzido entre os grupos locais e os recém-chegados estrangeiros. Os rituais se esmeravam em brilho e ostentação, e, desta vez, o Brasil tinha seu rei.

Esta situação inusitada e paradoxal continha suas contradições. Muitas questões estavam em pauta entre acordos e desacordos de muitas naturezas.

A abertura dos portos

A vinda da família real marcou profundamente a vida brasileira. Há várias interpretações sobre o significado para o Brasil deste processo. Para Varnhagem, um conhecido historiador, foi o advento de *uma nova era*. Ele foi um intérprete de época e estava impregnado do forte sentimento do despertar da nacionalidade.

Pandiá Calógeras, outro historiador, já mais cético, porque distanciado do momento, embora saúde uma nova era, é reticente quanto à perspectiva de um futuro risonho, pois olha o passado, em que o Brasil tinha um papel humilhante e diz sobre ele: "um cofre de fortunas ou uma vaca leiteira?" (CALÓGERAS, 1960, p. 67).

Rocha Pombo, historiador, avalia o episódio como "da maior importância para o desenvolvimento de uma consciência nacional no Brasil". Esta abordagem é compartilhada por Oliveira Lima, que afirma ser a abertura dos portos "em qualquer sentido, uma grande transformação" (POMBO, 1953).

Mas nem todos compartilharam destas interpretações céticas ou otimistas. Os portugueses enxergavam o lado sombrio desses acontecimentos. Se para o Brasil podia haver certo otimismo, para Portugal a situação era oposta. Perdera o Império Oriental, representado pela carreira da Índia, e o Brasil se descolava de Portugal, até então visto como *joia da Coroa*. Seria possível viver sem colônia? (ARRUDA, 2008). Para Manchester, um historiador inglês, "em 1808, a colônia foi emancipada economicamente da metrópole decadente; em 1810 ganhou uma rica madrasta" (MANCHESTER, 1973).

E eis a metáfora de Gilberto Freyre:

Os ingleses, quase tanto quanto os franceses madrugaram, sob a forma de piratas, aventureiros e negociantes, nas praias da América tropical, descobertas por portugueses e espanhóis. E, distanciando-se dos franceses, por largos anos seus rivais, os ingleses acabaram alcançando entre nós, sob a forma de negociantes e técnicos, uma preponderância econômica ostensiva nos dias de Dom João VI regente, depois rei, quando aquela predominância assumiu aspectos francamente imperialistas e não apenas imperialistas (FREYRE, 1948).

Novos hábitos

Uma das questões que se pode destacar é que a vinda da corte representou um fator fundamental para que a solução monárquica criasse raízes no Brasil e garantisse a unidade territorial. A natureza de nossa Independência não pode prescindir desse elemento tão significativo, que vai caracterizar o Sete de Setembro, como único na América (SCHWARCZ, 1998). Nesses intensos treze anos entre o desembarque de D. João no Rio e sua volta para Portugal, se desencadeariam, principalmente, duas ordens de transformações.

Vejamos as imagens produzidas sobre a época, no Rio de Janeiro, mostrando mudanças no seu cotidiano. O comércio de rua se intensifica, os negócios se ampliam, a população aumenta. A praça de comércio do Rio de Janeiro passa a integrar as influências da corte e a vivência das populações urbanas.



Figura 6.1: Rua Direita no Rio de Janeiro, Rugendas.

Fonte: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=1214>

Podemos observar nas **Figuras 6.1, 6.2 e 6.3** as várias atividades cotidianas, como os batuques, a venda de bugigangas, o comércio urbano. A reunião de cativos no mercado possibilitava um espaço de solidariedade e conflitos. O abastecimento de água nas casas passa a demandar grande número de fontes para atender às novas exigências urbanas.



Figura 6.2: Carregadores de água. J.M. Rugendas.

Fonte: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=3849>



Figura 6.3: Negro com berimbau.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Debretberimbau.jpg>

Observem as cenas anteriores. O espaço de encontro entre os escravos urbanos nos remete aos antigos chafarizes, onde se encontravam os trabalhadores urbanos e o controle policial, sempre alerta, para abastecer as casas de água, uma vez que não havia os encanamentos de água. Esse espaço de solidariedade, trabalho e lazer agregava diariamente a população pobre e os escravos no trabalho de recolhimento de água e de lavagem de roupas das elites das colônias.

Outra imagem nos remete às diversas atividades de venda de artigos e bugigangas e alimentos que reunia os cativos nas praças do Rio de Janeiro.



Figura 6.4: Ofícios urbanos, com escravo sendo castigado com palmatória.

Fonte: <http://www.diaadia.pr.gov.br/tpendrive/modules/mylinks/viewcat.php?cid=14&orderby=hitsD>

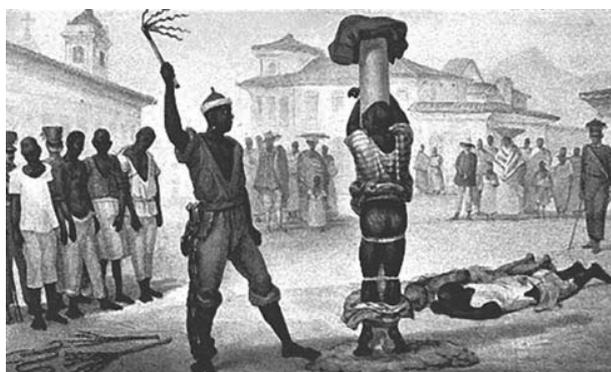


Figura 6.5: Escravo castigado, prática habitual no período.

Fonte: <http://www.mcb.sp.gov.br/ernfraBuscaAssunto.asp?sAssunto=24>

Essas outras cenas apresentam um olhar sombrio sobre a cidade do Rio de Janeiro. As práticas de castigos exemplares eram comuns e compartilhados pela população. O açoitamento público de escravos no Pelourinho e negros no tronco refletem o cotidiano da cidade, expresso nessa imagem de Debret (**Figura 6.5**). Embora costumeira, essa prática devia causar insatisfação constante aos escravos, que assistiam a práticas cruéis com seus parceiros. As imagens retratam o olhar estrangeiro sobre as práticas violentas contras os cativos no Rio de Janeiro.



Figura 6.6: O casamento entre negros.

Fonte: <http://www.seed.pr.gov.br/>

Essa imagem festiva retrata a cerimônia de casamento entre negros na Igreja Católica. Como estão devidamente paramentados e calçados, provavelmente são negros libertos, já que o uso de sapatos não era permitido aos escravos. Os casamentos entre escravos ou libertos pode significar, como nos diz Roberto Slenes, historiador conhecido, formas de ampliar as relações de parentesco, ou uma etapa da catequização católica, entre os escravos, como previa a Igreja.

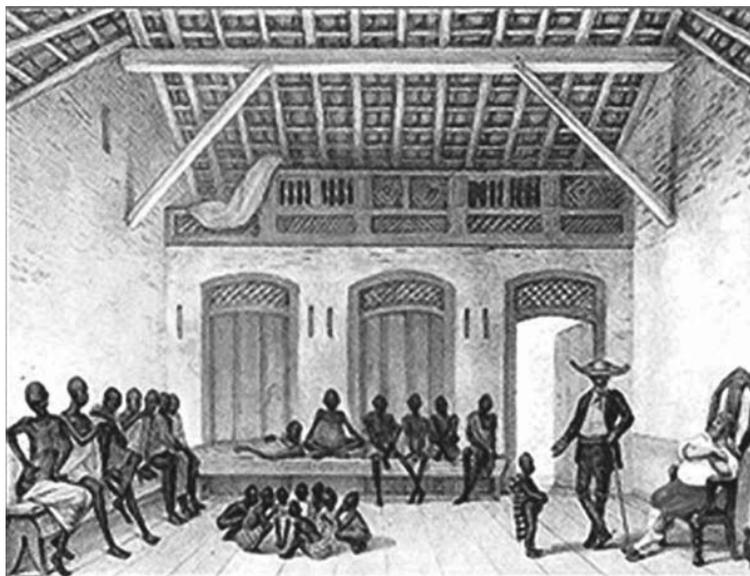


Figura 6.7: Mercado de escravos no Valongo.

Fonte: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/grp_1.php?t=036dbr

Essa outra gravura apresenta um local de venda dos escravos na cidade, na rua do Valongo, ou no porto, onde se concentravam os negros, recém-chegados da África, para serem vendidos no mercado. Em 1817 havia, pelo menos, vinte grandes estabelecimentos no Valongo. Nove anos após, Mac Douall calculou que havia cinquenta salas, nas quais 2 mil escravos ficavam em exposição (KARASH, 2000, p. 75). Estes abrigos de escravos eram extremamente desconfortáveis, e, neste local, eles eram preparados para serem vendidos, isto é, eram alimentados, suas feridas eram tratadas, passavam-lhes óleos, ou fustigam-nos para ficarem alertas.

O jornal *Aurora Fluminense*, na época, denunciava as condições de vida e de tratamento dado aos escravos, considerando esses armazéns como lugares de desumanidade medieval.



Figura 6.8: Um jantar brasileiro, por Debret.

Fonte: <http://www.mcb.sp.gov.br/enfraArtigo.asp?sArtigo=64&sLink=1>

Essa cena doméstica, retratada por Debret, apresenta a relação familiar entre brancos e negros. No cotidiano das casas, o trânsito entre brancos e negros parecia expressar proximidade. Entretanto, o distanciamento entre a elite e seus escravos era muito grande em termos de direitos e deveres. A afirmação dos senhores aparecia na quantidade de escravos que ele detinha. Quanto mais terras e escravos, mais prestígio e poder.

Moradia e saneamento

Quanto às habitações nas cidades, parece que foram construídas ao sabor das manifestações do espírito e da vontade, na medida em que se opõem à natureza. As escolhas urbanísticas, portanto, acabarão por privilegiar as vontades daqueles que as faziam. Entretanto, historiadores defendem que, na colônia, as cidades foram construídas seguindo os moldes da ordenação portuguesa: cidades litorâneas, voltadas para o comércio, defendendo os interesses nativos e metropolitanos, pontos de interseção dos distintos monopólios, de colonizadores e colonos. (BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade colonial do Rio de Janeiro*:

entre o mar e o sertão). O saneamento e os hábitos de higiene eram precários e contribuíam para a proliferação de maus cheiros e doenças. Cotidianamente, escravos iam às fontes e chafarizes, logo ao nascer do sol, em busca de água limpa. Transportavam grandes recipientes – geralmente apoiados em suas cabeças –, podendo ter como destino a casa de seus senhores ou de terceiros, neste caso trabalhando como escravos ao ganho, para lucro de seus donos. A lavagem das roupas também era feita fora dos domicílios, nos mesmos locais das fontes ou nas beiras dos rios. Ao entardecer, era tarefa dos escravos conhecidos como tigrês (por ficarem com seus corpos manchados pelos detritos que conduziam) transportar para as praias, valas ou lugares afastados vasos com excrementos recolhidos nas casas. A utilização das águas como depósito de resíduos era um hábito que havia tempos gerava problemas, mesmo com um número de habitantes reduzidos. Há, inclusive, registros de protesto de padres franciscanos, datado de 1641, reivindicando solução para o mau cheiro da lagoa Santo Antônio, cedida nos primórdios da ocupação urbana para a implantação de um curtume. A Câmara acatou o protesto e acabou por aumentar a vala de sangramento da lagoa, sendo esta considerada uma das primeiras obras de saneamento da cidade. Obras posteriores foram realizadas, como a construção do Aqüeduto do rio Carioca, em 1723, permitindo que a água dos mananciais chegasse mais próximo da população.

Para sanear os maus cheiros, nada como uma boa lavada, muita água! Mas, a água demorou a chegar às casas! Das obras iniciais, até a instalação e ampliação do sistema de abastecimento de água e de esgoto, décadas mais tarde, a distribuição domiciliar, feita principalmente pelos escravos, foi a principal forma de acesso ao “precioso líquido”. Quanto aos resíduos, pouco foi feito para resolver sua destinação. A Câmara e posteriormente a Inspetoria de Obras Públicas haviam assumido o compromisso de limpar as principais valas urbanas, mas a contaminação das águas continuava a causar mau cheiro e proliferação de mosquitos.

Portanto, a tarefa de transformar a cidade do Rio de Janeiro e outros núcleos urbanos da colônia em uma “região civilizada” seria, de certa forma, do tamanho de seus problemas sanitários. Resolvê-los por meio da reformulação e remodelação urbana, ou ao menos afastá-los, era condição para que passasse a ser bem vista aos olhos dos novos moradores e viajantes, adquirindo tal status. Era preciso ir além da opulência. Associados aos mecanismos de saneamento estão os hábitos de higiene pessoal, praticados nos recônditos dos lares, em rituais íntimos cada vez mais sob influência europeia, principalmente nos núcleos urbanos. Havia heterogeneidade nos hábitos e utensílios, fruto da estratificação da sociedade colonial. Requite e extrema simplicidade conviviam nas mesmas casas, habitadas por escravos e seus donos mais abastados. As famílias mais pobres, geralmente detentoras de ao menos um escravo, faziam uso de pouquíssimos utensílios de higiene, ainda não tão comuns a todos, enquanto os mais ricos aproveitavam a nova abertura dos portos para o provento de nobres instrumentos. Sabonetes caseiros para a higiene pessoal, essências naturais e óleos para os cabelos iam chegando aos portos brasileiros, com novas variedades e cheiros.

Mas o ambiente epidemiológico da época, associado à falta de água potável, continuara a provocar epidemias e surtos de cólera por muitas décadas (em triste permanência até os dias atuais), tornando o risco de morte permanente, principalmente entre fevereiro e março.

A partir de 1847, férias anuais em Petrópolis passaram a ser solução sanitária adotada pela família real: Petrópolis surgia como uma solução de sanitarismo urbanístico, como uma medida profilática em benefício da família real e da elite da corte: dado que era impossível sanear o Rio no verão, tempo de todos os perigos, o imperador e seus próximos batiam em retirada, mudavam-se para a montanha. Para as camadas mais baixas, grandes vítimas das epidemias, havia pouco a ser feito (ALENCASTRO, 1997).

Mas a presença da corte elevou esse requinte a novos patamares. Bidês, bacias e utensílios diversos, agora, eram mais diversificados e trabalhados. Os hábitos em si, cujos registros provêm das casas das famílias mais ricas – como lavar as mãos antes e depois das refeições, o lava-pés antes de dormir, os banhos quentes habituais e terapêuticos e a utilização de urinóis –, pouco mudaram até a vinda da modernização arrebatadora do início do século XX. Assim como a limpeza das casas continuava sendo feita com instrumentos simples, pelos braços dos mesmos escravos responsáveis pelas funções domésticas.

Segundo a historiadora Mary del Priore, na América Portuguesa, onde as ruas eram verdadeiros esgotos a céu aberto, onde os animais domésticos aliviavam-se às portas das casas, os tonéis com dejetos eram despejados pelos escravos onde fosse mais fácil, e a varíola grassava, as preocupações com a higiene e o corpo refletiam as mudanças nas normas de comportamento, a modelagem e o afinamento gradual das sensações físicas. A total falta de higiene pública era contrabalanceada pelo polimento, mas, também, pelo controle das condutas em relação à higiene ou ao corpo, revelando a emergência da intimidade e dos cuidados de si.



Atende aos Objetivos 2 e 3

1.

a) A partir do texto e das imagens da aula, relacione as condições da cidade à época, à necessidade de utilização do trabalho dos cativos urbanos para a preservação da saúde, da higiene, do comércio e as formas de tratamento imposto aos cativos.

b) Cite alguns exemplos de mudanças ocorridas na cidade do Rio de Janeiro diante do impacto da chegada da família real ao Brasil.

Resposta Comentada

a) A manutenção da água nas casas da população branca era feita com o braço escravo, tanto quanto a limpeza dos dejetos humanos e animais. Os castigos eram constantes e públicos, caso houvesse desagrado do senhor, quanto à atitude do escravo. A mão de obra escrava era controlada pela milícia urbana, para a preservação da ordem. As atividades urbanas baseadas nas vendas eram feitas pelos escravos, sob a supervisão do controle policial, sempre presente.

b) A cidade do Rio de Janeiro passou a concentrar um aumento populacional que exigiu aumento de moradias, medidas de higienização privada e pública, maior conforto para os viajantes que chegavam à cidade, com o aumento da praça comercial do Rio de Janeiro. Várias instalações urbanas foram criadas para se adequarem às novas demandas de uma cidade que recebia europeus e se pretendia europeizar. Vários requintes foram introduzidos aos hábitos familiares.

A vinda da família real, o início do processo de independência e sua repercussão no Rio de Janeiro

Esse processo pode ser visto como um movimento amplo com muitos ingredientes. De um lado, a crise do sistema colonial e a crise das formas absolutistas de governo contribuíram para a emancipação; de outro lado, as lutas liberais e nacionalistas que ocorreram na Europa e na América, desde fins do século XVIII (VIOTTI, 1982).

As relações entre a colônia e a metrópole foram se estabelecendo ao longo dos séculos, desde a época dos descobrimentos, em função de interesses mercantis e das exigências do Estado moderno. O sistema colonial, montado pelos interesses do capital comercial entrou em crise, quando o capital industrial se tornou preponderante. Por outro lado, o Estado absolutista foi posto em xeque pelas novas aspirações da burguesia industrial. Novas relações políticas e comerciais vão se organizando. Estas mudanças repercutiram nas colônias. E as colônias ibero-americanas passam a ter condições mais favoráveis para pleitear a independência política, diante do apoio da Inglaterra (VIOTTI, 1982). Por outro lado, não podemos nos esquecer que, ao longo do tempo, os colonos nativos foram criando condições próprias de enriquecimento e oposição aos interesses da metrópole. As elites coloniais defendiam seus interesses, muitas vezes conflitantes com os da metrópole. O clima de hostilidade se aprofunda. E a tomada de consciência necessária à ação dos colonos em favor da emancipação vai ocorrendo lentamente.

Os colonos vão deixando sua condição de serem “os portugueses do Brasil” e vão percebendo a incompatibilidade entre seus interesses específicos e os da metrópole.

No Brasil, a feição dessa luta contra a metrópole adquire a característica anticolonial, influenciada pela ilustração europeia (Iluminismo). Ser anticolonial era ser crítico ao poder absoluto real, portanto, lutar pela emancipação dos laços coloniais (VIOTTI, 1982).



Iluminismo

O século XVIII foi um período favorável a muitas mudanças e transformações na Europa.

Neste cenário inovador, um movimento intelectual ocorreu, inicialmente na França, mas que espalhou sua ideias para o restante do mundo. No Iluminismo, Ilustração ou Filosofia das Luzes, surge uma nova concepção do papel do homem: ao contrário do pensamento medieval, fortemente religioso, e que via o ser humano apenas como um mero pecador, digno da piedade divina, o homem iluminista torna-se o centro do Universo. A Igreja Católica e seu pensamento místico perdem força diante do valor supremo dos Iluministas: a Razão. Apenas por meio da razão o homem poderia ser livre. Dessa forma, para os filósofos do Esclarecimento, eram inimigos da humanidade aqueles que impedissem o acesso do ser humano ao conhecimento, à educação, à cultura, ou seja: o Absolutismo e a Igreja.

Portanto, o movimento intelectual do século XVIII, na Europa, tinha como fundamentos a Liberdade, o Progresso, o Homem e a Razão. São fundamentos que vão nortear as práticas burguesas do século das Luzes.

A vinda da corte, além de influenciar a mudança de hábitos e costumes, teve repercussão nas relações de poder local e nas relações com o mercado internacional.

Como vimos, abriram-se os portos brasileiros às nações amigas, revogaram-se entraves à produção e ao comércio da colônia, criaram-se novos estabelecimentos de fábricas e manufaturas. A economia vai sendo liberalizada. Em 1815, o Brasil adquire o estatuto de Reino Unido a Portugal e Algarves. Essas medidas, se na prática ocorriam,

em muitos casos, por impossibilidade de controle metropolitano, passam a ser vistas como um direito colonial. Mas o liberalismo no Brasil conviverá com essas ambiguidades: de um lado, nossas demandas; de outro, as restrições da Coroa, ameaçada da perda de privilégios. Esse período mostra as características de uma transição.

Uma questão importante a ser também considerada era a da escravidão. Invocava-se o direito de propriedade para preservá-la. Não havia interesse entre as elites nativas em revogar seus direitos a terras e homens. E o liberalismo condenava a escravidão.

Outra característica que podemos apontar é a relação com a Igreja. A postura de não criticar abertamente o poder da Igreja, demonstra que houve uma conciliação entre liberalismo e Igreja no Brasil.

O reino desunido – o Fico

Enquanto esteve no Brasil, D. João VI fortaleceu o poder central e aumentou a tributação, instalou o primeiro Banco do Brasil para dar suporte financeiro à Coroa, consolidou o Rio de Janeiro como centro militar, colocou em funcionamento a imprensa régia (1808), criou o Jardim Botânico, com plantas de aclimação, para desenvolvê-las no Brasil. Estas foram mudanças importantes que favoreceram o Rio de Janeiro.

Sem dúvida, essa série de medidas, que favoreceram as atividades econômicas e comerciais no Rio de Janeiro, acabou desagradando a população portuguesa, que pretendia se reerguer e explicar a reação dos brasileiros, ameaçados da recolonização por parte dos portugueses, invocando o *Fico*.

O *Fico*, dos episódios do movimento de emancipação, o mais decisivo e, talvez, culminante das relações entre Brasil e Portugal. Com a revolução constitucionalista de 1820, as pressões, as hostilidades e as provocações portuguesas foram aumentando, precipitaram o rompimento definitivo entre Brasil e Portugal.

Portugal pretendia restaurar sua dignidade, perdida desde as invasões napoleônicas em 1807, e tornar-se uma nação soberana. Além de estar em estado de miséria e abandono, Portugal pretende recuperar sua economia devastada por guerras e pela perda dos monopólios com o Brasil.

Desde o regresso de D. João VI a Portugal, uma exigência dos portugueses, a posição dos dois reinos, Portugal e Brasil, estava no mesmo nível, pela elevação do Brasil à categoria de Reino Unido. Enquanto a família real e a corte estavam no Brasil e o Rio de Janeiro era a sede do governo e berço da monarquia, Portugal estava em condição subalterna.

As cortes portuguesas exigiam a criação de imposto adicional nas alfândegas, com a intenção de recuperar o monopólio: o envio de tropas para o Rio, Pernambuco e Bahia, a extinção de tribunais e repartições, anulando a autoridade do poder concentrado no Rio de Janeiro, e muitas medidas de retomada do controle sobre o Brasil mostravam as intenções portuguesas, a partir da Revolta do Porto em 1820.

Outra exigência premente era a volta de D. Pedro para Portugal, imediatamente. A reação não se fez esperar! Havia muito descontentamento com as atitudes portuguesas, e o Brasil se sentia seriamente ameaçado, e, por isso, partiu para o ataque, tentando se resguardar.

Em 9 de janeiro de 1822 foi levado ao príncipe regente um abaixo-assinado com 8.000 assinaturas das elites e da burguesia comercial. O documento pedia a permanência de D. Pedro no Brasil e acenava para ele, com a possibilidade de reinar sobre um império. Esse episódio que acabou garantindo a permanência de D. Pedro no Brasil ficou conhecido como o Dia do Fico, quando ele declara: "Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico."

Como reação ao Fico, ministros portugueses pediram demissão. Formou-se um novo ministério, com o destaque da figura de José Bonifácio.

Em maio de 1822, fica decretado que nenhuma lei proveniente de Portugal deveria ser aceita no Brasil sem o *Cumpra-se* do príncipe regente. Era o desrespeito a D. Pedro, como príncipe regente. O Brasil teria que se posicionar.

Restava apenas a oficialização da emancipação, que já estava em curso, e isso ocorreu em 7 de setembro de 1822.

O processo de Independência

A radicalização das cortes atingiu seu ápice com a retirada dos deputados brasileiros, impossibilitados de fazerem valer seus pontos de vista contra a tentativa de recolonização. Aumenta a pressão junto ao príncipe regente, inclinando-o a desobedecer às ordens de Lisboa, desde janeiro de 1822.

A volta do príncipe a Portugal seria o golpe fatal aos projetos de autonomização e a articulação de grupos se tornava necessária sob a ampla bandeira do patriotismo. Gonçalves Ledo e Clemente Pereira representariam muito bem seus papéis, por intermédio das lojas maçônicas a que se filiavam e que convergiam na defesa da tese do não retorno de D. Pedro.

Com o fracasso da tentativa de construção de uma monarquia dual, com duas fontes de poder, uma em Portugal e outra no Brasil, defendida pelos brasileiros nas cortes, a preservação da autonomia passava a pressupor a separação (NOVAIS, 1996, p. 15-16).

Caminhava-se para o projeto final de Independência. Cabia agregar as forças conservadoras e progressistas para preservar a autonomia.

Quanto ao príncipe, parecia titubear. Veja o que escreveu D. Leopoldina de Habsburgo a Jorge Antonio Schaeffer, em janeiro de 1822:

O Príncipe está decidido, mas não tanto quanto eu desejava: os ministros vão ser substituídos por filhos do país, que sejam capazes. O Governo será administrado de modo análogo aos Estados Unidos da América do Norte (NOVAIS; MOTA, 1996, p. 50).

A 9 de janeiro de 1822, Clemente Pereira levava ao príncipe o abaixo-assinado, obtendo sua adesão e permanência no Brasil em oposição às determinações das Cortes.

Os setores mais radicais do pensamento liberal teriam pouca chance, ante o conservadorismo de José Bonifácio, figura emergente que se aliava aos conservadores, contra os radicais. Liderando os caminhos do processo político, José Bonifácio saberá consolidar a autonomia, cuidando da unidade das províncias dispersas e reaparelhando o setor militar, além de organizar a Marinha de guerra.

A construção da nossa Independência após o Sete de Setembro

Proclamada a Independência em 7 de setembro de 1822, passa-se à construção desse novo momento.

Os limites da Independência seriam dados durante os desdobramentos de 1822, quando se colocou o problema da *democratização* (grifo nosso) do poder. Se a convocação da Assembleia Constituinte foi feita sob a regência de D. Pedro a 3 de junho de 1822, somente a 3 de maio de 1823 é que se vai oficializar sua abertura, depurando-se o ambiente dos inimigos políticos mais aguerridos.

Mantêm-se as disposições, regimentos, leis e alvarás do período junino, não alterando a feição do Estado após 1822.

A luta política se desloca para dentro da Assembleia.

Feita a Independência e garantida a autonomia diante de Portugal, tratava-se de definir: Independência para quem? Ou seja: qual a forma que assumiria o Estado nascente? Quais os mecanismos de legitimação do poder?

A Assembleia foi composta de forma classista e esteve sujeita à dissolução. Para controlar, de um lado, os conservadores absolutistas, e, de outro, os liberais radicais, o debate esteve acirrado.

Era a Assembleia a expressão da vontade popular? Quem validaria o Rei? O poder real ficaria ameaçado com a ação da Assembleia?

A lealdade dinástica pesava à Assembleia, mas os liberais procuravam legitimá-la, considerando seu atributo de *direito próprio e emanado do povo*.

Seu presidente, Antonio Carlos, definirá os limites da soberania da Assembleia, ao frisar a intocabilidade das atribuições do imperador. Uma Assembleia com muitos poderes poderia significar *usurpação*.

Por fim, depois de muitos conflitos e críticas a D. Pedro, a 12 de novembro este decreta sua dissolução.

Após a dissolução, D. Pedro I nomeia uma comissão – o Conselho de Estado – para elaborar uma Carta Constitucional.

A carta outorgada de 25 de março de 1824, embora aproveitasse muito a experiência da Assembleia Constituinte, configurava a vitória do executivo sobre o Legislativo e uma derrota do *partido brasileiro*, sobretudo de seu grupo radical.

Os poderes do imperador se ampliam com a introdução do quarto poder, o *Moderador*, defendido por Benjamin Constant. Esse poder permitia ao imperador a dissolução da Câmara. Concentrava excessivamente nas mãos do imperador as decisões de guerra, a nomeação dos ministros do Conselho de Estado, senadores, juízes e o controle da ação do Poder Legislativo. O Senado vitalício ficava instituído, definindo o caráter conservador e seletivo do sistema. O poder se concentrava nas mãos de D. Pedro I (Novais & Mota).

Como resultado político, o nascente Estado brasileiro assumiu a forma de monarquia constitucional. Manteve-se a base escravista e a defesa dos setores mais conservadores das elites agrárias, no embate entre centralização e descentralização.



Atende ao Objetivo 1

2. Elabore um manifesto sobre a época, que contenha os principais conflitos, expressos no texto, e que antecedem a Independência. Dê um título.

Resposta Comentada

A insatisfação com a opressão metropolitana e as exigências portuguesas.

A ameaça da recolonização.

A defesa de um projeto que não ameaçasse a estrutura da sociedade, mas que incorporasse as ideias liberais à realidade brasileira.

A defesa do projeto hegemônico embora considerando as ideias liberais.



Figura 6.9: Grito da Independência.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Independ%C3%Aancia_ou_Morte.jpg

Esta pintura do grito da Independência expressa uma visão do episódio da Independência. Toda imagem é um recorte da realidade, interpretada por seu autor.

O pintor Pedro Américo enaltece a figura de D. Pedro ao proclamar a Independência.

Esta imagem da Independência do Brasil aparenta que esse processo decorre da ação de um único e poderoso homem: D. Pedro I.

Entretanto, o texto demonstra uma série de questões que contribuíram para o processo de Independência. Essas questões, que aceleraram o processo com a vinda da família real para o Brasil, demonstram que a História se faz com muitos homens e mulheres, com ricos e pobres.

Podemos concluir que a vinda da corte para o Brasil aprofundou a crise entre a colônia e a metrópole, com a presença de novos ingredientes que *apimentaram* o período. Muitas mudanças ocorreram sem, entretanto, ocasionarem transformações na estrutura da sociedade escravista.

A cidade ganhou novos estímulos e novos hábitos sociais, de higiene, de moradia. Novas relações comerciais se estabeleceram. Criou-se um império nos trópicos.

O processo de Independência se aprofundou com os conflitos entre portugueses e brasileiros, até a proclamação da Independência, em 7 de setembro.

CONCLUSÃO

Podemos concluir que a vinda da corte portuguesa para o Brasil gerou uma série de mudanças na cidade. O aumento da população acarretou a necessidade de medidas para aprimorar a ampliar a moradia, exigiu medidas de saneamento, criação de novos hábitos, mais adequados às exigências da corte portuguesa. Quanto às relações externas, várias medidas foram tomadas, como a abertura dos portos às nações amigas, novas relações comerciais com a Inglaterra, elevação do Brasil à categoria de Reino Unido etc.

Portanto, a vinda da família real para o Brasil remodelou a cidade do Rio de Janeiro e apontou para o processo da Independência que se concretizaria em 1822. Foram anos de administração de conflitos internos e externos que apontaram para a conquista de nossa autonomia.

RESUMO

Nossa aula apresentou o impacto da chegada da família real na cidade do Rio de Janeiro, destacando o papel dos cativos urbanos nesse processo, os hábitos de moradia e as novas modalidades de trabalho e de higiene urbanos. Os hábitos familiares urbanos vão se modificando, influenciados pela vinda da corte para o Brasil.

Acrescentamos os conflitos que permearam o processo anterior à Independência e a construção da autonomia brasileira.

Informação sobre a próxima aula

Nossa próxima aula vai nos aproximar do agro fluminense, com suas formas de organização da produção, apontando para o apogeu do café e das elites agrárias fluminenses.



Aula **7**

A agricultura
cafeeira no Sudeste
do Oitocentos: a
cidade e o campo

Eliana Maria Vinhaes Barçante

Meta da aula

Apresentar as características básicas que marcaram a economia e a sociedade cafeeira no Sudeste do século XIX, comparando a cidade e o campo.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar as características básicas da economia cafeeira do Sudeste brasileiro no século XIX, relacionadas às formas de trabalho a ela associadas;
2. avaliar os mecanismos que nortearam a relação entre terra e trabalho no Sudeste cafeeiro;
3. relacionar a economia cafeeira ao apogeu do Sudeste e das elites agrárias do século XIX;
4. comparar as práticas escravistas desenvolvidas no campo cafeeiro com as que se estabeleceram na cidade;
5. reconhecer os significados da liberdade e das hierarquias racializadas que se consolidaram no processo de abolição.

INTRODUÇÃO

A economia cafeeira do Oitocentos na província do Rio de Janeiro

O século XIX no Rio de Janeiro se apresenta com muitas novidades: a família real veio para a colônia, trazendo muita gente, novos hábitos e costumes; proclama-se a Independência e o Brasil constrói sua autonomia político-administrativa; novos rumos com a Constituição de 1824; o Primeiro Reinado marca a trajetória da unidade territorial, pactuando os vários interesses das elites regionais; o Rio é o cenário onde se desenvolvem os acordos políticos, os novos rumos do Império brasileiro e a economia hegemônica que vai permear todo o século: o café é a grande fonte de riqueza do Oitocentos.

Mas como funcionava este sistema no agro fluminense?



Figura 7.1: Fazenda Resgate, Bananal, Vale do Paraíba, século XX.

Fonte: http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.cultura.sp.gov.br/StaticFiles/SEC/ArquivosComuns/bananal03_interna.jpg&imgrefurl=http://www.cultura.sp.gov.br/vgn-ext-templating/v/index.jsp%3Fvgnextoid%3D3e78e8f4c9231110VgnVCM1000004c03c80aRCRD%26vgnextfmt%3Ddefault%26cpsectcurrchannel%3D1&usg=__1HbN3IXiGj7xyShbuxlTYjvFcRw=&h=144&w=210&sz=28&hl=ptBR&start=1&itbs=1&itbnid=PrwuTuraolBZuM:&itbnh=73&itbnw=106&prev=/images%3Fq%3Dfazenda%2Bresgate%2B.gov%26hl%3DptBR%26gbv%3D2%26tbs%3Disch:1

Publicista

Escritor público, pessoa que escreve sobre Direito Público ou sobre política. No caso do Brasil, vários cronistas de época podem ser vistos como publicistas, pois escreveram suas impressões, muitas vezes encomendadas pela Coroa ou pelo poder colonial/imperial, visando divulgar ideias.

A economia cafeeira enriqueceu muitos homens, incorporou muita terra e trabalho escravo, atraiu interesses diversificados. Entretanto, segundo João Fragoso, a característica principal desta nova economia é a repetição do mesmo processo de produção na lavoura. O que se pode observar é que há a manutenção do padrão tecnológico agrícola. Muitos viajantes europeus, **publicistas** e periódicos agrícolas apontam para o aspecto da “brutal rotina” e ignorância que permeavam o agro fluminense, mas esta “rotina” nada mais é que a expressão dos mecanismos de reprodução de um sistema agrário historicamente definido. Poderíamos pensar que os cafeeiros poderiam introduzir novas técnicas e tecnologias, contudo não foi teimosia ou acomodação que norteou os fazendeiros do século XIX. As condições materiais eram favoráveis ao seu modo de plantar café.

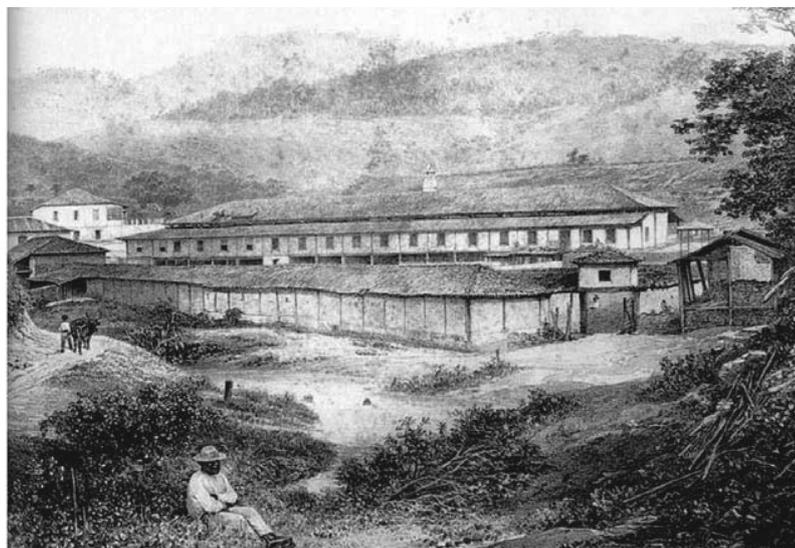


Figura 7.2: Fazenda Governo, norte fluminense.

Fonte: http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/80/Fazenda_Governo.jpg&imgrefurl=http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Fazenda_Governo.jpg&usq=__EZ3c8CCqS-fuU2v5IRMhlOjoj4Y=&h=643&w=920&sz=490&hl=pt-BR&start=35&um=1&itbs=1&tbnid=vwmyGBMrAAEfKM:&tbnh=103&tbnw=147&prev=/images%3Fq%3Dfazendas%2Bcaf%25C3%25A9%2Bbrasil%26start%3D20%26um%3D1%26hl%3Dpt-BR%26safe%3Doff%26sa%3DN%26as_sf%3Dy%26ndsp%3D20%26tbs%3Disch:1,iur:fc

O Vale do Paraíba fluminense passa a ser o panorama onde se desenvolvem as fazendas de café, prósperas e exuberantes. Inúmeros senhores de terras e escravos passam a ocupar a região, plantando cafeeiros em suas fazendas, juntamente com o milho, a cana-de-açúcar, a mandioca, o arroz, as hortas e os pomares. São fazendas voltadas para o mercado externo, mas produtoras de alimentos que atendem às necessidades dos moradores da roça. O agro fluminense concentra a nova riqueza do século: o café.

Observe alguns procedimentos:

Em 1817, John Luccok, ao viajar para Minas Gerais, observa que, ao preparar a terra para a lavoura de milho, os lavradores

deitam o mato abaixo, deixando de pé apenas as árvores grandes a que ateam fogo ali mesmo, servindo as cinzas como adubo. Escavam-se então buracos, sem qualquer preparativo de arado ou outra maneira de revolver o solo (...), colocando-se três grãos em cada qual e em seguida cobrindo-os (...). A fazenda é sempre arrumada de modo a que o mesmo talhão volte a ser cultivado uma vez cada sete anos, permanecendo assim seis sem lavra... (LUCCOK, 1980).

Para Saint-Hilaire, outro viajante e cronista de época, o sistema de agricultura adotado no Brasil era

baseado na destruição das florestas e onde não há matas, não existe lavoura (...). Quando se faz a escolha de um terreno, não é ele revolvido, (...) se abatem as porções de matas que se deseja cultivar; dá-se aos galhos tempo para secar e atea-se fogo antes que as chuvas recomecem (HILAIRE, 1980).

Depois de uma única colheita, deixa-se a terra repousar novamente; novas árvores aí tornam a crescer, e se continua da mesma maneira até que o solo fique inteiramente esgotado. E mais, após *sete ou oito colheitas em um mesmo campo, e às vezes menos ele (o agricultor) o abandona, e queima outras matas, que em breve têm a mesma sorte* (FRAGOSO, 1986, p. 126).

Podemos deduzir que o processo de produção da agricultura de alimentos (milho, feijão mandioca) fundamentava-se num sistema de uso da terra em que a presença e a disponibilidade das matas substituem a aplicação de trabalho adicional na refertilização dos solos (FRAGOSO, 1986).

A baixa densidade demográfica facilitava a utilização do pousio da terra, para recuperar sua fertilidade. Desta maneira, manteve-se esta prática, desde que não houvesse aumento da população. Não havia necessidade de se recorrer a novas modalidades de técnicas. Não havia a prática da utilização do arado, mas da foice, da enxada e da cavadeira, mais adequadas ao tipo de terreno, onde a mata é derrubada e o solo fica cheio de obstáculos. Os animais não participam deste sistema de uso da terra; portanto, o adubo animal não é utilizado. Este modelo acaba exigindo uma agricultura extensiva, tanto quanto a pecuária extensiva (FRAGOSO, 1986).

Quanto à agricultura de exportação, podemos perceber que utiliza os mesmos mecanismos e técnicas, os mesmos instrumentos de trabalho e um sistema de uso da terra semelhante.

Portanto, preparar a terra com poucas máquinas e sem uso de adubos era a lógica utilizada nas fazendas, e sua produtividade atendia à demanda da época. Estas atitudes refletem inteligência, e não rotina e atraso.

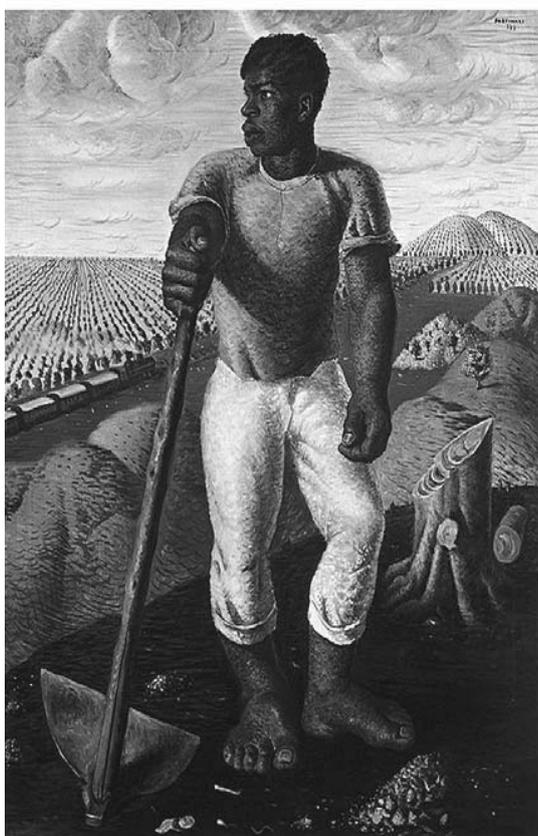
Outra atitude comum entre os fazendeiros era a utilização de capoeiras (matas replantadas) como forma de fertilização do solo. Era o descanso que possibilitava a replantagem do café. Mas o ideal para o plantio do café eram as terras virgens, daí o percurso que os cafeeiros seguem. O café caminha (FRAGOSO, 1986).

Portanto, o que os observadores de época chamavam de *rotina* era o reflexo da reprodução de um tipo de sistema agrário historicamente definido. Por isso, nosso sistema era extensivo, uma vez que havia muita terra a ser incorporada e mão de obra escrava disponível (FRAGOSO, 1986).



Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Observe a reprodução da pintura de Portinari *Lavrador de café* e responda:



Fonte: http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/12/o-lavrador-de-caffe-candido-portinari-1939.jpg&imgrefurl=http://www.cultura.gov.br/site/2007/12/20/furto-de-obras/&usg=__la7fD9YPHI8xBsvkwA2dHlHxg_E=&h=755&w=600&sz=511&hl=pt-BR&start=1&itbs=1&itbnid=nfQn-lIPePSR9M:&itbnh=142&itbnw=113&prev=/images%3Fq%3Dlavrador%2Bde%2Bcaf%25C3%25A9%2B.gov%26hl%3Dpt-BR%26gbv%3D2%26ibs%3Disch:1

a) Como você pode relacionar a ferramenta utilizada pelo trabalhador retratado na imagem ao sistema agrário, historicamente desenvolvido no agro fluminense?

b) Por meio de uma análise atenta da pintura de Portinari, podemos corroborar a expressão “os escravos são os pés e as mãos do senhor de engenho”, dentro do sistema agrário fluminense? Justifique.

Resposta Comentada

a) Não havia a prática da utilização do arado, mas sim da foice, da enxada e da cavadeira, mais adequadas ao tipo de terreno, onde a mata é derrubada e o solo fica cheio de obstáculos. Os animais não participam deste sistema de uso da terra; portanto, o adubo animal não é utilizado. Este modelo acaba exigindo uma agricultura extensiva, tanto quanto a pecuária extensiva. A imagem contém os elementos característicos da época.

b) A imagem retrata o caráter do trabalho escravo na lavoura cafeeira escravista de exportação, exigindo de suas *mãos e de seus pés* o máximo de seu desempenho. Os cafezais, ao fundo da imagem, demonstram o resultado de muito esforço coletivo. Há uma parte do terreno que parece retratar o pousio do terreno que será lavrado, após o descanso da terra. Há o tronco de uma árvore derrubada, próxima ao trabalhador, que parece demonstrar como se faz o desmatamento, derrubando a mata.

Acesso à terra no Brasil

Como vimos, a lavoura cafeeira exigia terra e trabalho. Nesta medida, é importante que fique claro como se dava o acesso à terra e aos cativos durante o século XIX.

Desde o período colonial, o estatuto da sesmaria regulou as doações feitas pela Coroa. Estas doações acompanharam as formas de ocupação da terra ao longo do período colonial. Com a Independência, a validade do estatuto da sesmaria perde sua função.

Até 1850, com a Lei de Terras, a regulamentação foi flexível e seguiu as práticas costumeiras.

O sentido patrimonial da política de doação de Sesmarias havia sempre reforçado, em termos legais, a necessidade de revalidação da concessão, condicionada à efetiva ocupação, e o direito da Coroa de fazer as terras voltarem a seu domínio, quando não cumprida esta última condição. Deste modo, qualquer título de propriedade tornava-se inócuo se contestado, se não aprovava a revalidação da Sesmaria.

A legislação colonial, por meio das **Ordenações Filipinas**, tradicionalmente consagrara a posse efetiva como recurso legal para a obtenção da propriedade. Após a emancipação política e a revogação do instituto das sesmarias, esta segunda via se tornaria por algumas décadas a forma predominante de constituição da propriedade fundiária no Sudeste, legalmente embasada na legislação portuguesa, privilegiada pelos homens que atuavam sobre o tema.

A maior parte da expansão cafeeira no Vale do Paraíba fluminense seria feita nesta segunda condição. Desde a vigência da política de doação de sesmarias e após a sua revogação, a efetiva ocupação constituiu-se em eixo central da apropriação fundiária no Sudeste. De fato, mesmo sob o domínio da Coroa portuguesa, sempre foi possível vender ou passar em herança terrenos que jamais haviam sido oficialmente doados. Esta prática tornou-se regra após a emancipação política (CASTRO, 1993).

Ordenações Filipinas

São regulamentos, ordenações derivadas da dinastia portuguesa de Felipe. São as determinações que regulam comportamento, seguem as leis definidas que atendem às ordens dinásticas.

Portanto, as terras que deram origem às grandes fazendas, grosso modo, ou eram ocupações consolidadas ou lembranças de doações de sesmarias, cuja revogação garantiu a estabilidade de acesso e posse de terra.



Atende ao Objetivo 3

2.

(...) a disputa pela terra era também uma disputa por gente. A manutenção da área ocupada consubstanciava-se na luta por preservar a condição de senhor e possuidor de terras ou no desejo de se constituir como lavrador (MOTTA, 1998, p. 66).

Esta citação demonstra como o acesso e a concentração da terra, e do trabalhador, preservavam e reproduziam uma elite agrária.

Relacione o apogeu da economia cafeeira ao apogeu do Sudeste e de suas elites.

Resposta Comentada

Como a agricultura cafeeira do Sudeste baseava-se na incorporação sistemática da terra e do trabalho escravo, a concentração destes elementos explicava a concentração da riqueza que vai marcar a opulência das elites agrárias do Sudeste no século XIX. A disputa pelo acesso à terra e ao trabalho escravo era a disputa pela concentração de riqueza, poder e prestígio nos quadros do Império brasileiro.

Como se fazia o tráfico e como se trabalhava nas relações escravistas?

Imagine uma cena do tráfico negreiro: provavelmente o que lhe vem à mente é aquela tradicional visão de um amontoado de pessoas confinadas em condições humilhantes, num espaço de dimensões reduzidas nos porões dos navios.

Johan Moritz Rugendas, em sua famosa gravura *Negros no porão*, induz-nos a esta revelação, no que se refere aos seus elementos formais: tamanho, disposição do espaço, número de pessoas, pouca luz, sofrimento humano.

Estas imagens históricas chegaram-nos pela própria educação formal e as cristalizamos em nossa memória, marcadas de lugares-comuns. Associamos as embarcações que traziam os escravos da África para o Brasil a algo semelhante à gravura de Rugendas. O porão é a representação do tráfico por excelência, não considerando o tempo e as mudanças que ocorreram na arquitetura naval.

Esta concepção dos navios nos influencia a tornar o navio negreiro atemporal, mas houve mudanças ao longo do tempo, quanto ao espaço e às tecnologias, voltadas para a atividade do tráfico.

Evidentemente, os relatos de viajantes e pintores de época não contêm verdades absolutas, mas são pontos de partida importantes para se analisar o espaço físico dos navios do tráfico (RODRIGUES, 2005).

Outro detalhe que podemos ressaltar é que as imagens que retratam o tráfico escravo parecem-nos ser documentos antiescravistas. Há uma verdade descritiva, mas isto não quer dizer que tenham valor de denúncia. Entretanto, os documentos de época passaram por releituras (RODRIGUES, 2005) que ultrapassam seu sentido original e criam novos significados. Mas, a imagem tornou-se clássica, para elucidar o tema.

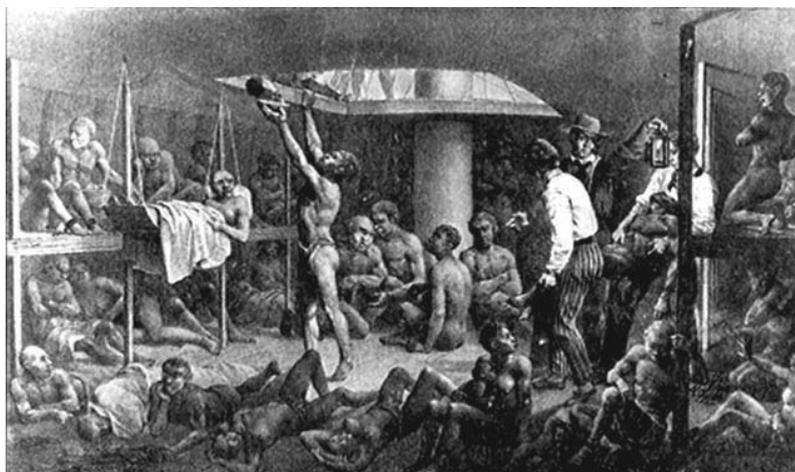


Figura 7.3: Pintura de Rugendas, *Negros no fundo de porão de navio*, 1835.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/33/Rugendas_-_N%C3%A8gres_a_fond_de_cale.jpg

Porém, podemos afirmar que o tráfico de escravos para o Brasil se fazia em navios diversos entre si e que se transformaram no tempo (RODRIGUES, 2005) e que quedas consideráveis nos índices de mortalidade dos escravos em trânsito foram atribuídas às mudanças tecnológicas. Miller, um pesquisador, identificou diminuição significativa nestas taxas de mortalidade escrava no tráfico entre Luanda e Rio de Janeiro (de 25% a 30% no início do XVIII para de 10% a 5% no final do XIX) (RODRIGUES, 2005). As novidades técnicas somaram-se às práticas higiênicas, como lavagem dos porões com vinagre e a melhoria no sistema de ventilação (RODRIGUES, 2005).

As embarcações eram variadas, e Herbert Klein registrou em suas pesquisas 375 viagens de embarcações negreiras entre Angola e Rio de Janeiro, na virada do XVIII para o XIX. Deste total, 91% destas embarcações eram do tipo corveta, bergantim ou galeão, e que tinham semelhança quanto à capacidade de carga, ou seja, em média 400 ou 500 “peças da África”. Outros autores identificam o bergantim como o tipo mais utilizado no início do XIX (50% das viagens), seguido de galeras (10%) e das escunas.

Mas sua tonelagem não foi devidamente esclarecida. Manolo Florentino, em seus estudos, demonstra como a tonelagem era diversa (entre 32 e máximo de 166 toneladas). Mas a tonelagem era uma das medidas que poderiam apontar para semelhanças e diferenças (RODRIGUES, 2005).

Os estudos sobre as técnicas e diferenças arquitetônicas entre as embarcações negreiras, que de Angola abasteciam o Rio de Janeiro e outras áreas do Centro-Sul brasileiro, levam-nos a certas constatações. As mudanças técnicas modificaram o tempo das viagens e a mortalidade a bordo. Estas modificações visavam ao êxito do tráfico e à garantia dos lucros decorrentes desta atividade, mas resultaram em melhores condições de transporte dos africanos para o Brasil.

Entre 1790-1830, a população escrava do Rio de Janeiro mantinha-se e crescia por meio do tráfico transatlântico. Os navios negreiros desembarcaram no porto carioca nove mil africanos anualmente, até 1808. A partir de então e até 1830, chegavam ao Rio, e esta população girava em torno de 24 mil pessoas.

Destes, muitos permaneciam na área rural e nesta, em 1789, havia em torno de 65 mil escravos, metade da população global. Até 1808, metade desta população estava concentrada nas fazendas (FLORENTINO; GÓES, 2005).

Robert E. Conrad, um especialista em tráfico escravo, afirma-nos que, no século XVIII, o tráfico escravista para o Brasil foi maior, em volume, que os precedentes. Ele afirma que houve uma taxa de mortalidade aproximada de 10% dos cativos durante o percurso atlântico (CONRAD, 1985).

Segundo Conrad, no período entre 1800-09, estudado por Herbert Klein, 98.838 escravos chegaram ao porto do Rio de Janeiro, procedentes da África. E cita que a aproximação da Independência registra um aumento significativo de cativos chegados ao Rio de Janeiro. Mas o número exato de escravos importados num período de trezentos anos jamais será conhecido (CONRAD, 1985).

Para Conrad, as perdas de homens no mar foram elevadas, especialmente durante os primeiros séculos do tráfico, mas alega-se, segundo o autor, que tendeu a declinar nos últimos séculos, atingindo uma média de 9% a 10%. Entretanto, ele faz a ressalva de que, após o tráfico ter sido declarado ilegal, em 1830, a taxa de mortalidade elevou-se, uma vez que no tráfico de contrabando, os abusos por excesso de carga e subalimentação não podiam ser controlados pela legislação governamental. Mas estimativas no período entre 1817-1843 indicam que não houve tal aumento no período do tráfico ilegal (CONRAD, 1985).

Tanto o governo brasileiro como o português tinham conhecimento dos abusos comuns no tráfico, mas a mortalidade elevada era a norma.

Em um decreto de 1813, D. João, príncipe regente, reinando no Rio de Janeiro, oferece recompensas de 240 mil a 120 mil réis, respectivamente, ao capitão e ao cirurgião de qualquer navio que "mantivesse a mortalidade de sua carga em 2% ou menos e metade dessas quantias, se a taxa de mortalidade entre os escravos permanecesse abaixo de 3%", podemos inferir que havia uma preocupação com a mortalidade de cativos nos navios traficantes, (CONRAD, 1985). No caso em que a mortalidade fosse elevada a ponto de gerar a suspeita de negligência na execução das leis sobre saúde ou cura dos doentes, o capitão do navio estaria sujeito a processo e punição (CONRAD, 1985).

Embora o decreto anterior nos informe das tentativas de diminuição da mortalidade escrava, sabemos que as chances de um africano sobreviver ao tráfico estavam diretamente relacionadas com a extensão e duração de uma viagem. E, mais tarde, conforme Rodrigues, com as medidas utilizadas como profilaxia de doenças e mortes, pode-se afirmar que houve uma diminuição da mortalidade escrava, garantindo a eficácia do negócio do tráfico.

Vejam o texto que descreve as condições cruéis suportadas pelos passageiros africanos em navio português, o *Dois de Fevereiro*. Este navio foi capturado em 1841 na costa brasileira, próximo a Campos.

Os vivos, os moribundos e os mortos amontoados em uma única massa. Alguns desafortunados no mais lamentável estado de varíola, sofrivelmente doentes com oftalmia, alguns completamente cegos, outros, esqueletos vivos, arrastando-se com dificuldade para cima, incapazes de suportarem o peso de seus corpos miseráveis. Mães com crianças pequenas penduradas em seus peitos, incapazes de darem a elas uma gota de alimento. (...) todos estavam completamente nus. Seus membros tinham escoriações por terem estado deitados sobre o soalho durante tanto tempo. (...) (CONRAD, 1985, p. 55).

Entretanto, como nos afirma Manolo Florentino, se a reprodução física dos homens corresponde, no plano econômico, à reprodução da força de trabalho, então o comércio negreiro internacional era um elemento central para o cálculo econômico escravista, dele dependendo a própria reprodução da empresa colonial (FLORENTINO, 2002). Além disso, por ser extensivo, o crescimento dessa empresa necessariamente significava a incorporação de braços nos momentos de expansão: ao aumento do volume das exportações de produtos tropicais correspondia o da importação de mercadorias muito especiais – os homens. Esta é a posição de vários autores, como Prado Jr., Novais; Gorender e Cardoso. Mas poucos autores remetem-se a discutir se o tráfico em fase de retração do mercado internacional, conforme afirma Manolo, poderia incrementar as exportações de produtos tradicionais e, portanto, aumentar o próprio volume dos desembarques de africanos no Brasil.

Embora muitos autores pensem o tráfico como um fluxo contínuo e barato, não questionam as motivações que teriam levado o continente negro a oferecer escravos durante longa duração e a custos tão baixos, (FLORENTINO, 2002). Novos estudos podem levantar novas questões.

Segundo Manolo, o tráfico era controlado pelo capital mercantil carioca, desde a primeira metade do século XVIII, e tratava-se de um dos mais lucrativos setores do comércio colonial (20% em média), portanto, estamos falando do traficante elite empresarial da colônia.

Por outro lado, adaptava-se às diversas conjunturas internacionais e possuía alto grau de autonomia e atendia à demanda da reprodução física da mão de obra e das relações sociais dominantes no Rio e no Brasil. E mais, consolidava uma elite dona de terras e homens (FLORENTINO, 2002).

Finalmente, para Florentino, os processos de reprodução empresarial, o perfil do mercado de homens, a lógica de atuação e o lugar social dos mercadores de almas (a elite do capital mercantil) revelam a profunda inserção da empresa traficante na sociedade e economia colonial. Tratava-se, para o autor, do mais importante setor de acumulação endógena à colônia.

Talvez por isso possamos entender, por conta do peso econômico do tráfico e de seus agentes, como, apesar das pressões da mais poderosa economia da época (Inglaterra), foi possível ao *comércio de almas* subsistir oficialmente até 1830, e de maneira ilegal até meados do século XIX (FLORENTINO, 2002).

Escravidão urbana e suas especificidades

No passado colonial-imperial brasileiro, o trabalho era o traço marcante do ser escravo. Porém, na cidade este trabalho conferia ao escravo alguma liberdade, pois os escravos movimentavam-se por necessidade da própria cidade.

Para Rugendas, que esteve no Brasil, entre 1822-23, uma das peculiaridades do modo de vida dos escravos nas cidades é que eles gozavam de “uma certa liberdade”. Mesmo exagerando um pouco, o autor nunca se refere às mesmas condições quando descreve o trabalho rural (FERREIRA, 2005).

Mas Maria Graham faz referência a espaços de autonomia escrava que não ocorriam somente na área urbana, mas variavam segundo a presença física do senhor da fazenda. Segundo ela, longe da casa senhorial, tanto no campo, como na cidade, os cativos desfrutariam de maior autonomia, e sua sujeição ao domínio do senhor seria menos a distância.

Portanto, não era simplesmente por estarem nas cidades que os cativos trabalhariam distantes de seus senhores (FERREIRA, 2005).

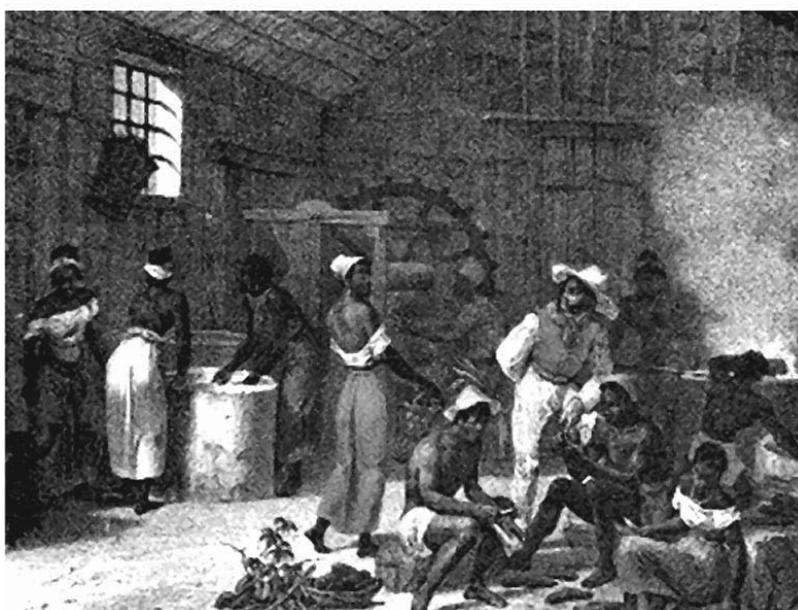


Figura 7.4: Preparação da raiz de mandioca, Rugendas.

Fonte: http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/discovirtual/aulas/3849/imagens/mandioca.jpg&imgrefurl=http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html%3Faula%3D3849&usg=__dLafSp1iDxjxrO9ZHqRU3g9l3VVs=&h=318&w=396&sz=63&hl=pt-BR&start=1&itbs=1&tbnid=Ljxf8oTjXa-rIM:&tbnh=100&tbnw=124&prev=/images%3Fq%3Dmandioca%2Brugendas%2B.gov%26hl%3Dpt-BR%26gbv%3D2%26tbs%3Disch:1

Vejam a imagem anterior. A vigilância é indireta e confere à escrava um espaço para a meditação. A preparação da farinha de mandioca agrega um número maior de escravos domésticos, e podemos notar a presença do administrador das tarefas em grupo, observando o ritmo do trabalho, que acabava resultando na confecção do *pão dos pobres*, alimento baseado na lavoura de mandioca que garantia o sustento cotidiano dos trabalhadores da fazenda.

Esta imagem dá-nos a dimensão de um grau de autonomia diante dos afazeres domésticos e de rua. O controle urbano doméstico era menos direto e explícito. O trabalhador tinha mais disponibilidade de seu tempo e de sua mobilidade, o que não lhe concedia algum espaço de liberdade.

José Roberto Góes, historiador, chama a atenção para outro fator. O controle sobre os escravos, entre os pequenos proprietários era maior do que entre os grandes fazendeiros. Isto, segundo ele, porque se qualquer direito fosse assegurado ao cativo, este provinha de alguma falta para o senhor, com pouca renda, já que o escravo não detinha nenhum direito. Era mais custoso e ameaçador, portanto, para o pequeno proprietário a perda de algum direito, ao conceder maior autonomia ao escravo.

Mas esta afirmação não pode ser transferida para os escravos urbanos simplesmente. Os pequenos escravistas urbanos precisavam conceder maior grau de mobilidade e distanciamento de seus cativos para que eles desempenhassem melhor suas tarefas.

No **eito** (roça), os serviços eram rotineiros e controlados pelos feitores (FERREIRA, 2005). Mas havia atividades em que o escravo, mesmo no campo, precisava de autonomia para desempenhar suas tarefas. Os que trabalhavam nas áreas madeireiras ou na pecuária tinham de se deslocar constantemente, e seus senhores os perdiam de vista quando desempenhavam suas tarefas.

Assim, a autonomia dos cativos urbanos não pode ser vista de forma absoluta, mas a mobilidade era mais intensa na cidade do que no campo, pois eram escravos ao ganho, carregadores, vendedores ambulantes, remadores, barqueiros e circulavam constantemente (FERREIRA, 2005).

Eito

Roça onde trabalhavam os escravos. No caso das plantações de café, são os caminhos de plantação dos pés de café.



Atende ao Objetivo 4

3. Considerando as informações obtidas, compare as práticas escravistas no campo e na cidade, considerando o grau de autonomia em uma e noutra atividade.

Resposta Comentada

O trabalho escravo no campo exigia um controle mais rigoroso, uma vez que a lógica do trabalho coletivo exigia controle direto sobre o cativo na lavoura e na fazenda. Na cidade, a mobilidade relativa do escravo urbano lhe conferia maior autonomia, uma vez que exercia atividades que requeriam seu constante deslocamento sem estar sob a vigilância direta de seu senhor ou do capataz. Entretanto, esta vigilância se exercia de forma indireta, conforme o texto explica.

Com a extinção do tráfico intercontinental, amplia-se a prática do tráfico interprovincial, que passa a deslocar populações escravas de regiões de produção em declínio e as atrai à regiões prósperas do café, dentro do Brasil. Este movimento desencadeou vários problemas entre a população escrava. Tratava-se de adaptar um cativo arrancado de sua comunidade de origem a uma nova disciplina de cativo.

O registro de fugas era significativo, e muitos dos escravos não aceitavam a nova condição. Estas fugas não se configuram como uma luta pela liberdade da escravidão a que estavam submetidos, mas uma tentativa de preservarem seus laços com suas comunidades de origem.

Sustentar os laços com a escravidão tornou-se um problema para os senhores. A solidariedade dos homens livres com a instituição escravista começara a perder suas bases de sustentação. Para as elites, a continuidade do cativeiro só podia ser defendida com base numa argumentação pragmática, que procurava antes retardar do que impedir o desmoronamento do sistema. Desta forma, cada vez menos homens livres conseguiam acesso à propriedade cativa e faziam-se solidários com sua manutenção.

Apesar disto, o sistema agroexportador cafeeiro continuava a se expandir, com base no tráfico, agora interno, do braço escravo (CASTRO, 1993).

O segredo, portanto, desta manutenção provisória concentrava-se em conceder uma ampliação do espaço de autonomia dentro do cativeiro. Até mesmo a compra da alforria pelo cativo podia ser lida como concessão senhorial, desde a doação do tempo e das condições para formar o pecúlio e a concessão do reconhecimento daquela propriedade, até a concordância com a alforria, mediante indenização. A família escrava tornava-se também uma concessão senhorial (CASTRO, 1993).

Se o escravo africano chegava ao cativeiro despossuído de pecúlio, de direitos, o crioulo traria concepções predefinidas de castigo justo ou injusto, de ritmos de trabalho aceitáveis ou inaceitáveis, de quais condições deveriam dar acesso ao pecúlio a à alforria. Muitas destas condições diferiam do Nordeste para o Sudeste. Em muitos casos, nas grandes fazendas cafeeiras, cada unidade criava seus padrões, nos quais, da pressão da comunidade cativa, a personalidade do senhor desempenhava um papel fundamental (CASTRO, 1993).

Vejamos o documento a seguir:

Perguntado qual o motivo porque tinha assassinado seu senhor, respondeu que sendo o falecido senhor dito João Pereira de Souza mau senhor, tirando tanto a ele interrogado e seus parceiros os domingos e dias santos, maltratando de comida, vestuário, resolveu na madrugada do dia 26 de mês e ano passado acabar com o dito senhor... (CASTRO, 1993, 1872, p.178).

Podemos deduzir que casos semelhantes ocorreram neste processo de transição para a abolição escrava final.

O jogo da dissimulação

Em janeiro de 1832, a polícia da Corte autorizou o despacho de três africanas para Benguela. Remetia-as Maria Carneiro, preta livre da qual Luiza, Vitória e Joana eram escravas de antiga propriedade. Muito trabalho e artimanha devem ter rolado até que Maria Carneiro deixasse para trás a estranha condição de coisa e pessoa. E como as escravas eram bem mais aquinhoadas por libertações do que os homens, ser mulher, nesse caso, beneficiou-a. Mas o que ajudou mesmo foi ter vivido em uma sociedade que alforriava escravos como nunca se viu em outras partes das Américas – na Virgínia de 1691 chegou-se a proibir toda manumissão privada, a menos que o senhor deportasse o forro para fora da colônia; mulher branca que ali parisse filho mulato era pesadamente multada, ou serva virava por cinco anos (os filhos, por trinta) (FLORENTINO, 2005, p. 333).

Muitos libertos traziam para a cidade o que de melhor e de pior o cativo criava. Também por isto, resgatamos uma sensibilidade refinadamente afro, além da crença frouxa na cidadania e

na representação efetivas. Personagens como Maria Carneiro frequentemente afiançavam a mestiçagem racial e reiteravam o *status quo* excludente. Como afirmamos, Maria Carneiro transformou-se em proprietária de escravos.

Outro exemplo, citado por Manolo Florentino, seria o de Luís Cardoso, meio século antes, pois fora escravo de um comerciante alemão estabelecido no Recife, na década de 1860. Aprendeu com seu mestre a desvendar os mistérios do comércio, juntou dinheiro e comprou a liberdade para, anos depois, tornar-se um mercador internacional. Ao morrer, deixou boa fortuna para a sua irmandade, prática comum.

Estes exemplos contribuíram para que hoje nos tornássemos mestiços políticos, segundo a expressão de José Murilo de Carvalho.

Daí que podemos admitir que esta trajetória seja antiga, forjando um consenso em torno da mistura racial e da simultânea exclusão.

Para Manolo Florentino, a compreensão de paradoxal convivência entre mistura e exclusão exige levar em conta os nossos históricos padrões de ascensão social. Para se ascender na hierarquia social ao cativo, era necessário ultrapassar o cativo por meio da via institucional (isto é, conservadora) da alforria (FLORENTINO, 2005).

A noção de liberdade manipulada pelos cativos confundia-se com a possibilidade de que, em graus diversos, eles pudessem dispor de si. Sem nenhuma garantia de êxito, a grande maioria buscava dispor de si no dia a dia, na lida impetuosa e malemolente, associando liberdade a pequenas conquistas tendentes a alargar sua autonomia na escravidão (FLORENTINO, 2005).

Mas o dispor de si podia se alargar e até traduzir-se na transferência jurídica da propriedade do senhor para o cativo. Ato, revogável até 1871, implicava que a criatura deixasse de ser escravo, embora no plano mais geral das práticas e representações sociais não necessariamente apagasse os rastros da dependência passada. Era esta a liberdade buscada mediante cartas de alforria. Mas havia,

também, o anseio pelo regresso à África. Foi o caso de Felícia Maria, em meados de 1829, que fez a travessia com sua carta de liberdade, assinada por Silvestre Manoel, um de seus parceiros bens.

Se alforrias conferiam liberdade, por outro lado, era particularmente severa a condição dos escravos, em grande parte do século XIX, e a diminuição dos forros é dela sinal contundente. A relativa retração do número de libertações resultava do aumento da quantidade de indivíduos nascidos livres (Lei do Ventre Livre), além de um difuso ideário liberal, no seio das elites escravocratas, embutido na intensa europeização dos costumes, que se seguiu à abertura dos portos, o qual reafirmava o princípio da propriedade.

Embora muitos acreditassem que, mesmo no plano da norma estabelecida, a liberdade comprada representava a conquista escrava por excelência, modelava-se ao mesmo tempo no comportamento senhorial e na pronunciada alta dos preços, impedimentos à maioria dos escravos em constituir pecúlio suficiente à compra da liberdade. Ao variarem, quanto ao sexo e à idade, os preços altos hierarquizavam o acesso ao mundo dos livres, dele tornando menos distantes, pela ordem, as mulheres velhas, meninas, meninos, homens velhos, mulheres adultas e homens adultos (FLORENTINO, 2005).

As cartas de alforria acabaram funcionando contraditoriamente como reprodução do *status quo*. Alcançando um tipo de liberdade conservadora, inclusa no próprio sistema, muitos homens e mulheres viam-se inseridos em relações clientelísticas. Mas alguns chegaram a se tornar proprietários de escravos e suas trajetórias ajudavam a sustentar a crença de que um dia, os outros escravos poderiam desfrutar não apenas da liberdade, mas, ascender socialmente, em meio aos livres. Isto é, tornarem-se donos de escravos (FLORENTINO, 2005).

Vejam que ironia:

Nas décadas de 1870 e 1880, o debate sobre os prejuízos provocados pelo fim do tráfico atlântico deu lugar às discussões sobre as saídas possíveis de uma

sociedade escravista. A condição social e a cidadania reservada à pessoa de cor – como eram geralmente denominados os não brancos (...) estavam na ordem do dia. Diante da propagação dos ideais abolicionistas, da rebeldia dos cativos e da crescente ingerência do Estado Imperial nas relações escravistas, cresciam as tensões e incertezas acerca do desfecho da questão servil no Brasil (ALBUQUERQUE, 2009).

Conforme Wlamira, nas três últimas décadas oitocentistas constrói-se a articulação entre a questão racial e o desmonte do escravismo no Brasil. À sombra do emancipacionismo e da crise da monarquia estavam sendo reconstruídos, não sem disputa, sentidos sociais e políticos da liberdade e da cidadania para a chamada *população de cor*.

Nas últimas décadas do século XIX, geralmente de maneira velada, práticas baseadas na ideia de raça foram surgindo nos debates *jurídicos, nas decisões políticas, na construção de memórias e símbolos da escravidão, nos prognósticos e planos para o futuro da nação* (ALBUQUERQUE, 2004).

No hiato entre 1888 e 1917, quando o Código Civil brasileiro finalmente ficou pronto, revela-se o silêncio racializante sobre o passado escravista, conforme Hebe Mattos, no prefácio ao trabalho de Keila Grinberg, *o Fiador dos brasileiros*, p. 15.

O termo **racialização** ganhou propósito investigativo com pesquisadores, como Barbara Fields, uma vez que a noção de raça fundamentou hierarquias sociais nos Estados Unidos. O uso da palavra *racialização*, em vez de *raça*, passa a exprimir um discurso sempre em construção e à mercê das circunstâncias de cada tempo e lugar. Segundo Barbara, a noção de raça é uma construção ideológica e acima de tudo, um produto histórico e, portanto, fala de contextos e realidades sociais particulares.

Racialização

Substitui o conceito de raça e exprime um processo que tem características específicas no tempo e espaço. O termo pode ser utilizado para elucidar a impregnação das práticas excludentes, quanto aos afro-descendentes no acesso ao poder, à participação, à cidadania plena.

Portanto, quando a autora utiliza o termo *racialização*, ela se refere às formas como se construiu historicamente o preconceito étnico racial associado às hierarquias sociais. Trabalha com o conceito, enquanto um processo de impregnação de diferenças, baseadas na *raça*. Este processo é construído historicamente e se expressa de maneiras diversas, dependendo de cada sociedade.

Neste sentido, a *racialização* das relações sociais no mundo moderno revelava uma *política de exclusão e acomodação*, fundamentada em premissas biológicas (LOMBROSO) e na sedimentação do discurso da supremacia branca. A limitação da cidadania dos negros na pós-abolição faz perceber que, no sul dos Estados Unidos, a ideia de *raça* serviu para justificar tanto a escravidão quanto a segregação e o discurso da supremacia branca dos negros na pós-abolição (MILES, 1989).

E graças às formas legais de aquisição de liberdade, no Brasil, um expressivo número de cativos acumulou pecúlio, driblou empecilhos, estabeleceu alianças e construiu sua liberdade do cativo, antes mesmo de 1888. Nesta medida, ao contrário do que aconteceu nos Estados Unidos, antes da abolição, a maioria dos negros já havia cruzado a fronteira entre a escravidão e a liberdade. Muitas histórias de libertos elucidam os sinais que sacralizaram a subordinação e a sujeição, que passaram a compor um ambíguo terreno no qual ex-escravos e livres de cor tornaram-se cidadãos em estado contingente, ou melhor, quase cidadãos, conforme Olívia Cunha e Flávio Gomes (GOMES, 1991).

Neste sentido, passamos a entender como o processo emancipacionista foi marcado pela profunda racialização das relações sociais, mantendo esquemas hierárquicos, soldo de longo e tortuoso percurso, que levou a sociedade brasileira à extinção legal do cativo em 1888.

Se, de um lado, podemos apontar para a obtenção conservadora da liberdade, como aponta Manolo Florentino, ao considerar as cartas de alforria, Wlamira aponta para o grande

medo que perpassa a sociedade liberal, diante de um contingente cada vez maior de negros ou crioulos livres. As elites tiram da *cartola* a reiteração dos pressupostos liberais do direito à propriedade. De um lado suas propriedades podem ser abaladas pela falta de homens no mundo do trabalho submisso, de outro, a tentativa de cooptar estes libertos é aliada das liberdades ofertadas pelos senhores, antecipando a grande Áurea. É a tentativa de se antecipar ao projeto para mudar muito pouco.

O medo, por outro lado, do vasto contingente negro/mestiço estimula políticas de expulsão ou degredo e tentam evitar a chegada de novos homens africanos. Discriminar no terreno pantanoso e movediço de uma legislação para desiguais, sem acesso à participação e à cidadania plena vai ser a atitude privilegiada pelas elites do final do Império.



Atende ao Objetivo 5

4. Leia o fragmento de texto a seguir e responda ao que se pede:

Surgiu o dia! Surgiu enfim o tão almejado dia da redenção dos cativos! Já se pode com a alma a transbordar de regozijo dizer: no Brasil, não há mais escravos! Desaparecerão por uma vez, desaparecerão para sempre essas relações absurdas de senhor para escravo e de escravo para senhor, tão criminosamente mantidas por tantos anos! Risque-se dos dicionários e nunca mais se profira a palavra escravo (...). Conserve-se a palavra senhor, porque exprime um tratamento decente que se dá ao cidadão, e porque não havendo a palavra escravo, não podem os vindouros ter ideia dessas relações absurdas (...) (ALBUQUERQUE, 2009, p. 121-122).

Este fragmento é emblemático: extingue o termo escravo e mantém o termo “senhor”, que estão intimamente relacionados e preenchidos por séculos de subordinação.

Considerando o texto acima e os conteúdos apresentados na seção 5, relacione direitos de liberdade e de cidadania, no contexto do pós-abolição.

Resposta Comentada

○ acesso à liberdade no contexto do pós-abolição, não configurou acesso à cidadania no Brasil, expressando a reconstrução de um ideal de cidadania excludente e referenciada às relações sociais, no pós-abolição. ○ ideal de liberdade apresentou-se de várias formas no tempo e no pós-abolição não foi capaz de configurar uma sociedade de iguais, mas de desiguais, que não usufruíram dos mesmos direitos cidadãos.

RESUMO

Podemos concluir que a sociedade escravista do Rio de Janeiro no século XIX produziu uma forma de organização, baseada na concentração de terras e de escravos, que possibilitaram o enriquecimento de elites, que enriqueceram com a produção do café, com a concentração da terra e com a atividade do tráfico escravo intercontinental.

Como podemos ver associada ao agro fluminense, desenvolve-se uma sociedade urbana que se beneficia do tráfico com a África, enquanto negócio rentável, responsável pela acumulação endógena

no Rio de Janeiro, forjando uma elite mercantil associada aos negócios do café e de cativos. Neste cenário, um setor da escravidão vai se desenvolver na cidade com características específicas, que lhe conferem maior mobilidade, mais autonomia e com trabalhos que atendam à demanda da cidade. Não se trata de descaracterizar as relações escravistas, que permeiam as relações urbanas e rurais, mas de traduzir formas de expressão destas relações na cidade e no campo.

Informação sobre a próxima aula

Nosso próximo tema tratará da dinâmica do processo político na Província do Rio de Janeiro e sua relação com outras regiões.

Este tema discutirá a historiografia da pós-independência e como se organizará o processo político na conjuntura que norteará o Império. Trataremos de apontar para a composição do poder e da construção do que foi denominado de pacto federativo, na luta centralização-descentralização. No contexto do II Reinado, como será a distribuição do poder e o processo de construção da centralização em torno da figura de D. Pedro II.

Aula 8

A dinâmica do
processo político
na província do
Rio de Janeiro e
sua relação com
outras regiões

Eliana Maria Vinhaes Barçante

Meta da aula

Apresentar um panorama da construção do Estado Nacional e das lutas decorrentes de sua implantação e da transição para o Segundo Reinado, além do seu apogeu e queda.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar as várias correntes historiográficas que se referem à consolidação do Estado Nacional, após a Independência;
2. analisar as elites brasileiras desde suas origens;
3. reconhecer as características do Período Regencial;
4. estabelecer as características do Segundo Reinado e seu poder de pacificação dos movimentos sociais;
5. identificar os argumentos da fonte histórica que nomeou a *República dos Bestializados*.

INTRODUÇÃO

Como vimos na aula anterior, o café foi o grande personagem que norteou a economia do século XIX. Com a economia cafeeira, vimos a importância das formas escravistas, tanto no campo como na cidade, que garantiram o trabalho nas lavouras e no meio urbano. Mas outro ponto importante foi o acesso à terra, no campo, sem o qual uma economia extensiva não poderia prosperar. Estudamos o tráfico de escravos e suas características no tempo. E, por fim, como a escravidão marcou profundamente as relações sociais brasileiras. Nesta aula, vamos trabalhar com a instância política e como se moldam as relações de poder ao longo do Império. Destacamos algumas posições clássicas da historiografia da pós-Independência quanto à disputa centralização/descentralização, apontando para novas perspectivas de leitura deste período. O Período Regencial será abordado como uma fase importante da luta entre a autonomia provincial e a centralização, na região Sudeste. E, por fim, como se consolida o ideário conservador no Brasil imperial.

A historiografia do pós-Independência

Vários autores têm se debruçado sobre o estudo da Independência e da construção do Estado Nacional, destacando que este foi uma imposição das elites das diversas regiões que compunham a América lusitana. A ameaça de fragmentação do território teria sido neutralizada, na medida em que a corte instalada no Rio de Janeiro foi capaz de impor a unidade, recorrendo, quando necessário, à força. Várias interpretações sobre o período demonstram que as elites regionais seriam portadoras de projetos localistas, que estimulavam a fragmentação. Entretanto, uma elite nacionalizada, acomodada no interior do governo central, buscava sua hegemonia sobre todo o território por meio de um Estado centralizado.

Para José Murilo de Carvalho, historiador, a unidade de todo o território de ex-colônia portuguesa, sob um único governo, teria sido a conquista de uma elite cuja trajetória e formação delineava-lhe uma perspectiva ideológica própria, que a diferenciava das elites regionais, que, por sua vez, estavam comprometidas com seus interesses materiais e locais. Esta unidade da elite garante a manutenção da unidade do país e a natureza do Estado a ser criado (CARVALHO, 1981).

Ilmar de Mattos, outro historiador, na mesma linha interpretativa, identifica a construção do Estado como resultado da ação de uma classe senhorial, articulada em torno da Coroa. Na medida em que construía o Estado, essa classe senhorial constituía-se como *elite dirigente*. Para efetuar a centralização político-administrativa, utiliza-se das reformas conservadoras da década de 1840. O autor salienta o papel de uma elite concentrada no governo central – a *elite saquarema* –, que seria a única portadora de um projeto nacional, capaz de construir o Estado e impor uma direção, submetendo os grupos regionais, portadores de projetos localistas. Somente a centralização conservadora teria sido capaz de impor esta unidade, segundo Ilmar (MATTOS, 1987).

Para Miriam Dolhnikoff, entretanto, a unidade e a construção do Estado foram possíveis graças a um arranjo institucional que foi resultado dos embates e negociações entre as várias elites regionais, que deveriam integrar a nova nação. A autora adverte que, para entender este processo de constituição do Estado brasileiro, torna-se necessário apreender a complexidade das relações entre centro e regiões, examinando tanto um polo quanto outro e também analisar como o conjunto institucional foi organizado. Deve ser incluído, na análise, o resultado concreto e material da ação e do discurso político, examinando os limites deste discurso; portanto, o que está no discurso é, apenas, uma dimensão deste conjunto de relações. Não se pode deixar de analisar o seu resultado concreto (DOLHNIKOFF, 2003).

Para a autora, as elites regionais constituíram-se também em *elite política*, cujo desejo de autonomia não se restringia à intenção localista e possuía um projeto político que incluía as reivindicações regionais em um arranjo nacional. A vitória deste projeto determinou a decisiva influência dos grupos regionais no jogo político nacional. Este projeto consolidou-se diante de um **pacto federativo**, concretizado nas reformas liberais da década de 1830 e que não foi essencialmente alterado com a revisão conservadora da década seguinte. Teria, portanto, prevalecido uma organização institucional que garantiu a articulação das várias partes do território em um todo, preservando a autonomia de cada uma delas, sob a direção do governo central, de modo que as elites regionais responsabilizaram-se pela construção do novo Estado Nacional.

Por outro lado, a revisão conservadora da década de 1840, ao contrário do que defende a maior parte da historiografia, para a autora, não anulou as franquias provinciais, isto é, os direitos e privilégios anteriormente vigentes, conquistados nos anos anteriores. Houve alteração de facetas importantes desta autonomia, mas não o seu fim.

Para Miriam, tanto conservadores como liberais defendiam modelos cujas diferenças não impediam a existência de pontos comuns, entre eles a defesa de que o centro deveria estar aparelhado para promover a articulação do todo e, ao mesmo tempo, deveria conviver com a autonomia das partes, de forma a integrar ao Estado os grupos nelas dominantes, o que consideravam ser imprescindível para a viabilização do Estado. Somente garantindo esta autonomia seria possível afastar as rebeliões separatistas, comprometer os grupos regionais com a construção do Estado e viabilizar materialmente esse Estado, uma vez que os governos provinciais autônomos poderiam alcançar as mais distantes localidades (DOLHNIKOFF, 2003).

Este regime de características federalistas teria de considerar, como aponta Preston King, um arranjo institucional, adotado como estratégia de construção do Estado, cuja principal característica é a coexistência de dois níveis autônomos de governo (regional e

Pacto federativo

Acordo, ajuste, constituição relativa a uma federação ou confederação. Uma federação refere-se à união política entre Estados ou nações. Portanto, um pacto federativo associa vários estados em uma única nação.

central), definidos constitucionalmente. Enquanto o centro assume a responsabilidade do governo nacional, os poderes regionais respondem pelos assuntos locais (KING, 1982; DOLHNIKOFF, 2003).

Outra questão defendida pela historiadora Emília Viotti era de que fosse garantida a manutenção da estrutura de produção, que garantia a reprodução econômica e social das elites; portanto, o novo Estado em gestação deveria preservar a escravidão e a grande propriedade como suportes básicos de sua riqueza, prestígio e poder.



Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Leia o texto e a seguir responda ao que se pede:

Aos grupos dominantes em cada região não interessava, necessariamente, o projeto de um só país, englobando toda a América portuguesa, sob a direção do governo do Rio de Janeiro, conforme pretendia a corte aí instalada a partir de 1808. Mas também não o repeliavam absolutamente. A unidade era uma possibilidade que poderia ser concretizada desde que preenchidas algumas condições (DOLHNIKOFF, 2003).

a) Identifique os princípios ou condições econômico-sociais que nortearam as elites regionais no sentido de uni-las.

b) A autora Miriam Dolhnikoff defende a tese de que as elites regionais queriam garantir um pacto federativo entre elas, sustentando a unidade nacional. Explique seus argumentos.

c) Compare a tese de Miriam Dolhnikoff com as dos autores Ilmar Mattos e José Murilo de Carvalho, contidas no texto, apontando as diferenças.

Resposta Comentada

a) Os fatores primordiais que garantiam a manutenção da estrutura socioeconômica das elites agrárias brasileiras podem ser destacados como a manutenção da escravidão e da grande propriedade. Esses sustentáculos da estrutura agrária brasileira garantiam um dos princípios de unidade entre as elites.

b) Unidade e autonomia deveriam compor o novo império recém-inaugurado. O pacto federativo poderia ser defendido desde que respeitasse as características regionais autônomas. Entretanto, não pretendiam abrir espaços de conflito que pudessem desarticular o sistema e os privilégios até então conquistados.

c) Os autores Ilmar Mattos e José Murilo Carvalho demonstram que, no processo de construção do Estado, a região Sudeste foi a grande responsável pela garantia da centralização e da unidade nacional. Para Mattos, a *elite saquarema* teria sido a única capaz de garantir a centralização em moldes conservadores, enfraquecendo as elites regionais, portadoras de projetos localistas. Carvalho aproxima-se desta interpretação, considerando que a elite hegemônica do Sudeste detinha uma formação que lhe garantia uma unidade específica.

A origem das elites

O sistema colonial favoreceu a formação de um grupo heterogêneo de regiões, com poucas ligações entre si e nas quais prevalecia, no interior da elite branca, uma identidade de dupla face: lusitana e regional nativa.

Essas elites coloniais teriam se formado ao longo do período colonial, na sua inserção regional e na sua integração contraditória ao Império português. João Fragoso, historiador, adverte para a formação das elites regionais coloniais que constroem suas identidades nas lutas de consolidação da colônia e nas relações com a metrópole portuguesa. É o que vai conceituar como a *economia do bem-comum*. Para o autor, a ideia do Antigo Regime no ultramar explica a formação da sociedade colonial e de suas elites senhoriais. Embora privilegiando o Rio de Janeiro, Fragoso torna inteligível, a partir do conceito de *economia do bem-comum*, a dinâmica de práticas e de instituições regidas pelo ideário da conquista, pelo sistema das mercês, pelo desempenho de cargos administrativos e pelo exercício do poder *concelhio* (FRAGOSO; GOUVÊA; BICALHO, 2000).

Neste sentido, pode-se dizer que fenômenos como circuitos comerciais transcontinentais, mercados imperiais, formas de acumulação de riquezas a partir da política e redes de alianças transoceânicas reinventaram o Império português. Neste ambiente imperial colonial, forma-se a economia da *plantation*, da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro e, posteriormente, da comunidade de negociantes de *grosso trato* que, em princípios do século XIX e a partir do Rio de Janeiro, dominaram o Atlântico Sul. Para Fragoso, perceber a materialidade econômica, política e geográfica do Império é perceber a presença de mecanismos político-administrativos, de mercado e de acumulação de riquezas comuns às suas diferentes partes. É perceber a circulação de homens e de mercadorias por toda a extensão do *mare lusitano*. É saber que além de escravos da Guiné e de Benguela chegaram

à América portuguesa antigos soldados do Estado da Índia e ex-negociantes de Angola, fixando-se na terra, tornando-se colonos (FRAGOSO; GOUVÊA; BICALHO, 2000). Por outro lado, o sistema de *mercês*, cujas origens remontam às guerras da Reconquista, quando o rei concedia à aristocracia terras e privilégios como recompensa por serviços prestados, não era uma prática restrita a Portugal, tendo se expandido pelo Império.

Outra estratégia era a concessão de postos no ultramar e que não era restrita somente aos membros das elites. Mesmo soldados e pessoas de origem social mais modesta podiam receber cargos e ofício nas *conquistas* como forma de remuneração de seus préstimos ao rei. Era uma forma de enriquecerem na colônia. Estes homens da conquista foram se enraizando na colônia, alguns enriqueceram e, com seus prestígios de conquistadores, formaram suas famílias e seus descendentes nativos. Esta foi a primeira elite a se consolidar na colônia. O conceito de *bem-comum* desta forma fica parcialmente completo, quando entendemos que ele encerra uma forma particular de apropriação do excedente social. Alguns se beneficiam dos bens e serviços concedidos, e tal privilégio tende a ficar restrito em poucas mãos.

Mas o conceito de *economia do bem-comum* inclui duas outras noções. Inicialmente, trata-se de um mercado regulado pela política. Os beneficiados pelas benesses e mercês têm mais condições de acumular fortunas. Por exemplo, quando um membro da *nobreza da terra* do Rio de Janeiro recebia da Câmara o monopólio de explorar o açougue público ou a balança do açúcar, este privilégio possibilitava-lhe chances econômicas superiores às de outros negociantes coloniais de carne ou de açúcar.

A segunda noção importante para entendermos a formação das elites coloniais dentro desta economia era a consolidação de uma hierarquia social excludente, ponto de partida e de chegada da *economia do bem-comum*. Assim, foram se fortalecendo grupos

familiares enriquecidos pelos privilégios políticos decorrentes dos favores mútuos entre nativos coloniais e a Coroa. Esta rede de reciprocidade garantiu a manutenção e reprodução de determinados grupos. Era a origem e consolidação das *melhores famílias da terra*. Da mesma forma que existiam práticas de acumulação e redes de reciprocidade e interesses que atravessaram o Império do ultramar, também o percorria uma rede de negociantes e de suas rotas de comércio. Este comércio desenhava rotas distantes, ligando partes do Atlântico Sul, e unia partes diversas do Império. A existência de negócios que ligavam as diversas *conquistas* – assim como a formação de fortunas ultramarinas – mostra-nos mercados que, mesmo distantes entre si, possuíam intensa ligação. Alguns destes negociantes exerciam papéis importantes na administração do ultramar.

Portanto, outra rede de reciprocidades forma-se com a presença dos negociantes. Estes formarão uma elite econômica e política que tomou impulso com a vinda da família real para o Brasil. Constituíam-se assim uma elite imperial ultramarina, que vai se desdobrar após a Independência. Destacamos um novo enfoque para se pensar a origem das elites imperiais que forjaram o *mare lusitano*, mostrando como a sociedade do Antigo Regime estabeleceu negociações entre as elites ultramarinas e a Coroa, tecendo a própria governabilidade deste Império (FRAGOSO; GOUVÊA; BICALHO, 2000).

Vejam, portanto, que as associações e negociações entre a Coroa e as elites regionais eram antigas e consolidadas. No processo de formação do Estado brasileiro, estas elites regionais, no Brasil, após a Independência, não foram descartadas, pois faziam parte de um longo processo de alianças anteriores com identidade de dupla face: lusitana e regional.



Atende ao Objetivo 2

2. Considerando as origens das elites regionais no Brasil, podemos pensar o conceito de *bem-comum* como aquele que explica os primórdios da formação de um grupo privilegiado que se consolida e enraíza-se desde a colônia.

Explique como este conceito relaciona-se às origens das elites no Brasil.

Resposta Comentada

A formação das elites no Brasil teria suas origens baseadas no conceito de *bem-comum*. Inicialmente, por meio de mercês e privilégios, um determinado grupo teria acesso a terra e a privilégios. Estas benesses estavam baseadas em acordos políticos que favoreciam um determinado grupo. Estes acordos, por sua vez, reafirmam uma hierarquia excludente, que distingue um segmento social dos outros.

As elites e a independência política

Estas elites tinham como principal demanda a *autonomia*, mas acabam defendendo a *unidade*. Partes iguais e autônomas deviam compor o novo Império. As elites regionais heterogêneas,

como *povos dispersos*, só aceitariam a unidade sob um único governo, *por federação*. Este era um dos pensamentos consensuais do liberalismo hegemônico. Frei Caneca, que se destaca por sua participação política, passa a defender a ata do pacto social, dizendo que era a garantia de que o imperador governaria de acordo com os desejos de seus súditos. Quando o imperador chamou a si o controle político da nova nação, outorgando-lhe uma constituição que previa a centralização, em detrimento da autonomia das elites regionais, o pernambucano rebelou-se.

Em 1824, o padre Caneca apresenta sua interpretação da unidade como o pacto consensual entre as províncias. Para ele e seus adeptos, as províncias teriam conquistado o direito de escolher seus caminhos. E denuncia prontamente:

Quando aqueles sujeitos do sítio do Ipiranga, no seu exaltado entusiasmo, aclamaram a S.M.I. e foram imitados pelos aferventados fluminenses, Bahia podia constituir-se república; Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande, Ceará e Piauí, federação; Sergipe d'el Rei, reino; Maranhão e Pará, monarquia constitucional: Rio Grande do Sul, estado despótico (FREI CANECA, 1976, p.101).

A tensão centralização-descentralização vai acompanhar a construção do Estado brasileiro. Mas outras questões vão enriquecer este período pouco estudado e controverso.

O depoimento abaixo demonstra claramente suas posições:

Voto impresso de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca

Senhor presidente, tendo eu recebido a honra de ser convidado por V. Exc. Para, como membro do corpo litterario d'esta cidade dar o meu voto sobre a materia do decreto de S. Majestade Imperial e Constitucional de 11 de Março d'este presente anno, pelo qual o dito senhor manda jurar, como constituição do imperio do Brazil, o projecto feito pelo ministerio e conselho

de estado, appareci n'este lugar, não só para provar a V. Exc. Quanto prezei o seu convite, mas também para fazer ver aos meus honrados compatriotas, que me não poupo á cooperar com elles para o bem e felicidade da patria, quanto permitem minha fraqueza e meu estado; e não para fazer parada de conhecimento, que não tenho, nem passar por oraculo em uma assembléa que comprehende tantas pessoas, a cima de mim em principios luminosos e sentimentos liberaes.

(...)

Fallarei primeiramente da qualidade do presente projecto, quanto posso alcançar, para ao depois examinar, si se deve ou não adoptar.

Uma constituição não é outra cousa, que a acta do pacto social, qua fazem entre si os homens, quando se ajuntam e associam para viverem em reunião ou sociedade. Esta acta, portanto, deve conter a materia, sobre que se pactuou, apresentando as relações, em que ficam os que governam, e os governados, pois que sem governo não póde existir sociedade. Estas relações á que se dão os nomes de direitos e deveres, devem ser taes, que defendam e sustentem a vida dos cidadãos, a sua liberdade, a sua propriedade, e dirijam todos os negocios sociaes á conservação, bem estar e vida commoda dos socios, segundo as circumstancias de seu character, seus costumes, usos e qualidade do seu territorio etc. Projecto de constituição é o rascunho d'esta acta, que ainda se há de tirar a limpo, ou apontamentos das materias que hão de ser ventiladas no pacto; ou, usando de uma metaphora, é o esboço na pintura, isto é, a primeira delineação, nem perfilada, nem acabada. Portanto, o projecto offerecido por S. M. vai a contractar comnosco. Vejamos, portanto, si a materia ahi lembrada, suas divisões, e as relações destas são compatíveis com as nossas circumstancias de independencia, liberdade, integridade do nosso territorio, melhoramento moral e phisico, e segura felicidade.

Sendo a nossa primeira e principal questão, em que temos empenhado nossos esforços, brio e honra, a emancipação e independência de Portugal, esta não se acha garantida no projecto, com aquella determinação e dignidade necessaria; porque 1º. no projecto não se determina positiva e exclusivamente o territorio do imperio, como é de razão, e o tem feito sabiamente as constituições mais bem formadas da Europa e America; e com isto se deixa uma fisga, para se aspirar a união com Portugal; o que não só trabalham por conseguir os despotas da santa aliança e o rei de Portugal, como o manifestam os periodicos mais apreciaveis da mesma Europa e as negociações do ministerio portuguez com o do Rio de Janeiro e correspondencia daquelle rei com o nosso imperador, com o que S. M. tem dado fortes indicios de estar d'accordo, não só pela dissolução arbitraria e despotica da soberana assemblea constituinte, e prohibição da outra que nos havia prometido, mas tambem, alem de outras muitas cousas, porque se retirou da capital do imperio para não solemnizar o dia 3 de Maio, anniversario da installação da assembléa, que por decreto era dia de grande gala; (...); 2º. por quanto ainda que no 1º. artigo se diga, que a nação brasileira não admite com outra qualquer laço algum de união ou federação, que se opponha a sua independência, contudo esta expressão é para iludir-nos; pois que o executivo, pela sua oitava attribuição (art. 102) pode ceder ou trocar o territorio do imperio ou de possessões, a que o imperio tenha direito, e isto independentemente da assembléa geral; 3º. porque jurando o imperador a integridade e indivisibilidade do imperio, não jura a sua independência.

(...)

O poder moderador de nova invenção machiavelica é a chave mestra da oppressão da nação brasileira e o garrote mais forte da liberdade dos povos. Por elle o imperador pode

dissolver a camara dos deputados, que é a representante do povo, ficando sempre no gozo dos seus direitos o senado, que é a representante dos apaniguados do imperador. (...). Demais, eu não posso conceber como é possível, que a camara dos deputados possa dar motivos para ser dissolvida, sem jamais poder dal-os a dos senadores. (...).

Podem os ministros de estado propor leis (art.53), assistir a sua discussão, votar sendo senadores e deputados (art.54). Qual será a cousa, portanto, que deixarão elles de conseguir na assembléa geral? (...) é um absurdo em política, que aquelles que fazem ou influem na factura das leis sejam os mesmos que as executem (...)

(...)

É principio conhecido pelas luzes do presente seculo, e até confessado por S. M., que a soberania, isto é, aquelle poder sobre o qual não ha outro, reside na nação essencialmente; e deste principio nasce como primaria consequencia, qua a mesma nação é quem se constitue, isto é, quem escolhe a forma do governo, quem distribue esta summa autoridade nas partes, que bem lhe parece, e com as relações que julga mais adequadas ao seu augmento, segurança da sua liberdade politica e sua felicidade; logo é sem questão, que a mesma nação, ou pessoa de sua commissão , é que deve esboçar a sua constituição (...); portanto como S. M. não é nação, não tem soberania, nem commissão da nação brasileira para arranjar esboços de constituição e apresental-os, não vem este projecto de fonte legitima, e por isso, se deve regeitar por excepção de incompetencia. (...).

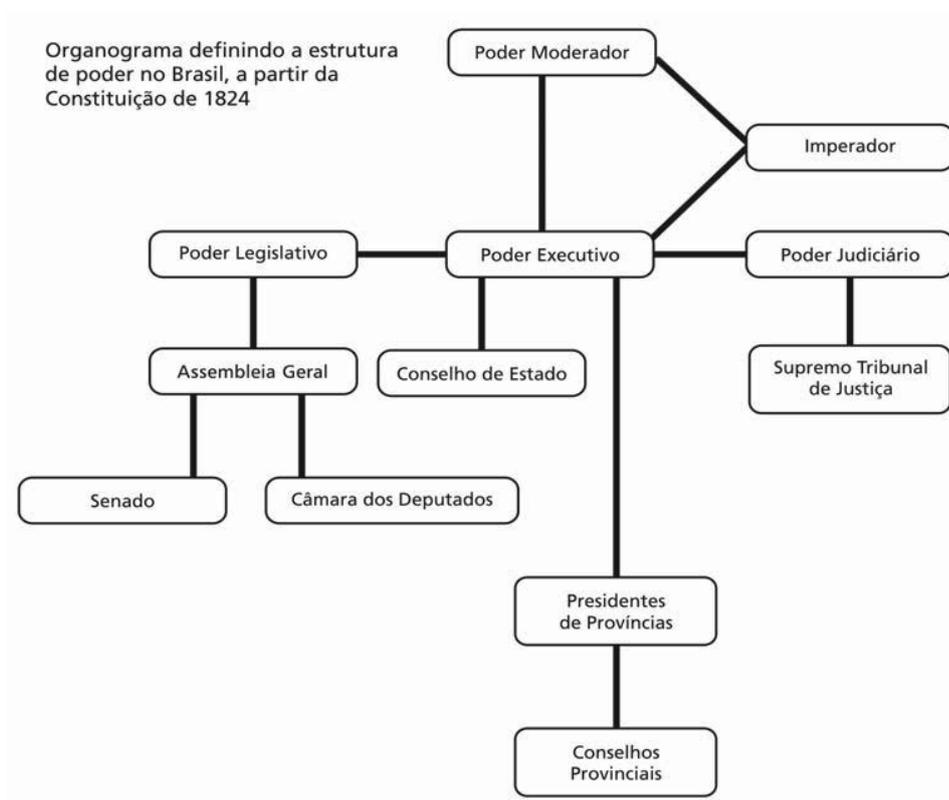
Como agora podereis jurar uma carta constitucional, que não foi dada pela soberania da nação, que vos degrada da sociedade de um povo livre e brioso, para um valongo de escravos e curral de bestas de carga?

Fonte: Crítica da Constituição Outorgada, in CANECA, frei. Ensaios Políticos Rio de Janeiro, PUC, 1976, p. 68-74. Manutenção da grafia do documento original.

O documento anterior é emblemático e expressa segmentos da sociedade brasileira, quando da outorga da Constituição, demonstrando o desagrado com estas determinações autoritárias. Muitos se sentem excluídos do processo de construção da Constituição de 1824.

Portanto, para frei Caneca, protagonista ativo desse processo, a Constituição deveria ser proveniente do pacto social que a nortearia. O pacto social resultaria de posições políticas concretas que contribuiriam para o ordenamento do Estado. Caneca compara a nossa Constituição com a de outros estados americanos e faz ressalva sobre sua indefinição territorial. Outra crítica veemente que faz é ao Poder Moderador, argumentando que o poder constitucional deve estar concentrado nas mãos da nação e não deveria desconsiderá-la como força política.

Observe o organograma a seguir:



O gráfico anterior explicita a concentração do poder em mãos do monarca, ferindo os interesses das diversas câmaras de representação política do Império. Demonstra como o Poder Moderador exerce uma função autoritária e centralizadora, conferindo ao imperador as atribuições e os outros poderes que já não sejam atribuição do Executivo, como o Legislativo (indiretamente) e o Judiciário (indiretamente).

Como o Poder Moderador é peça-chave da Constituição outorgada de 1824, compõe o conjunto de críticas que lhe vão atribuir, além da crítica de frei Caneca. Além disto, fere as características específicas das elites regionais.

A queda

Nos idos de 1827, D. Pedro I recebe uma carta de Benjamin Constant (um dos criadores do moderno liberalismo) com aconselhamentos sobre o destino pessoal do monarca luso-brasileiro, diante de uma encruzilhada: a crise dinástica portuguesa e a situação brasileira, que era preocupante.

Benjamin Constant dizia em sua carta a D. Pedro I que este deveria abdicar ao trono do Brasil em nome do príncipe herdeiro e deixar uma regência *sábia e moderada* governando durante sua menoridade (MOREL, 2003, p. 11-12).

Como D. João VI havia falecido sem deixar um sucessor definido, legalmente, D. Pedro I tornar-se-ia ao mesmo tempo imperador do Brasil e herdeiro do trono de Portugal. Ele assume, por algum tempo, as duas coroas (reunificando Brasil e Portugal sob uma mesma direção, três anos após a Independência) e outorga uma Constituição para o reino de Portugal, nos mesmos moldes da carta liberal outorgada para o Brasil.

Em seguida, renuncia ao trono lusitano em nome de sua filha Maria da Glória. Tal medida vai gerar controvérsia entre os setores tradicionalistas, identificados com D. Miguel, irmão de D. Pedro, que arroga para si o trono, sendo considerado usurpador por D. Pedro I e seus partidários.



Figura 8.1: D. Miguel, irmão de D. Pedro I.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Miguel_of_Portugal.jpg



Figura 8.2: D. Maria da Gloria, filha de D. Pedro.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Maria_02_Portugal_1819_1853_young.jpg

No Brasil, a monarquia enfrenta e cria hostilidades, diante das Repúblicas vizinhas. A guerra mais aguda é em torno da Cisplatina (guerra entre Brasil e Argentina em uma disputa pelo território do atual Uruguai).

Por outro lado, em 1826 a Assembleia-Geral Legislativa do Império do Brasil (Câmara dos Deputados) e o Senado começam a funcionar pela primeira vez, estimulando novos canais de expressão e participação política, que se estendem pela imprensa. O Poder Legislativo torna-se interlocutor de peso para o monarca, que passa a concentrar em suas mãos os poderes Executivo e Moderador. Começa o despontar de uma tensão, que se agravaria progressivamente.

O campo econômico não era mais fácil do que o político. A inflação e a carestia atingiam amplos setores da sociedade. A renovação, em 1827, do Tratado de Aliança e Amizade com a Inglaterra (nos mesmos termos de 1810) mantinha tarifa preferencial de 15%, mais baixa que os produtos ingleses. Os outros países pagavam tarifas de 24%. A dívida externa, inaugurada em 1824, com empréstimos ingleses que se repetiam rapidamente, agravavam as finanças do Brasil recém-independente (MOREL, 2003).

Por outro lado, a pressão inglesa pelo fim do tráfico ampliava insatisfações entre grandes proprietários e traficantes, deixando o governo espremido entre duas forças.

Esta conjuntura desfavorável era agravada pela perda da Província Cisplatina. A anexação da Província Cisplatina (atual Uruguai) foi uma conquista de D. João. Pertenceu ao Brasil entre 1821 e 1828, quando obteve sua independência e desmembrou-se do território brasileiro. A região da Cisplatina foi uma perda para o Brasil, pois era uma região de confluência do comércio da prata.

Na Europa ocorre uma insurreição em Paris, em fins de julho de 1830, com barricadas e conflitos armados, que promove o afastamento do rei Carlos X, identificado ao despotismo e às permanências do absolutismo. O último dos Bourbons era varrido de cena, reacendendo a chama de 1789. Foi aclamado Luís Felipe de Orléans, chamado de *rei-cidadão*.

A repercussão no Brasil foi instantânea. A França recupera sua estatura de *pátria das Luzes*, da *civilização e exemplo de liberdade para o mundo*. D. Pedro I acaba sendo comparado a Fernando VII, da Espanha, e ao seu modelo de despotismo. Na América, Simon Bolívar é deposto e morre. Por ser visto pelos liberais brasileiros como *O Libertador*, que se tornara déspota e traidor, é feita a associação a D. Pedro I. Os defensores do governo imperial brasileiro elogiariam a saga bolivariana por suas tentativas de centralizar e unificar as Américas. Quem diria...

O desgaste era grande para D. Pedro I. O campo estava minado. As conspirações acentuaram-se. Muitos se insurgiram contra D. Pedro I, que se isolava num círculo palaciano, estreito e conservador, identificado ao chamado *português*.

Entre 11 e 14 de março de 1831, eclodiram no Rio de Janeiro violentos conflitos de rua, envolvendo portugueses e brasileiros (Noite das Garrafadas), que tiveram como estopim o redator de *O Repúblico* Antonio Borges da Fonseca (MOREL, 2003).



Figura 8.3: A Noite das Garrafadas.

Em Salvador, ocorrem conflitos semelhantes (Mata Marotos), quando comerciantes portugueses foram linchados nas ruas e muitas casas saqueadas.

D. Pedro I ainda tentava salvar a situação e convocou um novo ministério, a 19 de março, no qual predominavam políticos brasileiros de última geração. O campo minado era o Campo de Santana, no Rio de Janeiro, sede das principais unidades militares, onde começa o ajuntamento de tropas civis. O general Luís Alves de Lima e Silva aderiu à manifestação, embora fosse o principal nome do esquema militar do imperador. *Tropa e povo*, como se dizia na época, julgaram-se soberanos e empurraram o governo supremo contra a parede.

Isolado no palácio, D. Pedro I busca a fórmula da abdicação em nome do príncipe herdeiro, prevendo uma Regência que deveria ser como Constant havia sugerido, *sábia e moderada em defesa da ordem, da monarquia e da dinastia*.

A 7 de abril de 1831 o imperador zarpava com parte de sua família de volta à Europa. Começava, então, uma inusitada fase da história do Brasil (MOREL, 2003, p. 19).

As regências

Muitos historiadores consideraram este período, como João Manuel Pereira da Silva, o mais interessante, dramático e instrutivo da nossa história. Embora pouco conhecido e estudado, parece ter apresentado maior complexidade e variedade de sinais do que lhe conferem na historiografia.

Muitos o consideravam um período caótico, desordenado, anárquico, turbulento. Estas concepções atendiam às expectativas dos grupos dirigentes da época, envolvidos nos embates da construção do Estado Nacional brasileiro e buscando formas de legitimar o exercício do poder e da coerção. Tal postura fixou-se nas escritas dos historiadores e ainda hoje é revisitada (MOREL, 2003).

Anacronismo

É quando a preocupação em denunciar situações do presente pode levar os que escrevem ou contam uma história a adequá-la às questões do tempo atual, prejudicando assim a compreensão mais ampla e específica daquelas lutas. Seria como colocar os contextos fora do lugar que os explicam.

Mas podemos acrescentar que houve outras maneiras de se interpretar o período. Por exemplo, alguns autores entenderam as rebeliões do período como uma forma de trazer à tona aspectos de conflito, resistência e opressão da sociedade brasileira. Esta interpretação também apresenta problemas, que chamamos **anacronismos**.

Apesar das dificuldades de se entender aquela época, muitas vezes, varridas para debaixo do tapete, cada vez é maior o interesse sobre o período. Para o historiador Marco Morel, o Período Regencial pode ser visto como um grande laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais, exemplar e muito rico na história do Brasil. Muitos temas foram colocados em pauta, como monarquia constitucional, absolutismo, republicanismo, separatismo, federalismo, democracia, militarismo, xenofobia, afirmação de nacionalidade, formas de organização do Estado (centralização, descentralização, posição intermediária), conflitos étnicos, identidades regionais antagônicas, formas de associação e tantas outras questões... por meio de vigorosas retóricas, impressas ou faladas.

As movimentações envolveram setores diversos, como: escravos, índios, grupos urbanos, rurais, intelectuais, camadas pobres, grandes e pequenos proprietários etc. Há de se considerar, portanto, que este período representou um momento de explosão da palavra pública em suas múltiplas possibilidades, momento de pluralidade, nem sempre desordeira. Mas, sem dúvida, foi um momento crucial para a construção da nação brasileira, quando se garantiu a independência e o caminho de *uma ordem nacional* (MOREL, 2003, grifo nosso). Marcou um tempo de esperanças, inseguranças, exaltação, rebeldia e repressão.

Veja o texto de Borges da Fonseca, um liberal exaltado que denunciava a opressão e injustiça do governo, e que a resistência à opressão é um direito natural (MOREL, 2003). Pouco depois, seu texto demonstra a prática política dos exaltados:

Porém com que Glória, Brasileiros, fizemos nossa Revolução?
Como com tanta facilidade nos rejeneramos?... Mas,
Considadãos, inda muito nos resta, resta a conclusão da
grande obra incetada. Creio que d´alguma sorte ei merecido
o vosso conceito: é tempo de moderassão (MOREL, 2003).

Podemos destacar três aspectos importantes no texto acima:

1. A revolução, para ele, aparece como regeneração, isto é, manutenção da ordem vigente.
2. Suas proposições são ambíguas.
3. Para ele, a revolução não havia acabado. Seria um processo por começar, e o apelo à moderação parece traduzir mais as alianças de 1831 do que uma definição de princípios revolucionários. Este texto demonstra um hibridismo que misturava referências tradicionais e modernas.

Cipriano Barata, entretanto, que não participou diretamente da composição política da Regência, iria mais longe, no jornal *Sentinela da Liberdade*, e criticava os que estavam *empenhados em fazer revolução segundo a Lei – o que é absurdo – e deixaram tudo quase no mesmo estado*. Para Cipriano, não havia nenhuma revolução; portanto, sua coerência era aparentemente maior.

No polo contrário, o jornal *O Caramuru*, porta-voz dos Restauradores, definia sua linha quanto à abdicação: recusa à ideia de revolução (mais precisamente a abdicação), defesa da Constituição sem reformas e fidelidade ao imperador (sem precisar se a D. Pedro I ou a D. Pedro II, ainda menor de idade).

Portanto, pensar a abdicação de D. Pedro I é ir além da mera substituição de governante, controlada pelas elites. A saída do monarca representou o enfraquecimento do poder centralizador, exercido por séculos, possibilitando a explosão da palavra pública.

Rebelião

As rebeliões são momentos nos quais determinadas práticas, propostas e alguns agentes históricos ganham maior visibilidade. (MOREL, 2003). Entretanto, a ênfase nas rebeliões apresenta limitações, porque a maioria desses episódios durante as Regências ainda não foi suficientemente estudada. Ainda estão muito referenciados à visão conservadora que enxerga apenas *desordem* neste período. Ou a nação consolidada e valorizada que aplaina o oculto ou estigmatiza as contradições, na tentativa de compor imagem unitária e harmoniosa da sociedade nacional (MOREL, 2003, p. 52). O todo-poderoso ministro da Justiça, Diogo Feijó, diante dos primeiros motins que eclodiram na capital da monarquia brasileira após a abdicação, diagnosticava:

Esses acontecimentos, aliás funestos em suas consequências, tiveram a vantagem de desenganar aos poucos facciosos e anarquistas que ainda nos incomodam, que o povo brasileiro não foi feito para a desordem, que o seu natural é o da tranquilidade (MOREL, 2003).

Esta afirmação é instigante. Como dizia Cazusa, qual a cara do Brasil?

Parece a interpretação de uma sociedade que se caracterizaria pela ausência de conflitos, de guerras e com aversão a rupturas. É essa a cara do Brasil?

Cipriano Barata perguntaria de dentro da prisão: *Que coisa seja docilidade brasileira?*

E ele mesmo responderia:

Docilidade é a boa disposição do homem para se deixar instruir. Gênio ou natureza dócil é aquele que abraça as doutrinas e ensino que se lhe dá; porém, este termo docilidade, aplicado hoje aos Brasileiros tem outro sentido: dócil que dizer estólido ou tolo; homem que se contenta com

tudo, que deixa ir as coisas por água abaixo...; em uma palavra, dócil deixa dizer Brasileiro ovelha mansa, que trabalha como burro para pagar tributos desnecessários em benefício dos satélites do governo (MOREL, 2003).

Neste momento, tal discussão expressa a busca de uma identidade brasileira na pós-Independência, gerando questões em torno da interpretação do Brasil nos primeiros anos de construção do estado nacional. Esta concepção de índole pacífica do povo brasileiro foi afirmada com ênfase no período regencial, espalhou-se pelo Segundo Reinado e se tornaria lugar comum durante a República. Mas será que os habitantes brasileiros pretendiam ser *ovelhas mansas* durante o Período Regencial?

Vejamos: três revoltas escravas causaram impacto, entre outras, a das Carrancas (Minas Gerais, 1833), a dos Malês (Bahia, 1835) e a de Manuel Congo (Rio de Janeiro, 1838). Não chegaram a abalar o escravismo, mas causaram pânico à população e imprimiram novos rumos à legislação repressiva, à perspectiva de imigração de estrangeiros e ao debate sobre medidas para a gradual extinção do tráfico e do trabalho escravo.

A Revolta das Carrancas ocorre quando aconteceu uma *briga de brancos*: a Revolta da Fumaça, uma sedição civil militar que destituiu o presidente de Província e prendeu várias autoridades provinciais partidárias do liberalismo moderado. Quando esta revolta é reprimida eclode um levante de escravos da fazenda de um deputado: matam os familiares e empregados da família e passam a atacar fazendas vizinhas. Este levante, liderado pelo escravo tropeiro, Ventura Mina, acabou sufocado, e dezessete cativos foram condenados à morte e executados, além dos que morreram em combate, como o seu líder. Eles teriam sido insuflados por um fazendeiro da região, acusado de restaurador. Mas houve o aproveitamento de uma situação de dissensão entre grupos dirigentes da província mineira (MOREL, 2003).

A Revolta dos Malês, uma das mais conhecidas, durou menos de 24 horas e é considerada como a mais importante sublevação de escravos urbanos já ocorrida. Entre 24 e 25 de janeiro de 1835, cerca de 600 cativos de origem africana tomam de assalto Salvador. Pertenciam a várias etnias e vinham de locais diversos, mas o levante foi articulado por escravos islamizados, que sabiam ler e escrever em árabe. Não saquearam residências, nem atacaram famílias de proprietários e acabaram derrotados após duros embates com as forças militares. Entre as motivações dos líderes e de parte dos rebelados, havia a *jihad* (guerra santa), e um dos cativos chegou a admitir, em depoimento na prisão, que visava eliminar todos os brancos e pardos, e manter escravos de outras etnias como seus cativos. Cerca de 70 revoltosos morreram em combate pelas ruas e praias da capital baiana e 500 foram punidos com açoites, degredos, prisões e mortes.

A lei de junho de 1835 previa a morte para os líderes das insurreições escravas, bastando, para isto, o ajuntamento de mais de 20 escravos que tentassem se libertar pela força.

Ainda sob esta legislação, no Vale do Paraíba, 200 escravos de várias fazendas, sob a liderança de Manuel Congo, rebelaram-se em 1838, em Pati do Alferes (Vassouras). Durante cinco dias, percorreram as florestas da localidade até que foram derrotados por tropas da Guarda Nacional e do exército, comandadas por Luís Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias (MOREL, 2003, p. 58-9).

Cabanos, Farroupilha, Balaios são consideradas as revoltas mais conhecidas do período. Preferimos explorá-las em outra ocasião.



Atende ao Objetivo 3

3. Utilizando as informações do texto, destaque as principais características do Período Regencial.

Resposta Comentada

Podemos considerar o Período Regencial como um período de vários confrontos sociais, políticos, étnicos etc. O especialista Marco Morel considera esta época muito interessante, uma vez que apresenta uma série de reformulações e de práticas políticas, com uma temática variada que entra em discussão e em conflito. Trata-se de um momento histórico em que as várias questões importantes vão ter visibilidade e vão ser defendidas por grupos variados.

O caráter do Segundo Reinado: a reconstrução da *ordem*

Da regência de Araújo Lima até 1850, quando a última grande rebelião do Império, a Praieira, foi debelada, devemos levar em conta três pontos básicos:

1. A desmontagem de uma legislação descentralizadora, segundo alguns historiadores, pretendendo a centralização política e administrativa – a reação conservadora contra a chamada obra liberal de 1831-37;
2. A *pacificação* do país, contendo as revoltas regenciais;
3. O problema da sucessão e alternância dos gabinetes ministeriais entre liberais e conservadores, até o gabinete do marquês de Olinda (29/9/1848), com perfil conservador bem definido.

Quanto ao primeiro tema, podemos afirmar que o Grupo do Regresso (nome derivado do desejo de voltar ao tempo anterior às chamadas *leis da anarquia*) começa sua obra pela aprovação da Lei Interpretativa do Ato Adicional (12/5/1840). Alegavam que o Ato Adicional dava margem a interpretações errôneas e a Câmara explicita seus artigos, mudando sua natureza. De descentralizador, o Ato passa a ser coadjuvante da centralização. Em 23/11/1841, recria-se o Conselho de Estado, órgão de aconselhamento do Imperador e, principalmente, aquele que tinha influência decisiva nos negócios nacionais.

Em 3/12/1841, aprova-se a reforma do Código de Processo Criminal, pelo qual a polícia e a justiça passavam a ser centralizadas. Em última instância, subordinadas ao ministro da Justiça. A centralização se completaria com a aprovação da Lei 602 de 19/10/1850, que colocava a Guarda Nacional, também, subordinada ao ministro da Justiça.

Em torno destas leis, define-se o quadro partidário entre conservadores e liberais, os dois partidos políticos que dominaram o cenário político do Segundo Reinado. Mas nada mais parecido a um conservador do que um liberal no poder, segundo afirmava-se. Linha muito tênue distinguia-os, na prática. Defendiam projetos muito semelhantes (MONTEIRO, 1990).

Segundo Fragoso & Teixeira da Silva, o Partido Conservador consistia na aliança entre a burocracia, o grande comércio e a lavoura de exportação. Tal composição era favorável à centralização política, mas o mesmo não se dava, quanto às questões que envolviam reformas sociais, a exemplo da extinção da escravidão. O outro grande partido era o Liberal, formado por profissionais liberais urbanos e por agricultores ligados ao mercado interno e às áreas mais recentes de colonização, com suas propostas dirigidas para a descentralização e as reformas sociais.

Podemos sublinhar que a vitaliciedade do Senado surgia, no II Reinado, como fator de preservação do sistema bipartidário. Isto porque cada partido, enquanto estivesse no poder, promoveria a inclusão de elementos seus no Senado. Nesta medida, nenhum dos dois partidos estaria na marginalidade política, quando cada um estivesse fora do governo e/ou representado na Câmara (FRAGOSO; SILVA, 1990).

As únicas modificações neste quadro partidário surgiriam com o aparecimento do Partido Progressista, em 1864, com pouca longevidade, e do Partido Republicano.

Falamos em representatividade e autenticidade com muitas ressalvas, uma vez que estavam excluídos de participação os escravos e largos segmentos da população livre (FRAGOSO; SILVA, 1990).

O sistema eleitoral que vigora até 1889 demonstra quantos estavam excluídos do direito de voto nas eleições primárias. Senão vejamos: os menores de 25 anos (com exceção de homens casados, oficiais militares maiores de 21 anos, bacharéis formados e clérigos de ordens sacras), os criados de servir, os religiosos que vivessem em comunidade claustral e todo aquele que não percebesse uma renda líquida anual de 100\$00 réis. Podemos dizer, então, que, em 1872, somente 13% da população livre tinham o direito de voto.

Em 1881, surgem algumas inovações, como a eliminação da votação em dois turnos, a verificação da renda de 200\$000 réis ficou mais severa e proibiu-se o voto do analfabeto. Com estas mudanças, verificamos que, em 1886, somente 0,8% da população livre do país tinham acesso ao voto. Estes números mostram-nos uma situação em que a cidadania plena era restrita a uma pequena parcela da sociedade (FRAGOSO; SILVA, 1990).



Atende ao Objetivo 4



Figura 8.4: Charge na qual D. Pedro II aparece controlando o carrusel político.
 Fonte: <http://segundoreinado.files.wordpress.com/2009/12/parlamentarismo-brescola.jpg>

4.

O seu império imenso recortado de rios caudalososíssimos e constantemente coberto de uma vegetação maravilhosa, que vai debruçar-se no oceano (...) é hoje considerado o ponto central da civilização do Novo Mundo (...) salvo da anarquia que pouco a pouco devora os outros estados da América do Sul (...) Os primeiros anos não foram felizes. (...) O Brasil estava bastante inculto para compreender a nobreza do lugar que tinha de ocupar entre as nações civilizadas (...) foi o Imperador D. Pedro II que o pacificou e lhe deu a prosperidade que hoje se vê naquele magnífico império cujo destino está, mais do que em outras nações ligado com o de seu monarca (...) (SCHWARCZ, 1998, p. 125).

Observando a ilustração e considerando o texto, elabore uma argumentação que justifique a pacificação empreendida por D. Pedro II.

Resposta Comentada

A ilustração demonstra que a alternância no poder de conservadores e liberais garantiu uma estabilidade política, que consolidou o poder de D. Pedro II a caminho da pacificação das revoltas regenciais. O projeto centralizador era visto como capaz de apaziguar os conflitos que transformavam o Brasil em uma *anarquia*. As revoltas localizadas foram controladas, entretanto uma questão social continuou intocada: a escravidão.

A queda da monarquia

O fim do regime monárquico resultou de uma série de fatores, de variadas origens e importância. Mas o Exército e a burguesia cafeeira paulista podem ser considerados protagonistas importantes.

O episódio de 15 de novembro pode ser considerado como a iniciativa do Exército, que deu o empurrão decisivo, apressando a queda da monarquia. A burguesia cafeeira paulista favorece a criação de uma base social estável, que não se apresentava nem com o Exército, nem com a população urbana do Rio de Janeiro.

O imperador adoece e, como fator de coesão do império, fragiliza suas bases. As elites não abriram mão de suas crenças no predomínio civil, revelada na nomeação de civis para o Ministério da Guerra, em um momento delicado, em que a prudência desaconselharia tal procedimento. Além disto, quem seria o herdeiro do II Reinado? A princesa Isabel, cujo marido – o conde d’Eu – era francês e possuía uma personalidade controvertida?

Outros fatores podem ser considerados, como a disputa entre a Igreja e o Estado, e também a abolição da escravidão. Na crise da Igreja com o Estado, podemos assinalar um desgaste ao regime, mas a queda da monarquia foi mais uma disputa entre elites divergentes.

A Abolição provocou ressentimentos entre proprietários rurais, mas não somente entre eles. Os fazendeiros do café desiludiam-se do Império, de quem aguardavam apoio às suas queixas. Mas a Abolição ratificou uma prática que já estava em curso, reafirmou o novo regime (FAUSTO, 1994, p. 235-236).

Eis que surge a República, um novo regime, com vícios semelhantes. Os contemporâneos fazem comentários ao processo, que desembocou na *República dos Bestializados*. Com a baixa participação política da população, não era de se estranhar que o processo republicano lutasse com poucas mãos. E mãos comprometidas com poucas reformas sociais. E pouca participação.



Atende ao Objetivo 5

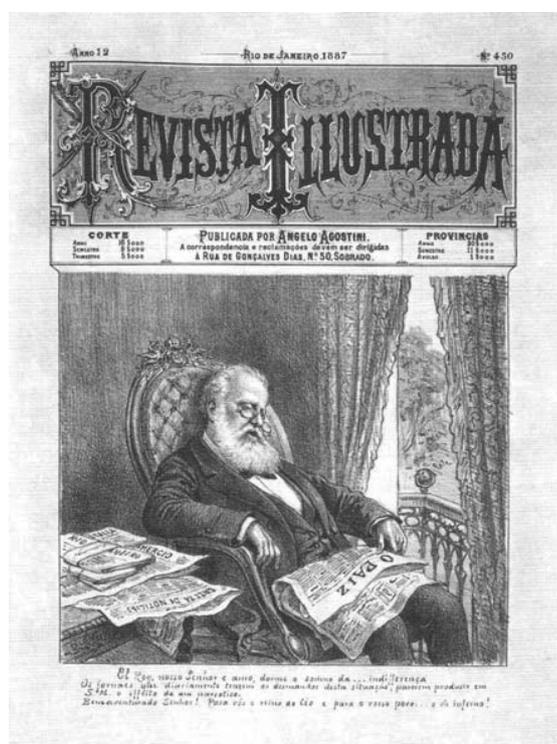


Figura 8.5: Caricatura de D. Pedro II, ridicularizando seu desinteresse pela política.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2b/Pedro_II_angelo_agostini.jpg

El Rey, nosso senhor e amo, dorme o sonno da... indiferença. Os jornaes, que diariamente trazem os desmandos desta situação, parecem produzir em S. M. o efeito de um narcótico. Bem aventurado senhor! Para vós, o reino do céu e para o nosso povo, o do inferno.

5. O artigo de Aristides Lobo, publicado em forma de carta no *Diário Popular*, descreve como o povo do Rio de Janeiro assistiu à Proclamação da República pelo marechal Deodoro – *bestializado*, como se presenciasse uma parada militar. O artigo foi escrito na própria tarde de 15 de novembro de 1889 e veio à luz na edição do dia 18. Em tempo: Aristides Lobo era republicano.

Acontecimento único

Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1889.

*Eu quisera poder dar a esta data a denominação seguinte: 15 de Novembro, primeiro ano de República; mas não posso infelizmente fazê-lo. O que se fez é um degrau, talvez nem tanto, para o advento da grande era. Em todo o caso, o que está feito, pode ser muito, se os homens que vão tomar a responsabilidade do poder tiverem juízo, patriotismo e sincero amor à liberdade. Como trabalho de saneamento, a obra é edificante. Por ora, a cor do Governo é puramente militar, e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. **O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava.** Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada. Era um fenômeno digno de ver-se. O entusiasmo veio depois, veio mesmo lentamente, quebrando o enleio dos espíritos. Pude ver a sangue-frio tudo aquilo. Mas voltemos ao fato da ação ou do papel governamental. Estamos em presença de um esboço, rude, incompleto, completamente amorfo. Bom, não posso ir além; estou fatigadíssimo, e só lhe posso dizer estas quatro palavras, que já são históricas. Acaba de me dizer o Glycerio que esta carta foi escrita, na palestra com ele e com outro correligionário, o Benjamim de Vallonga. E no meio desse verdadeiro turbilhão que me arrebatava, há uma dor que punge e exige o seu lugar – a necessidade de deixar temporariamente, eu o espero, o *Diário Popular*. Mas o que fazer? O *Diário* que me perdoe; não fui eu; foram os acontecimentos violentos que nos separaram de momento.*

Adeus.

Aristides Lobo.

Considerando o artigo famoso de Aristides Lobo, enumere as principais razões de desgaste do Segundo Reinado, que desencadearam a queda do regime e o advento da República.

Resposta Comentada

A pequena participação da popular, o descuido com as reformas sociais, a crise entre a Igreja e o Estado, a insatisfação do Exército, a Abolição da escravidão fomentando insatisfações, novas possibilidades de encontrar um herdeiro à altura de D. Pedro II. Enfim, um regime em franco desgaste.

RESUMO

Esta aula pretendeu apontar para um processo longo, que vai da construção do Estado Nacional, das lutas políticas entre liberais e conservadores, entre as diversas elites regionais do Brasil na busca de representatividade na construção de um Estado em gestação, construindo a unidade e a autonomia, à crise da abdicação de D. Pedro I e ao caráter da transição para o Segundo Reinado. Com a consolidação da ordem necessária aos interesses das elites conservadoras, o Brasil viveu o apogeu da economia cafeeira e da estabilidade política. Mas os abalos decorrentes do último terço do século XIX acabaram por desgastar um regime, que não atendia mais às exigências do Brasil em busca de modernização.

E a República se fez! Mas, a conhecida República dos Bestializados.

Informação sobre a próxima aula

Nossa próxima aula desenvolverá o processo de imigração no Rio de Janeiro, algumas experiências de industrialização, o projeto de urbanização da cidade e as reformas urbanas da cidade, e, por fim, os movimentos sociais e as formas de repressão no Rio de Janeiro da Primeira República.

História da Região

Referências

Aula 1

ABREU, J. Capistrano. *Capítulos de história colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo I, n.1, 1839. p. 10-21.

CORREA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1991.

DUBY, Georges. Les sociétés médiévales: une approche d'ensemble. *Annales: économies, sociétés, civilisations*, Paris, n. 26, jan./fev. 1971.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Presença, 1997.

_____. *La terre et l'évolution humaine*. Paris: La Renaissance du Livre, 1922.

GOUBERT, Pierre. História local. *Revista arrabaldes*, ano 1, n. 1, maio/ago. 1988.

HICKS Jr, James F. Região. In: SILVA, B. (Org.) *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HUBOCHER, Ronald. Le camp de l'histoire rurale. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 7., 1985, São Paulo. *Anais...* São Paulo: SBPH, 1985.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. Révoltes et contestations rurales en France de 1675 a 1788. *Annales: économies, sociétés, civilisations*, Paris, n. 29, jan./fev. 1974.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

LOVE, Joseph. *Uma aproximación al regionalismo*. Barranquilla: Centro de Estudios Regionales, 1969 (Monografías CERES, n. 5).

NOVAIS, Fernando. *A Invenção do Brasil. Teoria e debate*: revista trimestral da Fundação Perseu Abramo, ano 13, n. 44, abr./jun. 2000.

_____. Condições de privacidade na colônia. In: SOUZA, Laura de Mello (Org.). *História da vida privada: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PICCOLO, Helga I. Landgraf. Momentos fundadores do Rio Grande do Sul. In: Anais do Simpósio Momentos Fundadores da Formação Nacional. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 408, jul./set. 2000.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: RAVEL, Jacques: *Jogo de Escalas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Edusp, 2002.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o Enfoque Metodológico e a Concepção Histórica. In SILVA, Marcos A. (Coord.). *República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e história: questão de método. In: SILVA, Marcos (Coord.). *República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1992.

SOBOUL, Albert. Descrição e Medida em História Social. In: GODINHO, Vitorino Magalhães. *A História Social: Problemas, Fontes e Métodos*. Lisboa: Cosmos, 1967.

VILAR, Pierre. *Desenvolvimento económico e análise histórica*. Lisboa: Presença, 1982.

_____. História marxista, história em construção. In: LE GOFF, J.; NORA, P. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

Aula 2

ABREU, J. Capistrano. *Capítulos de história colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1965.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Recife: Imprensa Universitária, 1966.

CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1984.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e da gente do Brasil*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1978.

CHAUNU, Pierre. *Sevilha e América nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Difel, 1980.

CORTESÃO, Jaime. *A Fundação de São Paulo: capital geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955.

FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (século XVI e XVII). In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda (Org.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, 473p.

FREIRE, Felisbello. *História da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Revista dos Tribunais, 1914.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia paulistana: histórica e genealógica*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

LERY, Jean de. *História de uma viagem feita à terra do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1926.

MADRE DE DEUS, Gaspar. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

MAURO, Frédéric. *Portugal, Brasil e o Atlântico 157-1670*. Lisboa: Estampa, 1989.

MENDONÇA, Paulo Knauss. *O Rio de Janeiro da pacificação*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1991.

MONTEIRO, John M. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. A Rochela do Brasil: a aclamação de Amador Bueno como espelho da realeza portuguesa. *Revista de História*, São Paulo, n. 141, p. 41, 1999.

SANCHES, Marcos Guimarães. Apropriação da terra na Fundação do Rio de Janeiro. In: Anais do Simpósio momentos Fundadores do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 161, n. 408, jul./set. 2000.

_____. Governá-los e conservá-los: os índios e a sociedade colonial. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 21., 2001, Curitiba. *Anais...* Curitiba: SBPH, 2001.

SALVADOR, Vicente. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1975.

SERÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no Século XVI*. Lisboa: Comissão Nacional do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965. p. 24-25.

SOUZA, Pero Lopes. Diário da Navegação. In: BANDECHI, Brasil (Org.). *Cadernos de História*. São Paulo: Parma, 1979. v. 1.

SOUZA, Washington Luis Pereira. *Na capitania de São Vicente*. São Paulo: Martins, 1956.

TAUNAY, Affonso d'E. *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos, 1953.

WRIGHT, Antonia F. Pacca de Almeida. O Brasil no período dos Felipes. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A época colonial: História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1976. t. 1.

Aula 3

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *Trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Eduardo Castro. Inventário dos Documentos relativos ao Brasil no Archivo da Marinha e Ultramar de Lisboa, *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 39, 1917.

BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola 1602-1686*. São Paulo: Nacional, 1973.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Recife: Imprensa Universitária, 1966.

CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1984.

CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Guairá: manuscritos da coleção de Angelis II*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952.

FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. *Portugal na época da restauração*. São Paulo: Hucitec, 1977.

GARCIA, Nilo. Aclamação de Amador Bueno: a influência espanhola em São Paulo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 426, jan./mar. 2005.

GARCIA, Rodolfo. Processo das despesas feitas por Martim de Sá no Rio de Janeiro, 1628-1638. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 59, 1940.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Ensaio II sobre história de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Os projetos de colonização e o comércio toscano no Brasil no tempo do Grão Duque Fernando I (1587-1609). *Revista de História*, São Paulo, n. 142-143, p. 95-122, 2000.

MAURO, Frédéric. *Portugal, Brasil e o Atlântico 1570-1670*. Lisboa: Estampa, 1989.

MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do. *História do Brasil*. São Paulo, 1964.

O RIO DE JANEIRO no século XVII: acordãos e veneranças copiadas no ano original existente no Archivo do Distrito Federal e relativo aos annos de 1635 a 1650. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, 1935.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Algés: Difel, 1998.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650 – 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SANCHES, Marcos Guimarães. O Rio de Janeiro e a “Repartição do Sul” no período filipino: consolidação e expansão da colonização. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 426, jan./mar. 2005.

VICENS VIVES, J. *História de Espanha y America*. Barcelona: Editorial Vicens Vives, 1974.

WRIGHT, Antonia F. Pacca de Almeida. O Brasil no período dos Felipes. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A época colonial: história geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1976. t. I,

Aula 4

ALMEIDA, Eduardo Castro. Inventário dos Documentos relativos ao Brasil no Archivo da Marinha e Ultramar de Lisboa. In: BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1917. v. 39.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola 1602-1686*. São Paulo: Nacional, 1973.

CAVALCANTE, Paulo. *Negócios de trapaça: caminhos e descaminhos na América Portuguesa (1700-1750)*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2006.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FRAGOSO, João L. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (século XVI e XVII). In: FRAGOSO, João Luiz; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O antigo regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FREIRE, Felisbello. *História da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1914.

GOUVEA, Maria de Fátima. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português. In: FRAGOSO, João Luiz; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O antigo regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 293.

HESPANHA, António Manuel. Por uma teoria institucional do Antigo Regime. In: _____. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

_____. *Vesperas del Leviatam*. Madri: Tauros, 1989.

LAVRADIO, Marques do. Relatório do Marques do Lavradio. Vice-Rei do Brasil entregando o governo a seu sucessor. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 4, 1842.

LISBOA, Balthazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Seignot Plancher, 1835.

AUTO da Câmara do Rio de Janeiro sobre a representação feita ao General das frotas Salvador Correia de Sá e Benevides ..., 6 abr. 1645. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1645. (Manuscritos, 34, 15, 5, n. 2-3.)

RUSSEL-WOOD, A. J.R. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro 1500-1808. *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36, 1998.

_____. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Algés: Difel, 1998.

SANCHES, Marcos Guimarães. A administração fazenda na segunda metade do século XVII: ação estatal e relações de poder. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 432, jul./set. 2006.

_____. Nobreza e Conveniência no Zelo da Administração das Conquistas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 438, jan./mar. 2008.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *No rascunho da nação: Inconfidência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

SOUZA, Luiz de Vasconcelos. Ofício do Vice-Rei Luiz de Vasconcelos com a cópia da relação instructiva e circunstanciada para ser entregue a seu sucessor. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 4, 1842.

Aula 5

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1946.

ARRUDA, José Jobson. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOXER, Charles. *A idade de ouro do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1963.

BUESCU, Mircéa. *Evolução econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: APEC, 1976.

CAVALCANTE, Paulo. *Negócios de trapaça: caminhos e descaminhos na América Portuguesa (1700-1750)*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2006.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

LAVRADIO, Marquês do. Relatório entregando o governo a Luiz de Vasconcelos e Souza, que lhe sucedeu no vice-reinado em 19.6.1777. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 4, p. 409-469, 1843.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1990.

MAURO, Frédéric. *Expansão européia (1600-1870)*. São Paulo: Pioneira, Edusp, 1980.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América portuguesa*. Belo Horizonte: Edusp, 1975.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1971.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SANCHES, Marcos Guimarães. *Proveito & negócios: regimes de propriedade e estruturas fundiárias no Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. 1997. Tese (Doutorado em História Social)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

_____. Um caso de “escandalosa liberdade” no Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 94, 1998.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *O Rio de Janeiro e a conjuntura atlântica*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

STEIN, Stanley. *Vassouras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

WEHLING, Arno. O açúcar fluminense na recuperação agrícola do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro*, n. 337, p. 7-18, out./dez. 1982.

Aula 6

ALENCASTRO, Luiz Felipe. "Vida Privada e Ordem Privada no Império". In: *História da Vida Privada no Brasil II: Império a Corte e a Modernidade Nacional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

ARRUDA, José J. *Uma Colônia entre dois impérios: abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. Bauru: São Paulo: EDUSC, 2008.

CALÓGERAS, J. Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1960.

FREYRE, Gilberto. *Inglês no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. São Paulo: José Olympio, 1948.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis*. São Paulo: Record, 2001.

NOVAIS, Fernando & MOTA, Carlos Guilherme. *A Independência política do Brasil*. São Paulo: Hucitec: 1996.

Karash, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-50*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

LESSA, Carlos. *O Rio de Todos os Brasis*. São Paulo: Record, 2001, p. 77.

LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1908.

MALERBA, J. *A Corte no exílio. Civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Cia. das Letras: 2000.

MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense: 1973: 1ª edição: 1933.

POMBO, José Francisco de Rocha. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: W.M. Jackson Inc. 1953.

VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1957 v. 5.

VIOTTI, Emilia. *Brasil em perspectiva*. 8. ed. São Paulo: Difel, 1982. p. 73.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Vida privada e ordem privada no império. in: _____. *História da vida privada no Brasil II: Império a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

Aula 7

ALBUQUERQUE, Wlamira. *O Jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

CASTRO, Hebe de Mattos de. *Das cores do silêncio*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

CONRAD, Robert E. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FERREIRA, Roberto Guedes. Autonomia escrava e (des) governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. In: _____. *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FLORENTINO, Manolo (Org.) *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FLORENTINO, Manolo. *Em Costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

FLORENTINO, Manolo. Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871. In: FLORENTINO, Manolo. (Org.) *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FLORENTINO, Manolo; GOES, José Roberto. Morfologias da infância escrava: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. In: _____. *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX: o caso do sistema agrário escravista exportador em Paraíba do Sul. *Revista Brasileira de História*, v. 6, n. 12, p. 125-150, mar./ago. 1986.

GOMES, Flávio dos Santos. No meio das águas turvas: racismo e cidadania no alvorecer da república: a guarda negra na corte imperial (1888-1889). *Estudos Afro-Asiáticos*, [s.l.], n. 21, dez. 1991.

GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HILAIRE, Saint. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: USP, 1980. p. 90-91.

LUCCOK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: USP, 1980.

MILES, Robert. *Racism*. London: New York: Routledge, 1989.

Aula 8

CANECA, Frei. *Ensaios políticos*. Rio de Janeiro: PUC, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: UNB, 1981.

DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do estado nacional. In: István JANCÓS (Org.). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Hucitec: UNIJUÍ: FAPESP, 2003.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. USP: Fundação do desenvolvimento da Educação, 1994.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Fátima; BICALHO, Fernanda. Uma leitura do Brasil colonial: as bases da materialidade e da governabilidade no império. *Revista Penélope*, Lisboa, n. 23, 2000.

FRAGOSO, João; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Política no império e no início da república velha: dos barões aos coronéis. In: LINHARES, Maria Yedda Leite (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

KING, Preston. *Federalism and federation*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1982.

MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Da independência à vitória da ordem*. In: LINHARES, Maria Yedda Leite (Org.) *História geral do Brasil*: Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

VIOTTI, Emília. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. 19. ed. São Paulo: Difel, 1990.

